

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO

JENNIFER CAROLINE DIAS

**EDUCAÇÃO, PARTIDO FARDADO E NEOFASCISMO: A EXPANSÃO DAS
ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NA GUERRA CULTURAL**

PONTA GROSSA

2024

JENNIFER CAROLINE DIAS

**EDUCAÇÃO, PARTIDO FARDADO E NEOFASCISMO: A EXPANSÃO DAS
ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NA GUERRA CULTURAL**

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Carina Alves da Silva Darcoleta

PONTA GROSSA

2024

D539 Dias, Jennifer Caroline
Educação, Partido Fardado e neofascismo: a expansão das escolas cívico-militares na guerra cultural / Jennifer Caroline Dias. Ponta Grossa, 2024.
147 f.

Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Carina Alves da Silva Darcoleta.

1. Escolas cívico-militares. 2. Educação - Militarização. 3. Neofascismo - Partido Fardado e educação. 4. Escolas policializadas. I. Darcoleta, Carina Alves da Silva. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.7



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

JENNIFER CAROLINE DIAS

EDUCAÇÃO, PARTIDO FARDADO E NEOFASCISMO: A EXPANSÃO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NA GUERRA CULTURAL

Ponta Grossa, 12 de dezembro de 2024

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Dra. Carina Alves da Silva Darcoleta - UEPG (Presidente)

Dr. Gilberto Grassi Calil - UNIOESTE

Dr. Alessandro de Melo - UEPG



Documento assinado eletronicamente por **Carina Alves da Silva Darcoleta, Professor(a)**, em 12/12/2024, às 22:41, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO DE MELO, Professor(a)**, em 13/12/2024, às 09:19, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO GRASSI CALIL, Usuário Externo**, em 06/03/2025, às 19:06, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2297234** e o código CRC **FB37AC69**.

*Dedico este trabalho a todos(as/es) que tombaram pelo ódio fascista;
Às vítimas da violência policial e suas famílias;
À resistência internacionalista, em especial,
ao povo palestino que está em luta pela liberdade;
Aos trabalhadores(as) da cidade e do campo;
Ao movimento estudantil e sindical
que luta pela educação pública, de qualidade e desmilitarizada,
A todos(as/es) que lutam pela libertação.
Venceremos!*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Andreia, à minha avó, dona Cida e meu tio Paulo. Estes, que nunca me deixaram faltar nada, mesmo que por vezes renunciassem ao pouco que tinham; que deram seu sangue e suor para que eu pudesse, enfim, chegar em uma pós-graduação. Não há palavras que descrevam minha profunda gratidão!

Para o Iago, minha pequena família, que todos os dias nutre nossa rotina, que é paz e aconchego nesse mundo tão maluco, que se abre a alegria sem grandes burocracias. Ser livre ao seu lado é uma das melhores coisas da vida. Te amo!

Expando os agradecimentos à minha sogra, dona Ana, meu cunhado Ramon e sua família, bem como minha cunhada, Paula. Vocês são uma parte feliz da minha história!

À minha “madinha”, Michele e meu “padim” Juvenal (adotados por mim!), os quais guardo um carinho imenso. Agradeço o acolhimento de sempre!

À minha orientadora, que por sorte do destino também se tornou uma grande amiga. Carina, obrigada pelas extensas conversas, pelas orientações fantásticas e as correções sempre atentas. Te guardo a sete chaves no coração!

Aos professores do PPGE, sempre gentis, solícitos e alto astral. O processo com certeza foi muito mais leve ao contar com vocês!

Aos trabalhadores da UEPG, que sempre na lida diária, transformam a Universidade pública em uma experiência gratificante.

Ao professor Calil, pelas ricas contribuições na qualificação, mas não só. Fostes uma referência em todo meu percurso acadêmico. Muito obrigado!

Ao Alessandro, sempre afável, agradeço pelas conversas, indicações de muitos livros (que não dei conta nem da metade), pela prontidão para ajudar. Sua participação neste trabalho com certeza fez a diferença!

Ao professor Clécio, grande companheiro das lutas em defesa da educação pública, gratidão pela leitura atenta na qualificação e pelas dicas valiosas!

Ao GPCATE, o grupo mais animado e comilão! Obrigada pelos estudos, comprometimento e seriedade com o conhecimento e o legado marxista. Em especial, deixo uma lembrança a nossa liderança, professora Simone, dona de um coração enorme; és uma referência a todos(as/es) que têm a felicidade de acompanhá-la!

À minha turma de mestrado; em especial, minhas amigas Lari e Kau, que compartilharam comigo as felicidades, angústias, euforias e muitos outros mais. Vocês são para a vida!

Às amizades-fortunas: Fred, Flá e Merin, Chico e Gio, Fatinha e Vini, André, Marçal, Gabriel, Carlos, Kesya, Lukinhas, Renan, Matuka, Evelyn, Lohane, a vida com vocês, seja longe ou perto, é mais leve.

Às amizades-camaradas do Polo e JCA, gratidão! Sem deixar de estender a lembrança aos compas do Comitê em Solidariedade à Palestina, ao Movimento Sem Terra – em especial o Assentamento Emiliano Zapata –, ao Mandato Coletivo e ao movimento estudantil. Sou porque somos!

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa!

Confia no teu corre
e fica de boa.
Afia teu trampo
nas lâminas das incertezas
todo mundo certo
não quer dizer
que você está errado.
Não ande com caranguejos
e sonhe com as mãos,
deixa o coração no presente
e os olhos no futuro.
Muitas vezes o sucesso fica no
passado
e ser importante é para sempre.
Cuide da raiz e lapide as asas
porque abaixo do radar também se
voa.

Sérgio Vaz

RESUMO

A expansão das escolas cívico-militares em 2019 esteve nos holofotes devido ao Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que estabeleceu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). Em análise bibliográfica, constatou-se que há certo consenso de que, no contexto de ascensão do neoconservadorismo, essa foi uma forma de aumentar o controle sobre os(as) estudantes, retificar suas identidades e amputar a formação crítica e livre presente nas escolas públicas brasileiras e garantidas pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Segundo Virgínia Fontes, o modelo educacional militarizado na gestão federal bolsonarista (2019-2022) visou estabelecer o controle policial a baixo custo nas escolas públicas, por isso, a historiadora nominou-as de “escolas policializadas”, terminologia utilizada ao longo do trabalho. Na presente dissertação, para além dos efeitos nas escolas, deu-se um passo atrás: buscou-se entender *quem quer militarizar a educação escolar* e *por que*, especialmente no contexto de ascensão do neofascismo pós-golpe de 2016. Para responder tal indagação, debruçou-se sobre a essência da militarização brasileira e quais suas razões, dialogando com as obras do sociólogo Florestan Fernandes. Buscou-se também averiguar de que modo as Forças Armadas atuam em favor das classes dominantes (burguesia e latifundiários) e calibram a manutenção do *status quo* à extrema-direita, uma vez que são orientados por uma ideologia autoritária que se recrudescer ao longo da história. Após o período ditatorial (1964-1988), os militares tornaram-se uma espécie de “quarto poder”; sustentados por mecanismos expressos na Constituição Federal, como o Artigo 142. As polícias militares são interpretadas neste trabalho como parte da totalidade do Exército, por serem forças auxiliares e de reserva deste e regidas pelo Artigo 144, praticamente intocado desde a ditadura militar. A hipótese é de que, diferentemente do formato “híbrido” que já existia no Brasil (como foi o caso de Goiás), as escolas cívico-militares partem de um projeto societário formulado e sustentado pelas Forças Armadas brasileiras e setores civis neofascistas. Como referencial teórico-metodológico, utilizou-se o materialismo histórico-dialético. Como *objetivo geral*, visou-se diagnosticar a influência do Partido Fardado nos rumos da educação escolar pública brasileira. Para atingir o intento, definiu-se como *objetivos específicos*: 1) compreender a formação e a militarização do Estado autocrático-burguês; 2) apreender a politização das Forças Armadas brasileiras e sua atuação partidária na autocracia burguesa e 3) investigar a expansão das escolas cívico-militares no contexto de recrudescimento do neofascismo. O *objeto de pesquisa*, estudado a partir de uma análise documental, foi o “Projeto de Nação 2035”, elaborado em 2022 pelo Instituto Sagres em parceria com o Instituto General Villas Bôas e o Instituto Federalista. Ao diagnosticar o sentido neoconservador e autoritário presente no documento, percebe-se que a “*formação do povo*” é essencial aos para “minar radicalismos” e capilarizar o que chamam de “conservadorismo evolucionista”. Assim, concorda-se com diagnóstico de que está em curso uma *guerra cultural* e que, no governo neofascista, o Ministério da Educação tornou-se uma espécie de *bunker* (Leher; Santos, 2021). Mais do que um fenômeno conjuntural ou o interesse particularista de governos civis, a interpretação é de que a militarização da educação escolar foi uma espécie de *tática* que visou reposicionar os sistemas de opressão/repressão das classes dominantes; bem como aproximar as concepções neoconservadoras, neofascistas e autoritárias no antro da educação pública e na formação das massas.

Palavras-chave: Escolas cívico-militares. Militarização da educação. Neofascismo, Partido Fardado e educação. Escolas Policializadas.

ABSTRACT

The expansion of civic-military schools in 2019 returned to the spotlight with the enactment of Decree No. 10,004, dated September 5, 2019, which established the National Program of Civic-Military Schools (PECIM). Through a bibliographical analysis, we identified a certain consensus that, in the context of the rise of neoconservatism, this initiative aimed to increase control over students, shape their identities, and suppress the critical and free education guaranteed in Brazilian public schools by the Federal Constitution of 1988 and the Law of Guidelines and Bases. According to Virgínia Fontes, the militarized educational model under the Bolsonaro federal administration (2019–2022) sought to establish low-cost police control in public schools, which is why the historian referred to them as "policed schools," a term we employ in the title and throughout this work. In this dissertation, beyond the effects on schools, we took a step back: we sought to understand who seeks to militarize school education and why, particularly in the context of the rise of post-2016 coup neofascism. To address this question, we examined the essence of Brazilian militarization and its motivations, drawing on the works of sociologist Florestan Fernandes. We also sought to investigate how the Armed Forces operate in favor of the dominant classes (bourgeoisie and landowners) and align with the extreme-right status quo, guided by an authoritarian ideology that has intensified throughout history. After the dictatorship period (1964–1988), the military became a kind of "fourth power," supported by constitutional mechanisms such as Article 142. The military police are part of the Army as auxiliary and reserve forces, governed by Article 144, which has remained virtually untouched since the dictatorship. Our hypothesis is that, unlike the "hybrid" format that already existed in Brazil (such as in Goiás), policed schools arise from a societal project developed and sustained by the Brazilian Armed Forces and neofascist civilian sectors. For the theoretical and methodological framework, we employed historical-dialectical materialism. Moreover, as a general objective, we aimed to diagnose the influence of the "Partido Fardado" (Armed Party) on the direction of Brazilian public school education. To achieve this, we defined specific objectives: 1) to understand the formation and militarization of the autocratic-bourgeois state; 2) to analyze the politicization of the Brazilian Armed Forces and their partisan role in the bourgeois autocracy; and 3) to investigate the originality of the expansion of civic-military schools in the context of the rise of neofascism. Our research object, studied through a documentary analysis, was the "2035 Nation Project," developed in 2022 by the Sagres Institute in partnership with the General Villas Bôas Institute and the Federalist Institute. By diagnosing the neoconservative and authoritarian elements in this document, it becomes clear that the formation of the populace is deemed essential to "undermine radicalisms" and disseminate what they call "evolutionary conservatism." Thus, we agree with the assessment that a cultural war is underway and that, under the neofascist government, the Ministry of Education became a sort of bunker (Leher; Santos, 2021). More than a conjunctural phenomenon or the particular interest of civilian governments, in our view, the militarization of school education was a tactic aimed at repositioning the systems of oppression/repression of the dominant classes, as well as bringing neoconservative, neofascist, and authoritarian conceptions closer to the core of public education and mass formation.

Keywords: Civic-military schools. Militarization of education. Neofascism. Partido Fardado and education. Police-oriented schools.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Noções acerca da educação, sistemas de ensino e cultura proposta pelo Projeto de Nação 2035	72
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACSP	Associação Comercial de São Paulo
AI	Atos Institucionais
AIB	Ação Integralista Brasileira
AL	Aliança Liberal
Alego	Assembleia Legislativa de Goiás
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
APF	Administração Pública Federal
Bibliex	Biblioteca do Exército
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBMDF	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
CdG	Centro de Gestão
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
CIE	Centro de Informações do Exército
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CME	Colégio Militar do Exército
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPEAZ	Consultoria Política e Empresarial para as Américas - Seção Brasil
CPMG	Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás
DOI-CODI	Departamentos de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ELA	Esclerose Lateral Amiotrófica
EN	Estratégia Nacional
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESG	Escola Superior de Guerra
ESP	Escola Sem Partido
EUA	Estados Unidos da América
Febraban	Federação Brasileira de Bancos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituição de Ensino Superior
IGPM	Inspetoria Geral da Polícia Militar
IGVB	Instituto General Villas Bôas
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIA+ e outras	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, <i>Queer</i> , Intersexo, Assexuais
MAC	Movimento Anti-comunista
MEC	Ministério da Educação

Minustah	Missão de Paz no Haiti
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MSM	Mídia Sem Máscara
OBAN	Operação Bandeirantes
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OS	Organizações Sociais
PECIM	Programa Nacional das Escolas Cívico-militares
PESP	Programa Escola Sem Partido
PL	Partido Liberal
PM	Polícia Militar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGE	Programa de pós-graduação em Educação
PPGEDH	Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Humano
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SAE/CdG	Sistema Integrado de Gestão Estratégica
SECIM	Subsecretaria de fomento às Escolas Cívico-militares
SNI	Sistema Nacional de Informações
SRO's	<i>School Resource Officer</i>
Ternuma	Terrorismo Nunca Mais
TPE	Todos Pela Educação
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNITAU	Universidade de Taubaté
UPPs	Unidades de Polícia Pacificadora
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO 1 – PRINCÍPIOS DA MILITARIZAÇÃO NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE ESTADO E AUTOCRACIA	 23
1.1 FORMAÇÃO, CRISE E CONSOLIDAÇÃO DO PODER BURGUESES NO BRASIL	27
1.1.1 Ditadura e militarização.....	33
1.2 MILITARIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO AGRESSIVO	42
1.3 A DITADURA INACABADA: OS MILITARES E A REDEMOCRATIZAÇÃO	46
 CAPÍTULO 2 – PARTIDO FARDADO E AUTOCRACIA BURGUESA	 54
2.1 OS MILITARES, O PARTIDO FARDADO E O ESTABELECIMENTO MILITAR	55
2.1.1 A visão de mundo dos militares na Nova República: o Projeto Orvil.....	57
2.2 O PARTIDO FARDADO E O BRASIL SONHADO	66
2.3 O PROJETO DE NAÇÃO PARA 2035	67
2.3.1 A educação, os sistemas de ensino e a formação cultural em 2035	70
2.3.2 O Estado, a democracia e a reedição do nacionalismo autoritário	77
 CAPÍTULO 3 – EDUCAÇÃO, MILITARIZAÇÃO E NEOFASCISMO	 88
3.1 DO QUE SE TRATA A MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR?	89
3.2 NEOFASCISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL RECENTE	100
3.2.1 O Partido Fardado, a guerra cultural e o neofascismo.....	105
3.2.2 A escola sem partido e a fascistização da educação pública	110
3.3 MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO TÁTICA NA GUERRA CULTURAL	114
3.4 ALGUMAS REFLEXÕES (IM)PERTINENTES	122
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 130
 REFERÊNCIAS	 134

INTRODUÇÃO

A defesa da produção do conhecimento voltado à emancipação humana e a superação da ideologia burguesa, bem como o reconhecimento do que já se tem produzido, são fundamentais à sobrevivência da humanidade e à conquista da liberdade. Por isso, não é demais afirmar que uma pesquisa científica jamais é um amontoado de papéis ou de palavras que juntas não formam nenhum sentido. Todos (as/es) que pretendem produzir ciência, devem, em algum momento, reconhecer que o fruto do seu trabalho responde a uma determinada classe, mesmo que se exponha como “neutra” e “objetiva”, uma vez que “a ciência está sempre inextricavelmente ligada aos desenvolvimentos da sociedade em cujo solo ela opera e sem cujo suporte seu progresso seria totalmente inconcebível” (Mészáros, 2011, p. 254).

Desde o impeachment de Dilma Rousseff (PT), ficou explícita a existência de um projeto societário que visou destruir a frágil democracia brasileira; projeto este que não foi derrotado – embora desacelerado, com muita luta popular – pela troca de governo federal em 2022. Com o golpe de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro (PL) à presidência da República em 2019, experienciamos uma drástica deterioração das condições de vida da classe trabalhadora por uma miríade de atos normativos que enxugaram a Constituição Federal de 1988. Dentre os ataques, destacou-se superdimensionamento da coerção por meio das Forças Armadas (que alcançou todas as áreas da informação, segurança, gabinete presidencial, saúde e educação), a Emenda Constitucional nº 95/2016 e as Reformas Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e da Previdência (Emenda Constitucional nº 103/2019).

Autores como Boito Jr. (2020), Leher (2020), Calil (2020), Rebuá (2020) e Mattos (2022), permitem-nos compreender que a gestão bolsonarista (2019-2022) possuiu estreitas conexões com o fascismo, pelo negacionismo promovido ativamente pelo governo, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19, pela noção de “*mito*” mobilizada pelo ex-presidente, pelas manifestações extremistas e violentas, pelos traços racistas e a celebração da violência policial nas favelas, pela recusa de ações afirmativas, pela xenofobia e o antifeminismo, pela hostilidade às distintas expressões humanas e o uso crítico e autônomo da razão, além da aversão ao iluminismo, por suas práticas políticas sempre voltadas contra trabalhadores(as) e suas organizações, por desmontar quaisquer possibilidades de um Estado social e por desregulamentar as relações de trabalho.

A historiadora Virgínia Fontes, na mesma medida, argumenta que o bolsonarismo foi um fenômeno que se aproximou do fascismo pela sua atuação por vezes ilegal, o incentivo à criminalidade (com aproximações constantes de milícias) e o “[...] endosso explícito às práticas

historicamente corrompidas nos diversos setores da vida econômica e social, em especial atenção dos setores ditos de ‘segurança’ pública” (Fontes, 2019). A “era Bolsonaro” envolveu o aumento da presença de militares (das Forças Armadas e seus auxiliares – os policiais militares – e bombeiros) em cargos políticos e, em geral, o conjunto de políticas implementadas no período tiveram como objetivo, ainda segundo Fontes (2019), incitar e/ou autorizar o uso da violência direta paraestatal e assegurar a impunidade de seus seguidores (grandes proprietários dos meios de produção da vida ou aliados ideológicos).

A educação, naquele contexto, ficou permeada de uma perspectiva negacionista. Chefias do Ministério da Educação (MEC), como Ricardo Veléz Rodríguez e Abraham Weintraub – possivelmente os mais beligerantes da história – abriram caminhos à afirmação da extrema-direita, com noções conspiracionistas de “revolução cultural gramscista” e a ideia de que a escola é um “instrumento de ideologização da esquerda”. Na gestão de Weintraub (janeiro de 2019 – junho de 2019) é que se inaugurou o Programa Nacional das Escolas Cívico-militares (PECIM), pelo Decreto presidencial nº 10.004/2019. Mesmo que tenha se restringido, num primeiro momento, em pouco mais de 50 escolas, “[...] a criação dessa política teve papel crucial na expansão da militarização das escolas no Brasil e na disseminação de práticas educativas conservadoras nos quatro cantos do país” (Santos; Alves; Bardin, 2023, p. 50). Considerado um “projeto-piloto” que implementaria 54 escolas por ano, Eduardo Junio Santos aponta que, em apenas um ano, o modelo expandiu-se para quase todos os estados federativos (Santos, 2020).

Segundo Greice Martins Gomes, em sua tese de doutorado publicada em 2023, o PECIM legitimou pautas que dizem respeito aos ataques às minorias e a produção de inimigos ideológicos, atrelada à disseminação de teorias da conspiração. De acordo com Santos (2021), essa medida partiu de um projeto societário “imbricado na lógica da militarização, assim como em todas as bandeiras conservadoras, de conservação dessa estrutura presente em nossa sociedade”. Em complemento, Diogo Salles, afere que “[...] transformar a PM em protagonista desse processo [de militarizar as escolas] já deixa bem claro que nada disso se trata de combater a violência, mas sim trocar os agentes que têm a permissão de praticar a violência, só que dessa vez com aval do Estado” (Salles, 2019).

De acordo com Joselita Romulado Silva, em sua dissertação de mestrado intitulada “*Pedagogia do quartel: uma análise do processo de militarização de escolas públicas no Estado do Paraná*”, publicada em 2022 pelo PPGE/UFPR, a militarização de escolas públicas que iniciou em 2019 com o PECIM, confrontou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com uma abordagem qualitativa, a partir do estudo teórico da análise documental,

com fontes secundárias como jornais, leis, resoluções, editais, instruções normativas etc.; Silva (2022) concluiu que militarização da educação escolar surgiu como uma reação dos grupos neoliberais e neoconservadores aos movimentos sociais, intentando contê-los. Ainda, a autora compreende que houve o objetivo de docilizar os corpos dos estudantes, tornando-os obedientes e cumpridores de regras e normas, utilizando-se, para tanto, de práticas ilegais e que confrontam o direito individual dos jovens.

A dissertação Eduardo Junio Ferreira, publicada pelo PPGE/UFG em 2020, intitulada “*Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências*” também nos auxiliou no entendimento do fenômeno. O trabalho objetivou mapear a expansão da militarização escolar e, com uma metodologia de caráter bibliográfico e documental, concluiu-se que, em 2019, a militarização de escolas públicas de educação básica já estava presente em 14 das 27 unidades federativas brasileiras. Ou seja, expandiu-se de forma absolutamente devastadora; o que nos incentivou, na presente pesquisa, a buscar entender a expansão da militarização da educação escolar no contexto de ascensão do neofascismo.

Cumprir destacar que o fenômeno de expansão das escolas cívico-militares não é inédito. No contexto da reforma gerencial do Estado, dirigida sobretudo pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB/1995-2002) e o ex-ministro da fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira, as políticas educacionais alcançavam uma abrangência significativa para atender interesses privados dissimulados como disposição coletiva. Apresentada como “modernização”, “eficiência” e “Estado mínimo”, as reformas realizadas nesse período na administração pública aconteceram pela justificativa de uma “política de resultados”; incentivadas pelo recrudescimento do neoliberalismo agressivo (Mészáros, 2021) que ganhava fôlego mundialmente com figuras políticas como Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Muitos aspectos relacionados à cultura, à educação e à saúde foram gradativamente transferidos e/ou compartilhados com as iniciativas “públicas não estatais” (conhecidas como Organizações Sociais).

Nesse contexto, o Estado de Goiás foi pioneiro na aderência à militarização da educação escolar, que aconteceu por uma perspectiva privatista da educação, através das parcerias realizadas entre a pasta da educação e a da segurança pública. Com a Lei Estadual n.º 8.125/1976 – idealizada no interior da ditadura militar –, que dispunha sobre a organização das polícias militares (PMs), criaram-se os Colégios da Polícia Militar como órgão de apoio à instituição ostensiva; visando formar e especializar praças e oficiais. Um ano depois, o governador de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior (PSDB) incorporou ao seu programa de governo o projeto de hibridização das polícias à secretaria de educação.

Em 2001, consolidaram-se os primeiros Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás (CPMG), que “reaproveitou” a infraestrutura dos colégios estaduais e as transformaram em escolas geridas pela Polícia Militar do Estado de Goiás. O avanço dos militares na educação pública aconteceu, naquela ocasião, por duas vias: por uma iniciativa das Forças Armadas e suas forças auxiliares e de reserva (as Polícias Militares), interessadas na educação profissionalizante, e pelo convencimento de governos à direita acerca da militarização da educação como uma “fórmula” anticomunista para afastar os “males” da sociedade das escolas. Com o discurso de melhorar o desempenho dos estudantes e reduzir a violência nas escolas periféricas, o governo de Goiás firmou parcerias entre a segurança pública e a pasta da educação, em que algumas escolas públicas do estado passariam a contar com uma gestão híbrida.

Desde 2023, segundo a Secretária de Comunicação de Goiás (Secom-GO, 2023), houve a rescisão dos Acordos de Cooperação Técnica das Escolas Cívico-Militares, firmados com o MEC e todas as escolas com gestão híbrida migraram para o modelo de escola militar. Essa transformação foi realizada por meio de projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). Com essa medida do Governo de Goiás, o Estado chegou a 76 *colégios militares*. Neste sentido, para auxiliar na compreensão desse fenômeno, encontramos a dissertação de Nilson Pereira Bezerra, publicada pelo PPGE/UEG em 2011, intitulada “*Pacto pela Educação: o cumprimento da agenda neoliberal em Goiás e a militarização das escolas públicas*”. O autor estudou a relação entre o Pacto pela Educação em Goiás e a militarização e terceirização das escolas públicas. O trabalho analisou o modo como a militarização das escolas públicas foi estratégia de pontuação da parceria público/privado por meio das Organizações Sociais (OSs). Recuperamos este trabalho por compreender que podem existir semelhanças entre a militarização da educação em Goiás e no restante do país.

A dissertação de Jefferson Fernando Ribeiro Cabral, publicada em 2018, pelo PPGEDH/UNITAU, e cujo título é “*A militarização da escola: um debate a ser enfrentado*”, buscou compreender as concepções de violência escolar e a militarização das escolas públicas através da metodologia da história oral. Com uma abordagem qualitativa, aquele trabalho elucidou com entrevistas, que há quem defenda a militarização (por “organizar” as escolas através da disciplina) e quem critique o modelo de gestão, pois pode inibir a criatividade dos alunos e a socialização deles.

O trabalho de Guilherme Vargas Cruz, publicado em 2019 pelo Centro de Educação e Humanidades da UERJ e intitulado “*Todos (em disputa) pela educação: empresariamento da sociedade e militarização da vida*”, analisou os conflitos de poder na educação contemporânea,

abordando disputas entre diferentes formas de governança e modos de conduzir comportamentos. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com oito ex-alunos que abandonaram o curso de Educação Profissional integrado ao Ensino Médio em escolas militarizadas.

Na dissertação de Sandra Mara Batista Gomes, intitulada “*O regime punitivo do educar: um olhar sobre a educação pública no Estado de Goiás*”, publicada em 2016 pelo PPGE/PUC-Goiás, reuniram-se elementos para uma reflexão sobre a educação pública oferecida pelo Estado de Goiás à sua população. O trabalho evidenciou a relação entre o punitivismo como uma ideologia que “aprisiona” quem se afasta da “normalidade” (regras impostas por aqueles que dominam), investigando de que modo o abandono é um fator predominante para a elevação da violência.

O trabalho de Paula Cristina Pereira Guimarães, publicado em 2019 pelo PPGE/UFRRJ, nomeado de “*Os novos modelos de gestão militarizada das escolas públicas: um estudo a partir da experiência na rede estadual de ensino de Goiás*”, identificou que, nos últimos anos, as escolas militarizadas na rede pública estadual de ensino de Goiás despontaram nos principais indicadores que medem a qualidade do ensino no país e que estes resultados têm sido divulgados como estratégia de convencimento do conjunto da sociedade pelo governo do estado, concluindo que a militarização da gestão das escolas públicas do estado de Goiás é uma expressão da Frente Liberal-Ultraconservadora na educação.

Do ano de 2021, coletamos a pesquisa de Edna Mara Corrêa Miranda publicada pelo PPGEMP/UnB, cujo título é “*Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal*”. A autora investigou a organização pedagógica e curricular do Colégio Militar do Exército (CMB), da Polícia Militar do Distrito Federal - Tiradentes e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - D. Pedro II, para comparar com os colégios cívico-militares da rede pública de ensino do Distrito Federal. Concluiu-se que não houve também melhora no desempenho dos estudantes e se percebeu que os princípios defendidos pelos colégios militares e colégios cívico-militares estão em consonância.

As pesquisas mencionadas foram encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Plataforma Sucupira; através dos cruzamentos entre os descritores “militarização da educação AND neofascismo”; “escolas cívico-militares AND neofascismo”; “militarização da educação AND pedagogia militarizada”; “militarização da educação AND forças armadas”; “escolas cívico-militares AND escolas policializadas”.

Priorizou-se as pesquisas produzidas em programas de pós-graduação, das áreas das Ciências Humanas e Sociais, sem nenhum recorte temporal.

Por diagnosticar as lacunas e potencialidades ao realizar o levantamento da produção e a seleção de trabalhos que estivessem relacionados ao escopo da pesquisa, percebemos que existem preocupações consensuais sobre os impactos da militarização da educação no interior das escolas de que modo a polícia militar nas instituições educacionais afetam negativamente a formação crítica dos estudantes. Por isso, exploramos um caminho diferente. Por mais que a militarização da educação não seja um fenômeno inédito; existem características que chamam a atenção no modelo militarizado de escola pública no contexto pós-golpe de 2016: sua íntima relação com a ascensão do neofascismo.

De acordo com Fontes (2019); o objetivo das escolas cívico-militares foi manter o controle policial sobre o ambiente escolar a baixo custo; não à toa, a historiadora conceituou-as de “**escolas policializadas**”; terminologia que utilizaremos para nos referir as “escolas cívico-militares”. Consideramos também, ao longo do presente trabalho, o diagnóstico de que está em curso uma *guerra cultural* e, no governo neofascista, o Ministério da Educação tornou-se uma espécie de *bunker*, isto é, um “mecanismo de defesa” dos interesses neoconservadores de grupos como os militares e seus aliados ideológicos (Leher; Santos, 2021). Mais do que um fenômeno conjuntural ou o interesse particularista de governos civis, a militarização da educação escolar é uma espécie de *tática* que visa reposicionar os sistemas de opressão/repressão das classes dominantes; bem como aproximar as concepções conservadoras e neofascistas no antro da educação pública para a formação das novas gerações.

Os caminhos metodológicos definidos nesta pesquisa versam sobre uma abordagem de tipo *exploratória*, que almeja compreender de forma preliminar o tema estudado, identificar perspectivas sobre o fenômeno e detalhar os fatos de modo *descritivo*. Utilizamos também a *análise documental*, em que nos atemos a fonte, isto é, o Projeto de Nação 2035, para averiguar os fatos para além da sua forma/aparência, não nos restringindo ao específico “[...] sem identificar suas interconexões multiformes com um dado sistema de mediações complexas” (Mészáros, 2013, p. 62).

Para sustentar nosso argumento, considera-se que o estudo acerca de uma determinada política educacional demanda que nunca se isole o fenômeno como uma manifestação por si só. Por mais que as condições conjunturais interfiram em uma política educacional, é importante que os(as) pesquisadores(as) não recaiam no presentismo de averiguar somente a efetividade do documento; ou, neste caso, do impacto direto da militarização da educação escolar na formação dos(as/es) estudantes. As autoras Olinda Evangelista e Eneida Shiroma apontam que

as políticas educacionais não podem ser explicadas tão somente pela “política em si, tomando-a, em sua lógica interna, autojustificadora, porque não é possível compreendê-la isolada da materialidade, da correlação de forças que a produziu” (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 84). Neste sentido, é preciso apreender o fenômeno para além do documento, pois é necessária uma “reflexão de largo espectro – uma decomposição da fonte, uma superação da aparência” (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 99).

As metodologias e técnicas para estudar as políticas educacionais centram-se, de modo geral, em “vasculhar” os amígdalas da lei e encontrar a contradição entre as propagandas, o conteúdo do documento (a aparência) e as verdadeiras intenções (a essência): “ao se tratar de textos políticos, é preciso ter clareza de que eles não expõem as ‘verdadeiras’ intenções de seus autores e nem a ‘realidade’” (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 101). O ponto crítico, citado pelas autoras é que, em casos que essa opção metodológica é mal realizada, o(s) documento(s) serve(m) às aspirações pessoais de quem pesquisa e, sem o cuidado técnico necessário, a produção pode ter resultados frágeis com “afirmações sem as necessárias evidências; [que] pode gerar fluidez teórica nas hipóteses de trabalho ou, ainda, acusações históricas sem respaldo empírico” (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 101).

Ademais, orientamo-nos pelas concepções mais abrangentes de militarização da educação escolar, por isso, não focamos no diagnóstico dos impactos diretos no currículo e nas propostas pedagógicas das escolas, mas sim na abstração do fenômeno da militarização e dos sujeitos históricos envolvidos no processo. Para Gyorgy Lukács, a sociedade é um complexo de complexos que “no nível mais elevado do complexo total [pode] atribuir ao complexo parcial mediador funções parciais particulares, [e] surge nesse complexo parcial” que possui “certa independência, certa peculiaridade autônoma do reagir e agir, que precisamente nessa particularidade se torna indispensável para a reprodução da totalidade” (Lukács, 2013, p. 248). Portanto, no nosso caso, entendemos a militarização da educação escolar como uma “totalidade parcial” da totalidade social.

Retomamos Karl Marx para compreender que existem dois momentos da metodologia de pesquisa: a forma de investigar e o modo de expô-la. Para apreender o real, é necessário partir do concreto e da visão caótica do todo para “chegar finalmente de novo ao real, que não é mais que a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas” (Marx, 2003, p. 247). Numa concepção marxiana, essas conceituações são importantes para diferenciar o método de pesquisa do método de exposição. Ainda:

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção *a priori*. [...] O ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça no homem [e da mulher] (Marx, 2017, p. 90).

A presente pesquisa pautou-se no materialismo histórico-dialético por este ser uma elaboração que se pretende universalizante e residir na materialidade, até porque “a luta de classes não se dá no vácuo”, mas é preciso revelar o antagonismo como a “síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx, 2008, p. 220). Por isso, em suas incessantes consequências do cotidiano e do imediato, ou seja, em seu “sentido histórico geral”, precisamos que nossa realidade seja compreendida de forma particular.

O materialismo histórico-dialético é muito mais que um método de investigação e exposição. A objetividade (aparência) que parte essencialmente das condições concretas, constituem-se de uma historicidade, que em países da América Latina compõem uma determinada identidade, devido, conforme aponta Agustín Cueva, a uma “matriz estrutural heterogênea que se caracteriza primeiramente não apenas pelo desenvolvimento marcadamente desigual do capitalismo”, mas, também, por conta da presença de um modo de produção capitalista que “imprimem um caráter específico a todo processo de desenvolvimento” (Cueva, 2019). Complementarmente, como afirmou José Carlos Mariátegui, em defesa do marxismo: “não queremos, certamente, que o socialismo seja, na América, um decalque ou uma cópia. Deve ser uma criação heroica. Precisamos dar vida, com a nossa própria realidade e no nosso próprio idioma, ao socialismo indo-americano” (Mariátegui, 1970, p. 247, tradução nossa).

Cabe refletir também que, as teorias críticas e radicais, como o marxismo, quando são vistas puramente como uma concepção “militante”, “anticientífica” e “ultrapassada” – posição carregada de valores retrógrados e fruto da divisão social do trabalho –, “a ciência torna-se, não apenas de fato, mas por necessidade – em virtude de sua constituição objetiva sob as relações sociais dadas –, ignorante e despreocupada quanto às consequências sociais de sua profunda intervenção prática no processo de reprodução social expandida [...]” (Mészáros, 2011, p. 254). As inúmeras ofensivas burguesas (ataques à Universidade pública, estrangulamento do financiamento na educação, Reforma do Ensino Médio) buscam reprimir a autonomia das classes trabalhadoras e a produção do conhecimento, mas, como afere Florestan Fernandes, “o revolucionarismo democrático-popular, o nacionalismo revolucionário e o anti-imperialismo fomentam a desestabilização desse duplo sistema de poder associado” (Fernandes, 2009, p. 18).

O poder burguês visa paralisar a história de forma prolongada, mas “um capitalismo que depende da atividade do operário para *crescer e reformar-se*, que não se revela suficientemente maduro para concentrar nas classes burguesas, os dinamismos reais da sociedade de classe e do Estado burguês, é condenado à crise permanente e ao desaparecimento precoce” (Fernandes, 2009, p. 31, grifo do autor).

Para compreender a particularidade da militarização do caso brasileiro e estabelecer conexões com o fenômeno estudado, buscamos elucidar, ao longo desta dissertação, que a democracia burguesa (e suas variantes) se consolidou de forma relativamente eficiente em países de capitalismo central (ou melhor dizendo, se as burguesias nessas regiões lograram dos enormes excedentes econômicos produzidos nas suas ex-colônias), mas “fora dessas situações, que jamais chegaram a envolver mais de vinte países, a superestrutura ‘natural’ do capitalismo não tem sido exatamente a democrática, mas sim o seu extremo oposto” (Cueva, 2019).

Ademais, buscamos responder provisoriamente a seguinte questão: “*Quem quer militarizar a educação escolar pública? E por quê?*”. Com este trabalho, somamo-nos aos esforços de compreender a expansão das ditas escolas cívico-militares, especialmente após 2019. Em nossa avaliação, para entender a expansão da militarização da educação escolar, é importante reconhecer como este fenômeno se relaciona com o militarismo do Estado e os militares na democracia brasileira. Por isso, como *objetivo geral*, visamos diagnosticar a influência do Partido Fardado nos rumos da educação escolar pública brasileira. Para atingir o intento, definimos como *objetivos específicos*: 1) compreender a formação e a militarização do Estado autocrático-burguês; 2) apreender a politização das Forças Armadas brasileiras e sua atuação partidária na autocracia burguesa e 3) investigar a expansão das escolas cívico-militares no contexto de recrudescimento do neofascismo.

Nosso *objeto de pesquisa* foi o “Projeto de Nação 2035”, elaborado em 2022 pelo Instituto Sagres em parceria com o Instituto Geral Villas Bôas e o Instituto Federalista. Considerado pelo oficialato o “projeto mais robusto do Brasil sonhado desde o governo dos militares” (Clube Militar, 2022), nas palavras do gen. Luiz Eduardo Rocha Paiva, o documento pressupõe uma “desideologização” da sociedade brasileira para neutralizar o que consideram “radicalização política”, delineando o que chamam de *conservadorismo evolucionista* e *liberalismo econômico-social*. Como visaremos elucidar, essa forma de compreensão do real de setores específicos das Forças Armadas brasileiras, com especial atenção ao alto escalão, é uma continuidade da “ideologia de segurança nacional”. As referências do Projeto derivam de expoentes do pensamento autoritário brasileiro (Oliveira, 1982; Lamounier, 1985; Fausto, 1994), como Alberto Torres (1865-1917) e Oliveira Viana (1883-1951). Apesar de não ter

respaldo científico – ao incorporar teorias da conspiração como o “globalismo” –, o Projeto, também chamado de Estratégia Nacional, Grande Estratégia e Política Nacional, possui uma função social importante na luta de classes e na manutenção do *status quo*.

No primeiro capítulo, centramos esforços em compreender como se deu a formação da sociedade capitalista no Brasil e a maturação do poder burguês, que, para não ser derrotado, precisou mergulhar “a fundo na contrarrevolução, beneficiando-se, ao longo do processo, de novas revoluções tecnológicas e dos recursos que elas [as classes burguesas] trouxeram ao fortalecimento do capitalismo, à renovação da opressão e ao aperfeiçoamento da revolução” (Fernandes, 2018, p. 49). Elucidamos de que maneira se formou a concepção militarizada de segurança pública; que em momentos de ditadura e democracia são praticamente indistinguíveis. Para subsidiar o debate, utilizamo-nos de algumas categorias-chave; como a de Estado, autocracia burguesa e contrarrevolução, propostas nas obras de Florestan; crise estrutural do capital, neoliberalismo agressivo e pluralidade ideológica, de István Mészáros, dentre outros.

No capítulo 2, realizamos uma abordagem acerca da politização das Forças Armadas no Brasil, partindo do conceito de *Partido Fardado*, proposto por Oliveiros Ferreira. Este, por mais que uma expressão do pensamento conservador, é referenciado por diversos autores por produzir uma vasta obra acerca do funcionamento, organização e a política absorvida pelos militares ao longo da história. Ainda nesse capítulo, realizamos a análise documental do Projeto de Nação 2035; buscando compreender como as escolas policializadas estão relacionadas com os referenciais teóricos e as noções propostas pelos militares nesse documento.

No último capítulo, abordamos o conceito de escolas policializadas e seu desenvolvimento histórico nos Estados Unidos e no Brasil. Em seguida, aprofundamos a análise sobre a relação intrínseca entre a militarização da educação escolar, o neofascismo e a atual guerra cultural. Buscamos esclarecer se esse fenômeno, embora não seja capaz, por si só, de redefinir a função da educação pública, contribui para aproximar a vida militar das massas, moldando novas gerações sob uma perspectiva neoconservadora, neofascista e agressivamente neoliberal.

CAPÍTULO 1 – PRINCÍPIOS DA MILITARIZAÇÃO NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE ESTADO E AUTOCRACIA

1935

[...] Grito de assombro morto na garganta,
solução seco dor sem nome. Ferido.
De morte ferido. Como um animal ferido. Luta
de entranhas e dentes. Natal.
Sangue. Praia Vermelha.
Sangue.
Sangue. É quase um fio
escorrendo
sangrento
tenaz
por dentro dos cárceres,
nas ilhas
e nos corações que a esperança guardaram.

Jacinta Passos, 1935.

Na Constituição Federal de 1988, artigo 144, parágrafo 6º (Brasil, 1988), as polícias militares (PMs) são apreendidas como forças auxiliares e de reserva das Forças Armadas¹. Essa conformação não é mero detalhe constitucional, pois, por mais que as PMs resguardem certas particularidades no que tange à sua função, formação, carreira e treinamento, elas não são uma força autônoma em relação ao Exército; e, como buscaremos evidenciar, ambas as instituições formam, na sua totalidade, uma espécie de *partido*.

Historicamente, associado às novas formas de dominação das elites, as Forças Armadas, seus correspondentes federativos e, em casos particulares, as polícias políticas (criadas no contexto do Estado Novo e recuperadas na ditadura militar para perseguir “opponentes” do regime), foram cruciais na defesa dos interesses privados das classes dominantes. Neste sentido, no presente capítulo, abordaremos o papel desempenhado pelas Forças Armadas na consolidação de uma política anticomunista e, conseqüentemente, antipopular. Essa dinâmica não apenas configurou a atuação da instituição como “braço armado” das classes dominantes, mas também evidenciou sua relativa autonomia política. Além disso, discutiremos como a ditadura militar aprofundou o capitalismo monopolista nas terras brasileiras, transformando a contrarrevolução em uma estratégia permanente de dominação das classes possuidoras.

¹ As Forças Armadas brasileiras são compostas pela Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira. Para fins deste trabalho, focaremos no Exército brasileiro.

Com o papel histórico de manutenção da ordem, a militarização² e a exacerbação das forças ostensivas estão intimamente relacionadas com o modo como o capitalismo se desenrolou no país. Afinal, a expansão do mundo capitalista não ocorreu de forma triunfante em todos os lugares do mundo. Alguns caminhos seguidos pela burguesia, historicamente, foram definidas como “modernização conservadora” ou “rota capitalista reacionária”; conceitos estes utilizados pela primeira vez pelo sociólogo e historiador Barrington Moore Jr. em “*As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*”, publicado em 1983, para explicar a via não clássica, ou a “via prussiana”³ da revolução, ou seja, uma forma particular de consolidação do poder burguês e do triunfo capitalista.

A essência dessa categoria partiu do entendimento de que nem todas as revoluções capitalistas aconteceram da mesma maneira, com a burguesia ascendente subvertendo a ordem arcaica. Existiram processos históricos em que o moderno e o arcaico se conciliaram para adaptar-se ao novo mundo. Para Nico Poulantzas, a “via prussiana” e suas variantes (mais ou menos pioradas), podem ser compreendidas como uma importante transformação nas relações de produção que, no entanto, preservaram a superestrutura do Estado prussiano e o poder político nas mãos de uma nobreza fundiária. Esse tipo particular de revolução é que “Marx e Engels caracterizam como a revolução ‘a partir de cima’” (Poulantzas, 1986, p. 178).

Os elementos da “modernização conservadora”, categoria utilizada por Florestan Fernandes para compreender a “revolução burguesa”, podem ser encontrados em situações históricas como a do Brasil. Não queremos incorrer a anacronismos históricos ao comparar genericamente as transformações brasileiras modernas, mas destacamos que foi possível realizar aproximações entre o que aconteceu em países como Japão e Alemanha, em que o desenvolvimento capitalista não se deu pela desagregação do antigo regime, mas sim pelas opções históricas que propiciaram a acomodação dos interesses da aristocracia agrária e da burguesia industrial.

² Sobre o conceito de militarização, destaca-se que é um tema complexo e sua definição está em debate no campo acadêmico, contudo, entende-se aqui que o fenômeno se refere ao processo histórico-social pelo qual as instituições militares (em especial as Forças Armadas) foram capazes de influenciar toda a humanidade; através da disseminação do militarismo em um sentido positivo. A naturalização dos instrumentos bélicos para “proteger a vida” é proveniente de uma concepção de segurança pública que, em casos como o Brasil, confundiu a função do Exército e das polícias; criando um cenário de “guerra” para conter quem/o que pudesse ser considerado “perigo interno”.

³ Essa categoria foi formulada a partir dos estudos de Vladimir Lenin sobre o *problema agrário* identificado no processo alemão de desenvolvimento capitalista. Este se deu pela acomodação das elites aristocráticas e a burguesia ascendente para evitar uma revolução social.

Se ao menos até metade do século XX, persistiu uma leitura dogmática por parte dos estratos médios no país de que seria possível avançar nas potencialidades da economia brasileira com autonomia relativa em relação ao “eixo central”, Florestan apontou que “nós, com efeito, participamos das restaurações dos povos modernos sem participar de suas revoluções” (Fernandes, 2015, p. 47). Neste sentido, a consolidação do capitalismo dependente consistiu na articulação entre mecanismos externos, com empréstimos para viabilizar a infraestrutura industrial, e internos, ao não repudiar as forças centrípetas estrangeiras dentro do mercado brasileiro. Ao contrário de países que passaram por revoluções burguesas clássicas, como os Estados Unidos, Inglaterra e França, a burguesia brasileira aliou-se aos latifundiários e subordinou-se às grandes potências imperialistas através do capital financeiro internacional, dos monopólios transnacionais e das multinacionais.

Para compreender de forma mais cristalina as modificações no capitalismo brasileiro em meados do século XX, é fundamental revisitar a categoria de *imperialismo*, que será largamente utilizada no presente trabalho. No começo do século passado, os novos contornos do capitalismo mundial seriam definidos por Vladimir Lenin como uma fase superior do capitalismo (Lenin, 2007). Segundo o revolucionário soviético, o avanço da expropriação social e da concentração de capitais resultou em um cenário em que a livre concorrência foi drasticamente reduzida, concentrando-se nas mãos de um pequeno grupo de monopolistas, enquanto a vasta maioria da população mundial permaneceu sujeita a uma dominação capitalista ainda mais rígida e insuportável. O monopólio do capital foi a criatura que confrontou sua gênese, pois “o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência [...] ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando, assim, contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos” (Lenin, 2007, p. 108).

O acirramento das contradições entre o capital x trabalho levaram a uma situação de guerra aberta devastadora, que repartiu o mundo entre poucas superpotências. Ao destruir a livre concorrência, os monopólios constituíram-se na fusão entre o capital bancário e o capital industrial, gerando uma “oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas” (Lenin, 2007, p. 62) Neste sentido, o imperialismo é um fenômeno sistêmico que expropria o lucro da periferia do sistema capitalista, superexplorando as nações interdependentes entre si. Para Lenin, o capital financeiro, concentrado em um pequeno punhado de países, originou uma rede extraordinariamente vasta e densa, mas que compartilhou as riquezas produzidas mundialmente em um pequeno grupo de nações financistas, que congregam em bloco todas as classes dominantes.

Lenin também afirma que o “sinal de nosso tempo é o entusiasmo ‘geral’ pelas perspectivas do imperialismo, a sua defesa furiosa, o seu embelezamento por todos os meios. A ideologia imperialista penetra até no seio da classe operária, que não está separada das outras classes por uma muralha da China” (Lenin, 2007, p. 129). Ainda, a desumanização e a irracionalidade burguesa são a espinha dorsal do imperialismo, pois “todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar as condições renovadas para a exploração da força de trabalho” (Braz; Netto, 2006, p. 218).

Aliás, a partilha do mundo se deu em um “mar de sangue”. A tensão crescente em meados do século XX, especialmente após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) e a vitória da Revolução Russa em 1917, aqueceram os ânimos nacionais em países como a Alemanha (afetada pelo Tratado de Versalhes), em que a revolução espartaquista foi reprimida e a intentona nazista ganhou fôlego; ou na Itália, em que se alastravam os conselhos de fábrica e que foram violentamente derrotados pela reação, cada vez mais embrenhada no fascismo. Com a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), foram os Estados Unidos da América (EUA) que despontaram como a única potência dominante mundial que não sofreu as consequências duras de uma guerra. A nação que poderia ter feito oposição a essa dominação, a União Soviética, sofreu penosos impactos em decorrência da perda de milhares de habitantes e a destruição da sua infraestrutura nacional. Pelas condições objetivas de reprodução do capitalismo pós-Guerra é que os EUA, com um poderoso poder monetário e em uma situação histórica bastante peculiar, adquiriram um poder surpreendente para interferir em praticamente todas as nações do mundo e, no Brasil, terá uma influência sobremaneira no desenrolar capitalista.

Para Florestan, neste contexto de reconfiguração do imperialismo, as antigas colônias foram inseridas na lógica monopolista mundial. O movimento vertiginoso das expropriações de nações dependentes explicou-se pelo atraso destas na conformação do capitalismo monopolista e isso significou que quanto “mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas precisam de ‘parceiros sólidos’ na periferia dependente e subdesenvolvida” (Fernandes, 2006, p. 342). Ou seja, a “partilha do bolo” jamais poderia ser equitativa. A superpotência estadunidense será, a partir do século XX, protagonista em uma série de transformações que aconteceram no interior do modo de produção capitalista no Brasil, que foram profundamente afetadas por instituições transnacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

Nesta toada, a essência do capitalismo das nações periféricas pode ser definida pela associação entre dois extremos: o luxo, poder e riqueza de uma ínfima minoria de um lado, e

de outro, a extrema pobreza, a opressão e o opróbrio (Fernandes, 2006). Essa conformação foi uma espécie de “dupla articulação”, que denotou, na prática, a aliança interna da burguesia brasileira com os latifundiários escravistas e, externamente, com a burguesia imperialista. O servilismo da burguesia na associação à generalidade do capitalismo mundial gerou um desenvolvimento atípico e heteronômico, que preservaria o patrimonialismo (entendido como uma relação viciada entre o que é interesse privado e o que é bem público) e o caráter estamental do “antigo regime”; isto é, dos oligarcas.

Essa revolução particular fez com que o Exército e as polícias militares não tivessem um papel restrito à defesa do Estado-nação contra os inimigos externos, mas alinhasse suas demandas de modo a cooperar com a repressão política requerida pelas classes dominantes à consolidação do seu poder, contribuindo para a contenção dos “perigos internos”. Como aponta Igor Leone⁴, as polícias modernas vão se desenvolvendo como uma “forma de governar” e um braço das classes dominantes para coagir de forma extraeconômica; além disso, elas se tornaram uma espécie de “golpe permanente”. Contudo, a função do Exército no Brasil não se restringirá a coerção. Como veremos, historicamente, aquela instituição é formada politicamente por uma perspectiva anticomunista e conservadora e assume, de tempos em tempos, um protagonismo que é incompatível com uma perspectiva democrática.

1.1 FORMAÇÃO, CRISE E CONSOLIDAÇÃO DO PODER BURGUEÊS NO BRASIL

A Primeira República, proclamada em 1899 em virtude do fim do modelo escravocrata, foi marcada por uma incipiente industrialização e uma sucessão presidencial que não passou de rituais formais. Estes, não expressaram a vontade coletiva e se sustentaram por manobras regionais para garantir o poder nas mãos das elites cafeicultoras de São Paulo e Minas Gerais, em torno da Política do Café com Leite. Com isso, a “tarefa histórica” de modernizar o país foi delegada a uma burguesia ainda regionalizada, desfavorecida com a alternância presidencial e que incorporou concepções liberais, mesmo que de forma bastante imprecisa. Esse “triunfo burgueês” foi o resultado de uma coalização oposicionista representada pela “Aliança Liberal” (AL) efetuada em 1929, que exprimiu o anseio da incipiente burguesia em industrializar o país (não necessariamente de forma autônoma) e modernizá-lo a fim assumir os desafios do novo período histórico hegemônico. Ao mesmo tempo, a formação capitalista ilustrou o arcaísmo

⁴ Essa citação está presente no vídeo “Polícia Moderna”, do canal do Youtube “Antijurídico”, apresentado por Igor Leone em 2021.

histórico dos latifundiários escravistas, isto é, sua incapacidade de responder aos desafios da modernidade.

Mesmo que a coalização da agenda da AL agregasse diversos interesses políticos das mais variadas camadas sociais, já estava cristalizada uma situação histórica de dominação das elites “por cima”, pois enquanto o sistema capitalista se desenvolveu, o modelo agroexportador não precisou ser suplantado. Das entranhas das velhas estruturas políticas é que nasceu o “novo”. Florestan (2006) diagnostica que o servilismo da burguesia brasileira no processo de consolidação do capitalismo não se deu de forma despropositada. O sociólogo chamou a atenção ao papel ativo que a burguesia nativa realizou para que pudesse legitimar sua existência enquanto classe e ocupasse uma posição de prestígio ao lado dos latifundiários, de modo a perseguir sua “autoafirmação” e seu “autoprivilegiamento”.

A nova racionalidade burguesa depreendeu-se da atualização no aparato repressivo e ideológico das formas pré-capitalistas, o que gerou a modernização da estrutura jurídica e política do Império (1822 - 1889) e da Primeira República (1889 - 1930) a fim de racionalizar a máquina do Estado em seu sentido mais violento. Adaptou-se a radicalização da repressão do poder estatal a uma situação *contrarrevolucionária*, que permitisse a estabilidade das classes dominantes. Assim, Florestan aponta que o “consenso burguês” foi optar pela democracia restrita – a democracia entre iguais, entre os poderosos – com a orientação modernizadora de um governo forte. Nos marcos de 1930, o que foi concretizado por uma “revolução institucional” significou uma “revolução sem revolução”, ou, mais especificamente, “um despotismo burguês e uma clara separação entre a sociedade civil e a nação” (Fernandes, 2006, p. 352). Na emergência do capitalismo brasileiro, optou-se pela “rota reacionária” mencionada no preâmbulo: o latifúndio escravista acomodou-se e se limitou a garantir seus privilégios em harmonia com a burguesia nativa e os monopólios estrangeiros.

O aparato estatal foi paulatinamente, segundo Florestan, foi um instrumento de unidade tática requerido pelas classes dominantes para preservar seus interesses particularistas. Com a ausência de qualquer ruptura, “o poder burguês fez da iniciativa privada e de seu sistema um verdadeiro bastião” (Fernandes, 2006, p. 257). Ainda, com as pressões externas do imperialismo estadunidense, as classes dominantes brasileiras reafirmaram sua opção pela dependência. As classes despossuídas no Brasil ficaram sujeitas a uma “a depleção de riquezas [que] se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas” (Fernandes, 1972, p. 45). Outrossim, se nas nações de capitalismo central, a democracia burguesa foi uma “normalidade” essencial para o modo de produção capitalista e o controle de suas crises e

conflitos, na especificidade brasileira, o fundamento é uma expropriação absurdamente exagerada, que corresponde a uma drástica redução da democracia (Limoeiro-Cardoso, 1995, p. 5).

Com o mundo mergulhado em um acelerado processo de industrialização, a burguesia nativa não fugiu das práticas formais de democracia burguesa, mas as vinculou, objetiva e idealmente, a um “Estado de emergência neo-absolutista, de espírito aristocrático ou elitista e de essência oligárquica”, que uniu a “‘vontade revolucionária autolegitimadora’ da burguesia com um legalismo republicano pragmático e um despotismo de classe de cunho militar e tecnocrático” (Fernandes, 2006, p. 405). Assim, o produto da revolução burguesa no Brasil, segundo Florestan, não foi uma democracia fraca ou “insuficiente”, que requeria certo grau de desenvolvimento, mas uma *autocracia burguesa dissimulada*.

O fortalecimento do Estado com o desenvolvimento de um forte aparato repressivo foi importante para consolidar a dominação heterogênea da burguesia e solapar todas as possibilidades de disputa no interior daquele, especialmente as “revoluções dentro da ordem” antiburguesa; que em outros contextos históricos assumiriam a característica de reformas (como a reforma urbana, agrária, democrática, dentre outras). No interior do Estado autocrático-burguês, houve a preservação das estruturas e funções democráticas típicas de uma democracia burguesa, mas o monopólio político, econômico e social foi mantido nas mãos de uma oligarquia e a autocracia foi “automaticamente [convertida em] democracia e liberdade para a minoria dominante” (Fernandes, 2006, p. 406).

O “despotismo político” através da ditadura instaurada pelo Estado Novo (1937 - 1945), cujo expoente foi Getúlio Vargas⁵ devido ao seu “autogolpe”, foi um elemento importante para maturar o poder burguês e superar a impotência histórica da burguesia. Existiu, naquele contexto, certa aspiração ao nacionalismo e a brecha histórica para desenvolver um capitalismo com certo grau de autonomia, caso a burguesia ascendente tivesse aspiração ou vocação democrática para se aliar aos estratos médios e baixos e impulsionar seu próprio tipo de revolução. Contudo, a unificação burguesa com os latifundiários continuou a acontecer, pela urgência da “agenda imediata”: a garantia da estabilidade e o solapamento das chances de se

⁵ O riograndense Getúlio Vargas, após ter alcançado o segundo lugar nas eleições de 1930 e após o assassinato de Julio Prestes, assumiu o governo provisório. Esse fato expressou, ao mesmo tempo, os anseios das classes dominantes e os interesses de diversas forças políticas que lutavam por mais participação política no cenário nacional. De acordo com Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p. 363), esse governo provisório transitou entre um programa reformista radical (com a adesão de políticas trabalhistas) e a liquidação das formas organizativas mais expressivas da classe trabalhadora; destruindo o sindicalismo autônomo e excluindo os trabalhadores rurais aos benefícios da nova legislação. Em 1937, Vargas concretizou um “autogolpe” e instaurou uma ditadura totalitária através do Estado Novo, que durou 9 anos.

romper com o imperialismo estadunidense. Como a autoafirmação burguesa precisou ser enfim referendada, era preciso um Estado forte, mas sem “grandes atrevimentos”.

A grande característica o período estadonovista foi a centralização do poder e o fortalecimento do Estado nacional, com a constituição de um aparato burocrático civil e militar de caráter autoritário, centralizado, nacionalista, corporativista e a criação de uma complexa estrutura de policiamento (Prestes, 2019, p. 110). Aliás, por mais que o período varguista em seus quinze anos tivesse reservado ao Estado um papel importante em setores como a siderurgia, a produção de petróleo e energia elétrica, essas modificações internas no modo produtivo brasileiro só foram possíveis pela própria contradição intrínseca ao desenvolvimento desigual e combinado no Brasil, afinal, não houve superação de um modelo agroexportador. De acordo com Darcy Ribeiro, em outras áreas estratégicas da economia, deixou-se livre o caminho à exploração do capital privado, assegurado, inclusive, pelo poder estatal (Ribeiro, 2006).

No contexto ditatorial, ainda, irrompeu-se a ilegalidade com a aprovação da primeira Lei de Segurança Nacional (Lei n.º 38/1935), conhecida como “Lei Monstro”. Naquela, previa-se os crimes de natureza política contra o *status quo*; assimilando a “guerra” ao “estado de guerra”, sobretudo contra os que consideravam os “perigos” ou “inimigos internos” (lê-se: comunistas, anarquistas, sindicalistas e movimentos sociais populares em geral). Além disso, impedia-se a circulação de inúmeros materiais partidários que pudessem representar ou “incitar o ódio entre as classes sociais”. Esse “caças às bruxas” foi marcado também pela ascensão do fascismo italiano (1922-1943) e o nazismo alemão (1933-1945), fenômenos que emergiram após a crise da economia mundial em 1929.

Para que possamos compreender de que modo os acontecimentos mundiais impactam na formação do poder burguês no Brasil, cabe destacar alguns elementos sobre o fascismo clássico, que se expressou de formas diversas a depender do contexto sócio-histórico, mas contou duas características elementares: a pretensão de um programa revolucionário, adaptado aos interesses locais, e a aplicação da violência mais brutal por parte das classes dominantes para “salvar-se” da crise aberta no contexto pós-guerra. O fenômeno emergente no início do século XX mudou radicalmente o padrão de dominação das classes dominantes em todo o mundo. No Brasil, o fascismo começou a ganhar contornos expressivos com a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932, o primeiro partido de massas de cunho fascista e que rapidamente ganhou milhares de adeptos.

Para Gilberto Calil, na preparação para o golpe concretizado em 1937 por Vargas, Plínio Salgado – líder da AIB – ofereceu sua milícia ao movimento golpista. Contudo, “o apoio militar Integralista não era necessário e certamente não interessava a Vargas, uma vez que o tornaria

refém do Integralismo. Assim, concretizou-se o golpe de Estado, sem maiores resistências e com o apoio Integralista” (Calil, 2010, p. 67). De acordo com Edgar Carone, os integralistas, em sua maioria – e mesmo na ilegalidade a partir de 1937 – apoiavam Vargas, pois este traduziu, na leitura do movimento, o fim do liberalismo e a perseguição às esquerdas, além da aparente assimilação de ideias integralistas, como o corporativismo (Carone, 1988, p. 198 *apud* Calil, 2010, p. 68).

Dentre as características do fascismo, há o *mito da nação* e as noções chauvinistas conexas, que mesclam a concepção de pátria e Estado, o messianismo do líder, a noção idealizada de povo, a pauta moral, a supremacia racial e o racismo como um valor cultural, o combate às minorias, a xenofobia, a adesão a teorias conspiratórias (como veremos adiante, a ideia de “globalismo” e “marxismo cultural”) e do pensamento mágico, o forte anticomunismo e antissocialismo, além da aversão a qualquer movimento de caráter proletário e popular. Capaz de unificar todos esses símbolos e, de acordo com Umberto Eco:

O fascismo não era uma ideologia monolítica, mas antes uma colagem de diversas ideias políticas e filosóficas, um alveário de contradições. É possível conceber um movimento totalitário que consiga juntar monarquia e revolução, exército real e milícia pessoal de Mussolini, os privilégios concedidos à Igreja e uma educação estatal que exaltava a violência e o livre mercado? O partido fascista nasceu proclamando sua nova ordem revolucionária, mas era financiado pelos proprietários de terras mais conservadores, que esperavam uma contrarrevolução. O fascismo do começo era republicano e sobreviveu durante vinte anos proclamando sua lealdade à família real (Eco, 2016).

A concepção nacionalista influenciou fortemente o pensamento autoritário brasileiro no início do século XX, corrente que foi capaz de mobilizar as camadas médias, especialmente a pequena burguesia e as camadas médias. Conforme sinaliza Eco (2016), o nacionalismo foi característica típica de uma “ideologia reacionária e fundamentalmente aristocrática”. No fascismo compreende-se que não é o indivíduo, mas o povo que é [...] concebido como uma qualidade, uma entidade monolítica que exprime a ‘vontade comum’[...]. O povo é, assim, apenas uma ficção teatral” (Eco, 2016).

O nacionalismo é, na maior parte dos casos, puramente uma retórica. Segundo Antonio Gramsci: “o chamado “partido do estrangeiro” não é propriamente aquele que é habitualmente apontado como tal, mas precisamente o partido mais nacionalista, que, na realidade, mais do que representar as forças vitais do próprio país, representa sua subordinação e servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas” (Gramsci, 2017, p. 19). Em síntese, por mais que não seja a forma obrigatória assumida pelo poder político no capitalismo monopolista, de acordo com Leandro Konder, o fascismo é:

[...] uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro (Konder, p. 53).

Feitas as considerações sobre fascismo, é importante sinalizar que por mais que existam traços muitos semelhantes (como a violência aplicada com fins contrarrevolucionários), o Estado Novo não se tornou fascista. Uma das modificações mais salientes do período varguista foi na *estrutura de segurança pública*; por um tipo de ação militarizante e a:

[...] criação de regras bem definidas de ascensão nas corporações e de uma tendência tecnocrata, dando as bases legais para a consolidação de um modelo que visaria à adoção do mérito profissional em detrimento do apadrinhamento, ainda que de uma maneira discreta (Crusoé Júnior, 2008, p. 208).

Essa via contrarrevolucionária, na forma ativa e agressiva, garantiu “a instauração de controles autocráticos-burgueses de depuração e tutela desse regime” (Fernandes, 2006, p. 394). Ainda, para Florestan:

É nesse plano, que muitos consideram [o Estado] policial-militar, mas que é jurídica e policial também, que a autocracia burguesa coloca seu ideal de Estado em conexão histórica com o fascismo e o nazismo. O Estado não tem por função essencial proteger a articulação política de classes desiguais. A sua função principal consiste em suprimir qualquer necessidade de articulação política espontânea nas relações entre as classes, tornando-a desnecessária, já que ele próprio prescreve, sem apelação, a ordem interna que deve prevalecer e tem de ser respeitada (Fernandes, 2006, p. 400).

O regime político varguista consagrou a Doutrina Góis, proposta pelo general Pedro Aurélio Góis Monteiro, que tinha um projeto que se inspirava na concepção de *guerra total*. Esta concepção propunha que as Forças Armadas deveriam dirigir toda a vida da nação e a liberdade deveria ser compatível com a *segurança nacional*. Esta noção já se lapidava desde a Constituição de 1934 e foi reforçada pela Criação do Conselho Superior de Segurança Nacional e o Tribunal de Segurança Nacional em 1936. Justificou-se, através desses mecanismos, uma “situação de guerra” *contra a própria nação*. Segundo Almir Felite:

Em Constituições anteriores, o conceito de segurança nacional, ainda que com outros nomes, ligava-se a ideia de guerra. Com a Carta de 1934, a concepção de guerra passou a abarcar também a trava contra a subversão política e social, ampliando os poderes do presidente, que poderia decretar estado de guerra e suspender garantias constitucionais, em casos de atentado à segurança nacional (Felite, 2022, p. 138).

No Exército brasileiro, já existia a concepção deste como uma instituição permanente de tutela da ordem (ver Lentz, 2022), mas no momento histórico de modernização conservadora em que se acrescenta a concepção de segurança nacional, é incentivada certa autonomia do alto escalão das Forças Armadas para caminharem lado a lado das classes dominantes. Veremos adiante que modo essa concepção de segurança nacional foi aprimorada e moldou significativamente o pensamento autoritário nas fileiras do Exército, que se tornará também uma espécie de *partido*.

1.1.1 Ditadura e militarização

Com a desmoralização dos regimes fascistas em todo o mundo, o Estado Novo enfraqueceu, mas, na mesma medida, cresceu a politização das Forças Armadas e estas ocuparam-se, junto ao imperialismo estadunidense, de atentar contra as possibilidades de revolução dentro da ordem (Fernandes, 2019) e depor quaisquer defensores de um capitalismo mais autônomo. No contexto mundial, o mundo polarizava-se, pois em 1946 inaugurou-se a Guerra Fria, que se dividiu em duas grandes ideologias: de um lado, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), de outro, as potências imperialistas, liderada pelos EUA.

A exportação do projeto político da burguesia estadunidense se deu a partir de algumas estratégias, dentre elas: o Plano Marshall, para auxiliar na reconstrução de países europeus no pós-guerra e a Doutrina Truman, utilizada para enviar forças militares a qualquer país do mundo que fosse influenciado pela União Soviética. Para a América Latina, a super potência realizou assessorias militares, exportação de armamentos e treinamento militar. Em 1946, foi criada a *National war college*, sediada em Washington e vinculada ao Pentágono. Esta escola de guerra serviu de base a diversos antros do pensamento contrainsurgente, como a Academia de Guerra no Chile, a Escola Nacional de Guerra no Paraguai, a Escola Superior de Guerra na Colômbia, a Escola de Altos Estudos Militares na Bolívia e a Escola Superior de Guerra (ESG) no Brasil, fundado em 1946 (Fernandes, 2009). Esse fenômeno gerou modificações profundas na concepção de segurança nacional no Brasil. Segundo Stuart Schrader, o sistema carcerário nos EUA foi interligado com o estado de segurança nacional de países periféricos, através da

exportação de programas de assistência policial ou “programas educativos” e, assim, os EUA encontravam formas mais baratas de intervir naquelas regiões dependentes (Schrader, 2019).

Houve uma forte profissionalização policial e dos próprios Exércitos, como uma peça-chave para conter possíveis rebeliões e auxiliar no cumprimento da agenda econômica-política-ideológica estrangeira. Com a Revolução Cubana em 1959, o imperialismo estadunidense intensificou a exportação de sua doutrina militar baseada na estratégia de “guerra contrarrevolucionária”, importada do exército francês na mesma época. Esta, foi o resultado da estratégia desenvolvida pelo exército francês, após a perda do país na Guerra da Indochina (1946-1954). Para superar a derrota, as Forças Armadas francesas, posteriormente, aplicaram uma série de táticas de guerra durante os sete anos da Guerra da Argélia (1956-1963); com sistemáticas violências, como torturas físicas e psicológicas, assassinatos etc. Essas práticas foram incorporadas ao *Manuel de l’officier de renseignement*, publicado posteriormente como *Pacification in Algeria 1956-1958*, que visou ressignificar a experiência contrarrevolucionária das Forças Armadas do país colonizador. O manual foi exportado pelos EUA para todo o mundo e fundamentou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Esta, foi absorvida pela ESG e se constituiu como a “cartilha” para propagar o forte anticomunismo expresso na imprensa burguesa e contou com o apoio de entidades patronais e organizações extremistas como o Movimento Anti-comunista (MAC), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Sustentada na concepção de guerra, o que o Exército brasileiro emplacou com a DSN foi a ideia de que os militares eram combatentes na luta armada contra todas as formas de guerra, seja ela generalizada, fria e/ou revolucionária. Segundo Ananda Fernandes, a guerra generalizada é uma forma de luta absoluta contra o inimigo, travada por uma questão de sobrevivência, em que a guerra atômica é a última consequência. Já a guerra fria é emplacada em todos os campos: político, econômico, social, ideológico, militar, psicológico, mesmo que não se trate de um confronto direto (Fernandes, 2009). Ainda, a guerra revolucionária, ou contrainsurgente, trata-se de uma guerra contra os “perigos internos”; é uma guerra que pode acontecer entre os que atentam contra a ordem e os que a preservam, ou como uma revolta dos despossuídos contra a segurança nacional. A concepção de guerra revolucionária incorporada da DSN fez com que “todas as lutas e formas de contestação [sejam] percebidas como movidas pelo comunismo. Através da guerra revolucionária, a União Soviética estenderia seus domínios sobre o Terceiro Mundo, inclusive pelos militares latinoamericanos” (Fernandes, 2009, p. 840).

A concepção ideológica doutrinária da ESG funcionou como o fundamento do núcleo político institucionalizado. Os efeitos subjetivos ganharam contornos mais expressivos a partir

de 1954, quando os militares lançaram o “Manifesto dos Coronéis”, assinado por 42 coronéis e 39 tenentes. Esse documento publicou críticas ao governo e antecipou o argumento torpe do “perigo comunista” (Schwarcz; Sterling, 2015). O alto escalão do Exército, que também harmonizou ideologicamente os militares de baixa patente e as forças auxiliares, aliado aos interesses das frações mais abastadas da sociedade civil, costurava a conspiração golpista que adiante culminaria na ditadura militar. Esta, não foi mera aspiração dos militares ou um imprevisto, porque a “[...] transição estrutural e histórica para o padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista [...] se torna impraticável sem um apoio interno decidido e decisivo, fundado na base de poder real das classes dominantes, dos estratos empresariais mais influentes e do Estado” (Fernandes, 2006, p. 302).

Rodrigo Lentz chama atenção para o sistema de crenças basilar na concepção de Segurança Nacional, dentre eles: o **núcleo ontológico**, com os valores fundamentais, definidos a partir de crenças, cujas categorias perpassavam a sociedade política, baseada no humanismo cristão, na racionalidade, na sociedade funcional, nos objetivos nacionais, na segurança e no desenvolvimento. Segundo a doutrina, a natureza humana:

[...] derivaria [da] compreensão de que o homem é um ‘animal social’, ‘gregário’ [...] isso reforçaria um sentido natural de vínculos comuns, unidade de ação, conservação, coesão e a consequente criação de convenções, normas, práticas e atitude sociais. Portanto, para o pensamento militar, o ser humano transcende o individualismo (Lentz, 2022, p. 241).

Essa filosofia vaga e abstrata fundamentou a concepção de que as instituições são organismos fundamentais ao processo evolutivo da humanidade, confunde-se, de acordo com Lentz, com a natureza do próprio Estado, pois é esta instituição que, segundo a doutrina, dirige a vida em comunidade e uma entidade política instituída em uma nação para a conquista e a manutenção dos objetivos nacionais. Por isso que *ordem* e *progresso* seriam uma exigência à concepção de Estado.

O **núcleo político** agregou as estratégias básicas e posições políticas para efetivar a crenças militaristas. As categorias definidas perpassavam pelos objetivos nacionais brasileiros, dentre eles a identidade nacional, os interesses nacionais permanentes, a estratégia nacional de segurança e desenvolvimento. Além disso, defendia-se uma democracia liberal anticomunista e um neocapitalismo anticomunista, um Estado regulador e um mercado livre. Os valores fixados pela doutrina seguem uma noção de racionalidade humana que perpassam questões da “sobrevivência, da integração, da expansão, da conservação, da convenção moral, da unidade,

da coesão e da integração. São desses valores, uma vez transformados em aspirações, que ‘emergem’ os objetivos nacionais” (Lentz, 2022, p. 245).

Aquele núcleo também deu fundamento a própria função de instituições como família, a escola, a cultura, a religião e as instituições econômicas, que trouxeram consigo um sentido conservador “pois quanto mais sólidos forem os valores que as caracterizam, mais fortes serão as instituições [...]” (Lentz, 2022, p. 146). Ainda, a doutrina recorre à concepção de que a evolução do homem sofre desvios naturais, por isso, os desajustamentos acompanham a necessária concepção de *segurança*, que se realizaria no universo antagônico, mas também fora dele: “é ampla, global e abrangente, envolvendo as dimensões internas e externas, assim como não se restringe ao campo militar. Ao contrário, se estende às demais instituições do Estado e da sociedade, perfazendo uma noção de direito, mas também de dever dos indivíduos” (Lentz, 2022, p. 248). Por fim, o **núcleo instrumental** dentro da doutrina militar, deu o subsídio para efetivar o núcleo político por meio da ação, da informação, da mobilização e logística nacional. Neste ponto, entram questões relacionadas a tecnologias que devem aperfeiçoar o desenvolvimento de uma nação. Vale lembrar que a dinâmica da luta de classes brasileira trouxe para dentro do país a urgência do controle político e policial-militar.

Adiante, a instauração de uma hegemonia agregada (isto é, que articulou as classes dominantes internas e externa) foi um movimento que encontrou desafios, uma vez que o Estado nacional, mesmo que amadurecido, ainda não estava “forte” o suficiente para cumprir as novas tarefas históricas impostas à burguesia nativa. Contudo, Lilia Schwarcz e Heloísa Starling apontam que a partir de 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, houve uma cooperação entre o Vargas e Roosevelt para elevar a industrialização do Brasil a um novo patamar (Schwarcz; Starling, 2015). As parcerias EUA-BR também agradaram às Forças Armadas que, mesmo que importantes aliados de Vargas para manter o golpe de 1937; passavam a se moldar a partir das concepções estadunidenses; voltando-se contra quaisquer concepções nacionalistas.

Durante o período de 1945 a 1962, houve uma queda do voto conservador e um aumento na mobilização de votos progressistas; o que não expressava, necessariamente, quaisquer possibilidades de uma revolução *contra* a ordem autocrática. Com o suicídio de Vargas em 1954, a comoção popular tomou conta das ruas e evidenciou a necessidade ainda maior de ampliar a força do Estado; arruinando ebulições que poderiam alargar as fissuras de revolução contra a ordem. A década de 1950 foi um momento turbulento, que, mesmo em meio às resistências, encorajou o aprofundamento do padrão de acumulação capitalista. Combinou-se a expansão econômica via abertura do mercado – e com forte influência das empresas

estrangeiras – aliado ao fortalecimento de empresas estatais, que visou aprofundar o processo de industrialização e substituir as importações (Maciel, 2023). Para que o poder burguês se consolidasse no novo estágio de transformação do capitalismo, foi preciso uma reconfiguração do próprio Estado:

Na realidade, esse Estado precisa absorver *tecnologia avançada* e tem de efetuar uma dupla evolução: militarizar-se e ratear-se, preservando suas conexões estruturais e dinâmicas com o capital privado “nacional” e “estrangeiro”; 2. Impor-se como a inversão do “*Estado de direito*”, ou seja, como um Estado capitalista que não só é “nacional”, “democrático” e “representativo” para interesses de classe, internos ou externos, com os quais ele se articula econômica, social e politicamente (Fernandes, 1980, p. 120, grifos do autor).

A expressão mais radicalizada do poder burguês foi durante a instauração da ditadura militar, inaugurada no golpe de 1964 e que durou 21 anos. Neste momento, houve um intervencionismo estatal *sui generis*, que se abriu em duas direções: um capitalismo dirigido pelo Estado e a consolidação de um Estado autoritário. Por meio do despotismo político, o Estado não serviu aos interesses gerais, mas tornou-se um facilitador para dar “viabilidade histórica ao desenvolvimentismo extremista, a verdadeira moléstia infantil do capitalismo monopolista na periferia” (Fernandes, 2006, p. 402). As Forças Armadas foram fundamentais ao processo de consolidação da contrarrevolução burguesa, tornando-se uma instituição que operou contra a sua própria nação, formadas e subordinadas aos EUA.

A ditadura militar foi, então, um mecanismo que visou aprofundar uma *contrarrevolução preventiva* para evitar “novas Cubas”. Esse processo requereu a centralidade de um Estado forte e eficiente, através da exacerbação das forças militarizadas. Com as contradições entre capital nacional e estrangeiro, as características mais repressivas e autocráticas foram fundamentais para consolidar o padrão de acumulação imperialista dependente e dar a coesão ideológica entre as classes dominantes necessárias às transformações capitaneadas pelo imperialismo estadunidense. Segundo Florestan:

[A] Revolução Burguesa atrasada, da periferia, [é] fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e leva, de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classes profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe (Fernandes, 2006, p. 343).

Para fortalecer o Estado em seu sentido mais violento, Florestan (2006) aponta que houve um hibridismo entre os elementos democráticos (que se refere à participação direta das representações burguesas nos governos militares); autoritários (no sentido mais opressor da ditadura militar, com a imposição do poder burguês “de cima para baixo”) e os elementos

fascistas. Com este, houve uma redução drástica da tolerância das classes dominantes brasileiras, que acomodou o esforço da burguesia, em conluio com as Forças Armadas, em acomodar as divergências políticas intraburguesas. Afinal, sem o fascismo “diluído”,

[...] seria impossível o próprio capitalismo selvagem e a manutenção da ordem, pois os assalariados e os setores pobres se revoltaram, com o apoio de divergentes de outras classes. A principal função dessa conexão é a fragmentação do movimento operário e sindical bem como a neutralização de qualquer potencialidade de protesto popular (Fernandes, 2019, p. 89).

O movimento “autodefensivo” das classes dominantes demarcou o “enrijecimento e o uso organizado da violência de classe” (Fernandes, 2006, p. 388) – concretizado sobretudo pelas Forças Armadas, em âmbito nacional e as polícias militarizadas regionalmente. Portanto, a “unidade tática” das classes dominantes fez com que os dominadores superassem quaisquer divergências pontuais entre si, tendo foco na ação e transferindo, portanto, as suas “grandes opções históricas para o da autodefesa coletiva dos interesses materiais comuns, que compartilhavam como e enquanto classes dominantes” (Fernandes, 2006, p. 390).

Esse fascismo diluído ao qual se refere Florestan, em nossa interpretação do sociólogo, não converteu a ditadura militar em uma ditadura fascista, contudo, foi capaz de institucionalizar a contrarrevolução através da imposição de um projeto autoritário, enfatizando a necessidade de superexploração da força de trabalho para acumulação interna e externa do capital. Outrossim, as elites militares foram fundamentais para consolidar os acordos dos “de cima”. Essas alianças tecnocráticas e “cegas” – essencialmente antiproletária e anticamponesa –, demonstraram um aspecto ideológico novo, fundamental ao desenvolvimento do país “com segurança” e implicou, então, em uma filosofia altamente tecnocrática e um gradual endurecimento de calibre direitista dos militares.

É importante sinalizar neste ponto uma crítica bastante pertinente: pela formação histórica da autocracia burguesa; é possível aferir que democracia e autoritarismo não são fenômenos excludentes. Segundo Mészáros (2011), a ideologia dominante afirma-se em todos os níveis da sociedade burguesa, uma vez que controla efetivamente as instituições culturais e política da sociedade. Em complemento, para Florestan, na formação do capitalismo brasileiro, a ideologia burguesa formou-se a partir de uma complexa relação entre o que se proclamou como uma utopia (no período de ascensão da burguesia) e uma decadência. Por isso, na formação social do Brasil, a manutenção da luta de classes requereu uma “ideologia de mistificação” que foi:

[...] indispensável para que [a burguesia] pudesse ser modernizadora, em um nível, e conservadora, reacionária ou ultrarreacionária em outro [...] é o protótipo que se generaliza e confere à dominação burguesa a sua realidade política. A sua face oculta mais profunda iria aparecer mais tarde, através do fascismo, da ‘democracia forte’ e da autocracia burguesa. (Fernandes, 2018, p. 25).

Longe de ser uma superstição de indivíduos mal orientados (ou a “falsa consciência”), a ideologia é uma forma específica de consciência social, materialmente sustentada. Ainda, “sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social” (Mészáros, 2011, p. 65, grifo do autor). Portanto, a ideologia dominante possui a função social de eternizar conflitos existentes e “compreende-se, pois, que esta característica será mais pronunciada quanto mais for a importância dos interesses que motivam o confronto antagônico dos principais agentes sociais” (Mészáros, 2011, p. 69).

A manutenção da sociedade de classes acontece devido à alta capacidade de “pluralidade ideológica” da burguesia mundial, que advém da própria natureza do capital, uma vez que ele é “constituído como uma irremovível *pluralidade de capitais*” (Mészáros, 2011, p. 243, grifo do autor). Historicamente, há tempos de *aparente* democracia liberal, mas há momentos de estado de emergência, de crises incontroláveis que acontecem concomitantemente em escala global e, entre essas caóticas transições, é necessário garantir, do ponto de vista político e social, o terreno em que as próprias classes dominantes possam se reorganizar entre as circunstâncias que ora exigem o fascismo/nazismo, ou em certos momentos, permitam “voltar à normalidade” nas sociedades capitalistas de democracia liberal.

Ainda, a pluralidade ideológica indica que inúmeras concessões podem ser realizadas pelos dominadores, pois se trata de um mecanismo que “longe de ser um fingimento vazio, é de fato mais eficiente, não apenas entre os grupos de interesses concorrentes da classe dominante, mas também como um poderoso regulador do metabolismo sociopolítico como um todo” (Mészáros, 2011, p. 244). Assim, a pluralidade ideológica é, sobretudo, a “cooptação”: a legitimação de uma oposição consentida, institucionalizada, que possibilita a aparência democrática e de funcionamento de uma lógica diversa e plural, que gerem a falsa sensação de “representatividade”.

Neste sentido, há um paradoxo vital para a sobrevivência do capitalismo, pois esta precisa, inevitavelmente, de uma articulação autoritária (geralmente materializada na segurança pública), embrenhada sobretudo no Estado capitalista, principal instrumento em sua ofensiva contra as classes trabalhadoras. Se considerarmos as noções por Florestan (2006) e Mészáros

(2011) possível dizer que, por mais que autocracia e fascismo não sejam o mesmo fenômeno, a experiência fascista mudou substantivamente o padrão de dominação do imperialismo estadunidense nas periferias do capitalismo. Por isso, “a militarização do Estado e da política tende a mover-se facilmente na pior direção, pois, como uma fonte visível de totalitarismo fascista” (Fernandes, 2006, p. 109). Ou seja, aplicar a violência para forjar o consenso por cima foi a via “solidária” das elites, na garantia dos seus próprios interesses mais reacionários e chauvinistas.

No que se refere a consolidação do poder burguês via ditadura militar, a base ideológica, política e operacional foi executada pelas PMs. Estas foram reorganizadas após o decreto-lei n.º 667/1969 que manteve as PMs e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal como *forças auxiliares* e de *reserva* do Exército. Essa concepção de “auxílio” das Forças Armadas e fez com que o policiamento do cotidiano fosse realizado com uma ostensividade bélica desproporcional, pois as PMs passaram a reproduzir a lógica de guerra empreendida pelo Exército no cotidiano. Ainda, no texto do decreto-lei n.º 667/1969, previu-se como papel da polícia, em seu Artigo 3º, inciso IV era:

Art. 3º: Atender à convocação, inclusive mobilização, do Governo Federal em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se à Força Terrestre para emprego em suas atribuições específicas de polícia militar e como participante da Defesa Interna e da Defesa Territorial (Brasil, 1969).

Durante o regime, as PMs também absorveram a Doutrina de Segurança Nacional e eram responsáveis por “chegar” em todos os lugares em que o Exército não poderia alcançar e capilarizar a vigilância ditatorial. O cenário de “guerra” acelerou a profissionalização e o refinamento da inteligência policial e, já no início da ditadura, em 1964, o governo de Castelo Branco criou o Sistema Nacional de Informações (SNI, Lei nº 4.341/1964) – idealizado e organizado pelo general Golbery do Couto e Silva –, que acoplou a inteligência das Forças Armadas e das Polícias Militares. Aquele sistema ficou conhecido como “ministério do silêncio” e pretendeu uma estrutura similar ao esquema de informações formulado na Alemanha nazista através da Gestapo.

Ainda, os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), composto pelas polícias políticas, também foi um elemento jurídico elementar na repressão da ditadura, pois contava com uma alta profissionalização dos seus agentes para a produção de inquéritos arbitrários que gerou o controle dos opositores. Além disso, aquele departamento também foi um complemento que ofereceu aos PMs “o aparato técnico, judicial e burocrático típico de uma polícia judiciária

e investigativa em atividades estranhas aos militares” (Felite, 2023, p. 187). Dentre as atividades exercidas pelos policiais, podemos citar a violação da liberdade individual com grampos telefônicos e abertura de correspondências, infiltração de agentes policiais em movimentos sociais, além de processar e analisar os dados políticos coletados durante o regime. Em síntese, houve uma reorganização das PMs mediante medidas para controlar objetiva e subjetivamente essas instituições pelo Exército, nos termos da DSN.

Sobre as mudanças na estrutura da polícia militarizada, segundo Lentz (2022), esteve a criação da Inspeção Geral da Polícia Militar (IGPM), aparelho do Estado ligado ao Ministério do Exército e comandado por um general de brigada, que fiscalizou, coordenou, instruiu e normatizou todas as PMs estaduais; a dupla subordinação ao Exército e aos chefes do Executivo estadual; a limitação das atividades políticas, como a extinção do direito à sindicalização das baixas patentes (decreto federal n.º 57.131/1965; decreto-lei n.º 317/1967); manutenção da ordem pública e da segurança interna, em que as PMs passam a ter competência exclusiva do policiamento ostensivo, tanto de maneira preventiva como repressiva, prescindindo o emprego das Forças Armadas e, ainda, como mencionado, tornou-se forças auxiliares do Exército em caso de guerra externa, de subversões da ordem ou ameaça de sua irrupção. Assim, todas as intuições militares ficaram sujeitas ao Código Penal Militar, ao Código de Processo Penal Militar e à Justiça Militar. Posteriormente, esse controle da politização dos militares foi promovido pelo Estatuto dos Militares (Lei n.º 6.880/1980); que dispõem sobre elementos como a hierarquia, a disciplina militar e a subordinação inquestionável às ordens; sobre os valores militares (civismo, patriotismo, amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida); orgulho em exercer a profissão e a fé elevada nas Forças Armadas. Esse estatuto existe até hoje.

No cenário de intensificação da violência ditatorial, materializadas em ofensivas como a Operação Condor⁶, foram impostos Atos Institucionais (AI's) para conter as rebeliões e resistências contrárias ao período nefasto. Os “Anos de Chumbo” (1968-1974) foram decorrentes da necessidade de enrijecimento do clima político, para mascarar as contradições. Segundo Felite (2023), as PMs e as polícias políticas, que nesse momento quase não tinham diferenças, cumpriram o papel de criar “verdades que justificassem as narrativas de segurança nacional que sustentavam o governo ditatorial” (Felite, 2023, p. 188). O auge da violação de quaisquer direitos humanos foi a criação dos Departamentos de Defesa Interna (DOI-CODI)

⁶ A Operação Condor envolveu inúmeros países como Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e o Brasil e consistiu em uma aliança político-militar entre as ditaduras do Cone Sul durante as décadas de 1970 a 1980. O objetivo principal consistiu em reprimir e eliminar opositores políticos através de prisões ilegais, torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos. Os EUA desempenharam um papel sobremaneira, através de apoio político, financeiro e de treinamento aos militares, sob o argumento de combate ao comunismo.

em 1970, para orquestrar as ações policiais ao nível federal, estadual e municipal. Aquele aparelho foi proveniente da mesma estrutura da Operação Bandeirantes (OBAN) criada em 1968 em São Paulo, para garantir a operacionalização da ditadura. Ambos os aparatos repressivos contaram com o investimento massivo de empresas nacionais e estrangeiras. Foram torturas, desaparecimentos, sequestros, perseguições, asilos políticos que sustentaram os interesses dos dominadores.

Em síntese, burguesia brasileira, ao assumir sua tarefa histórica de subordinação e consagrar o antigo regime no período republicano, deu margem a um tipo de ordem social que “[...] se ajusta como uma luva ao capitalismo dependente e às seqüelas do desenvolvimento desigual interno ou da dominação imperialista externa” (Fernandes, 2006, p. 385), tornando a ordem social brasileira mais rígida porque “só se abre para os que se classificam positivamente em relação a ela; e que só é competitiva [...] para as classes dominantes, ou seja, para os ricos e poderosos” (Fernandes, 2006, p. 385). Os elementos autoritários e autocráticos, a hiperconcentração de terras e de poder, a guerra dirigida contra pessoas negras, povos indígenas, sem-terra e demais oprimidos, concomitantes ao desenvolvimento de um “Estado moderno” e democrático, revelaram-se como um propulsor do modo produção capitalista contemporâneo. Ainda, os militares (o Exército e as PM’s), em todas as esferas e diferenças, cumpriram o papel elementar de reprimir as possibilidades de transformação de superação do poder burguês.

1.2 MILITARIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO AGRESSIVO

Aliado às transformações mundiais, a estratégia militarista dos monopólios foram fundamentais à reorganização do capital e do capitalismo. Conforme aponta Mészáros (2002), estes sofrem uma crise que advém ao menos desde a década de 1960, que tem características *universais*, uma vez que não se restringem a uma ou outra esfera particular do sistema econômico. Trata-se de uma crise cujo alcance é *global*, pois não está confinada a um país capitalista; a escala de *tempo* é extensa e contínua, ou seja, permanente; e seu desdobramento é *progressivo*, ou seja, estrutural. Isso significa que diferente das crises “epocais” ou cíclicas do capitalismo, que o possibilitaram ingressar em fases produtivas ascendentes, o atual sistema “se tornou inseparável da necessidade cada vez mais intensificada de extensão militarista/monopolista e distensão do seu quadro de referência estrutural” (Mészáros, 2021, p. 163). Assim, a burguesia mundial em seu complexo industrial-militar não conta com outra solução senão gerir a crise e deslocar as crescentes contradições para os países dependentes do

eixo central. Essa crise estrutural do capital pôs em xeque a totalidade do complexo social e não está relacionada aos limites imediatos do capitalismo, mas sim à finalidade de uma estrutura global. Daí, reside a urgência em militarizar o Estado em diversos países do mundo, com especial atenção à América Latina.

As tecnologias militares estadunidenses, para Mészáros (2021, p. 690), transformaram-se em um “empreendimento”, uma vez que “a capacidade para sustentar os níveis de produção existentes em seus próprios países, em todas as sociedades capitalistas avançadas, são profundamente dependentes do mercado em expansão nos Estados Unidos”. Neste sentido, a produção militarista, a partir da década de 1960, esteve intimamente relacionada a necessária expectativa em transformar uma pseudo-oferta em demanda: “apesar da retórica dos ‘direitos humanos’ e da ‘aliança para o progresso’, somos aqui apresentados a uma relação de *complementaridade* essencial, na qual a oferta perniciosa do complexo industrial-militar ‘avançado’, não consegue internamente a ‘demanda efetiva’ requerida numa escala sempre crescente” (Mészáros, 2021, p. 193).

Não à toa, a urgência das ditaduras militares na América Latina foram o desdobramento da doutrina “desenvolvimento com segurança” e foi reelaborada pelos técnicos do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) com o pretexto de afastar o “fantasma do comunismo”. Aliás, o complexo-industrial-militar/científico forjou a necessidade de ditaduras militares em todo o mundo, justamente para legitimar a oferta real da “demanda fictícia” (Medeiros, 2004, p. 226). Para Mészáros (2002, p. 694):

Como resultado das novas exigências e determinações do capital, a ciência é desviada de seus objetivos positivos e a ela é designado o papel de ajudar a multiplicar as forças e modalidades de destruição, tanto diretamente, fazendo parte da folha de pagamento do complexo industrial-militar ubíqua e catastroficamente perdulário, como indiretamente, a serviço da “obsolescência planejada” e de outras engenhosas práticas manipuladoras [...].

Economicamente, os “sacrifícios” internos das classes dominantes brasileiras foram realizados para reorganizar o mercado nacional e pressioná-lo em direção aos mercados externos, rumo ao fortalecimento de uma política entreguista de exportação. A ditadura militar, encarregada de levar ao fim e ao fundo a política econômica que aprofundou a dependência, também reafirmou a necessidade de enrijecer o controle político do imperialismo estadunidense para com a América latina, e, assim, “a ditadura militar é muito condescendente com ambos os processos [controle econômico e político] e tende a avaliar a intromissão externa, extensiva e

intensiva, em assuntos nacionais, como uma questão de segurança interna” (Fernandes, 2006, p. 116).

No que se refere ao papel do Estado na economia e que fundamentou o programa econômico das classes dominantes, cabe destacar o conceito de “neoliberalismo” – fundamentado nas obras “*O caminho da servidão*”, de Friedrich Hayek, escrita em 1944, e “*Capitalismo e liberdade*”, de Milton Friedman, lançada em 1962. Aquele, foi de grande serventia para qualificar o conteúdo programático do imperialismo estadunidense dirigido a todas as nações do mundo. Ambos os autores fundaram a “Sociedade *Mont Pelèrin*”, uma organização internacional que reuniu economistas, filósofos, políticos e diversos aliados em torno de uma “nova” concepção ideológica do imperialismo.

Para autores como Perry Anderson, as estratégias e táticas propostas pelas elites orgânicas é considerada “uma doutrina completa” que fundamentou uma “mudança estrutural-histórica da própria natureza do capitalismo” (Anderson, 1995, p. 147). O “neoliberalismo”, saudado como uma “era de ouro”, trouxe consigo uma resignificação do “livre-mercado”, das “liberdades democráticas” e uma revisão da concepção de “Estado mínimo”. A partir de 1970, no contexto histórico de declínio do Estado de bem-estar social, as próprias classes dominantes difundiram que o Estado liberal (ou Estado de direito) deveria cumprir os objetivos básicos para uma boa convivência social e fornecer educação, saúde e segurança, mas, sobretudo, garantir o pleno funcionamento da iniciativa privada.

Contudo, segundo Florestan (2006), muito antes das ditaduras contemporâneas, o liberalismo como doutrina econômica foi destruído, junto ao capitalismo concorrencial, entre as décadas de 1870 a 1910. A ofensiva do capital financeiro reciclou-se diante da crise estrutural do capital e orientou-se por um conjunto de táticas que deterioraram drasticamente as condições de vida da classe trabalhadora a nível mundial. Autores como Mészáros (2021) argumentam que, sob os pretextos democráticos formais, os países imperialistas como França, Estados Unidos e Inglaterra deram continuidade à dominação neocolonialista proveniente do século XIX que, “mascarados de generosidade e progresso democráticos liberais, tornaram[-se] *anacronismos históricos* destrutivos” (Mészáros, 2021, p. 216, grifo do autor). Após a Segunda Guerra, com o triunfo estadunidense como superpotência e a crise estrutural que inúmeros países passaram, somente o fascismo conseguiu reajustar radicalmente a relação de forças. Os países capitalistas menores seguiram as políticas ditadas pelos imperialistas mesmo pagando o preço de uma instabilidade crônica (Mészáros, 2021).

Com o crescimento das resistências populares em todo o mundo, o liberalismo triunfante já não ecoava os anseios de dominação de classe e “sem dúvida, as então bem-sucedidas

variantes predominantes concepções de Estado democrático liberal diferiam apenas no que dizia respeito *internamente* a suas aspirações menos autoritárias em relação aos tipos de dominação de classe abertamente opressivos do Estado” (Mészáros, 2021, p. 217, grifo do autor). As formas mais autoritárias e abertamente fascistas foram essenciais aos empreendimentos burgueses na sua fase avançada e num contexto de crises cíclicas cada vez mais estruturantes na reprodução do capital financeiro. A ilusão liberal-democrática tornou-se anacrônica enquanto o “internacionalismo burguês” precisou exportar, especialmente no período pós-Segunda Guerra, ferramentas de violência e a agressividade para manter os países periféricos incluídos na lógica de exploração do capital estrangeiro.

Mészáros (2021) também sinaliza que o capitalismo nunca existiu sem um *Estado forte*, instrumento este indispensável ao funcionamento e à sobrevivência do capital. Historicamente, é o Estado capitalista que assume diversas tarefas do nenhum-pouco livre mercado: o papel de comprador direto dos excedentes econômicos dos empresários; nos investimentos na infraestrutura produtiva e no apoio à reprodução da força de trabalho; na salvaguarda aos bancos da falência (como na crise de 2008), financiando o complexo industrial-militar etc. Ainda, no conceito de *neoliberalismo*, a crise estrutural do capital é, segundo Geraldo Barbosa, equivocadamente assimilada como “crise fiscal do Estado”, quando, na verdade, o que acontece é a criação de um Estado capitalista baseado em um complexo social-industrial, no qual as elites burguesas desmontam o “*Welfare State*” e o substituem por um “*Warfare state*” (Barbosa, 2011).

Neste sentido, o final do século XX inaugura um programa dominante muito mais agressivo e que com certeza não incorpora os elementos revolucionários da herança iluminista do século XIX. A circunstância histórica irreversível de lucratividade decrescente impôs ao sistema do capital uma necessidade intrínseca de estabelecer operações criminosamente esbanjadoras da “indústria das armas” e, para Mészáros (2021, p. 300):

[...] é altamente significativo – e perigoso por suas implicações para a sobrevivência da humanidade – que, em nosso tempo, essa superpotência “democrática” [os EUA] tenha sido forçada a reverter às formas mais brutais e perdulárias de intervenção e ocupação militar em resposta à crise estrutural do capital, numa tentativa vã de resolvê-la impondo-se ao resto do mundo como o senhor do imperialismo global hegemônico.

Portanto, o que houve, do ponto de vista econômico, político e ideológico, foi um *novo tipo* de dominação que enterrou “[...] a anteriormente projetada reformabilidade estrutural do Estado [que] provou ser uma ilusão irremediável” (Mészáros, 2021, p. 145). A deterioração das

condições de vida a classe trabalhadora, em escala mundial, gerou, para Barbosa (2011), uma profunda crise na “sociedade civil” e serviu de pretexto para “garantias políticas” de manutenção da ordem. Essa racionalidade neoconservadora deu sentido e coesão ideológica ao bloco de poder hegemônico do capital monopolista, e, para tanto, aprofundou as características autocráticas do Estado burguês contemporâneo nas nações periféricas. Incapaz de se abrir para consensos, a burguesia imperialista investe em práticas políticas que visam sua autoconservação e, por isso, “esta ofensiva do capital financeiro sofre hoje significativo desgaste, mas pode se reciclar através de um ‘pseudo neo-desenvolvimentismo’ manipulador e repressivo” (Barbosa, 2011). Por fim, para podermos definir com maior precisão o programa econômico sustentado pelas classes dominantes, concordamos com Mészáros (2021, p. 145, grifo nosso) que a “realidade prosaica do liberalismo solene acabou se convertendo em *neoliberalismo agressivo* e a social-democracia não se envergonhou de voltar as costas a seu antigo credo, tomando partido, na maioria dos países, do neoliberalismo completamente retrógrado”.

1.3 A DITADURA INACABADA: OS MILITARES E A REDEMOCRATIZAÇÃO

Apesar das Forças Armadas não serem um bloco monolítico, sua tendência política majoritária é profundamente conservadora. Segundo Nelson W. Sodré, a formação dos militares no Brasil misturou-se com a defesa dos latifúndios (e posteriormente com a consolidação do poder burguês), mas, ao mesmo tempo, foi uma possibilidade quase única de jovens pobres ascenderem socialmente (Sodré, 2010). O historiador defendeu que houve inúmeras inclinações políticas no interior do Exército; o que significou o envolvimento dos militares também dentro de perspectivas progressistas em vários momentos históricos, como na Revolta da Chibata em 1910, no Tenentismo – liderado por jovens tenentes e capitães do Exército e teve como movimento mais exitoso a Coluna Prestes –, que tinha o caráter progressista diante da Primeira República, no engajamento com a Aliança Nacional Libertadora e até mesmo a formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujo principal nome militar foi o de Luiz Carlos Prestes (1898 – 1990). No período pré-ditadura, também aconteceu a Revolta dos Sargentos em 1963, que inclusive havia participado da Campanha pela Legalidade em 1961. Além disso, muitos militares se opuseram ao golpe em 1964 foram perseguidos e por vezes foram torturados e até mortos⁷. Isso denota que os militares brasileiros não são uma massa amorfa que só responde o

⁷ Sobre esse tema, recomendamos o filme “Militares da Democracia: os militares que disseram não”, de Silvio Tendler, lançado em 2014.

que lhe é incutido, mas que, em sua maioria e em última instância, correspondem aos interesses da burguesia e das oligarquias.

Por isso, não visamos sustentar análises unilaterais retificam as características particulares da formação militar no Brasil, alegando que as escolas militares e a caserna são unicamente “instrumento da reação” (Prestes, 2023). Para Anita Leocádia Prestes, os militares “podem ser classificados como uma camada social inserida no processo geral da luta de classes que se trava no país, em diferentes momentos de seu desenvolvimento histórico” (Prestes, 1994, p. 15). Existe, portanto, certo grau de autonomia ideológica e cultural nos setores militares, o que significa não negar a influência da filosofia positivista nas fileiras das Forças Armadas e compreender as nuances que permitem vislumbrar horizontes de desmilitarização da segurança pública brasileira, bem como disputar reformas que busquem, ao menos do ponto de vista tático, desvencilhar-se do formato absolutamente violento da militarização.

Adiante, a ditadura militar no início da década de 1980 chegou no momento da “prestação de contas”, pois “avançou-se até um ponto no qual a ditadura já não consegue esconder as fraturas de sua base de sustentação econômica, social e política” (Fernandes, 1982, p. 7). Com o desgaste proveniente de um regime cuja característica central foi a usurpação do Estado sob o mais terrível totalitarismo, era necessário a interrupção (não por vontade própria) da contrarrevolução. Assim, os dominadores “devorados pelo monstro que inventaram e produziram não têm ao alcance da mão outra *saída segura*. Veem-se compelidos a selar uma segunda aliança, na esperança de que da costela da ditadura nasça o seu complemento político, a apregoada ‘democracia pela qual tanto ansiamos’” (Fernandes, 1982, p. 8, grifo do autor).

No governo de Figueiredo – que para Luiz Carlos Prestes foi a “figura de proa” (Prestes, 1983), pois o governo de fato era exercido pelo alto escalão do Exército –, a repressão política foi descomprimida, as discussões acerca da revogação da Lei de Segurança Nacional (criada em 1935 e aprimorada em 1967) voltaram a ganhar fôlego. A convocação de uma Assembleia Constituinte já era debatida, tanto pelos partidos progressistas, quanto pelas próprias classes dominantes. Afinal, se o Estado condensou as diferentes demandas e interesses dos possuidores alinhados aos EUA, foi esta mesma classe, em sua totalidade, que cumpriu um papel elementar na transição para um “Estado representativo” (Fernandes, 2019). Os 21 anos de ditadura não poderiam ser encerrados de forma abrupta. Confundiu-se, então, a democracia com a cooptação das pautas populares.

Na distensão da ditadura militar, houve a Lei da Anistia (Lei n.º 6.683/1979) que, por um lado, foi fundamental nas lutas políticas dos movimentos populares e à libertação de centenas de presos políticos; contudo, a Lei também perdoou os algozes; os militares criminosos

não foram investigados e punidos. Para Florestan (1980), as “forças da ordem”, após o desgaste da ditadura, buscaram engendrar em escala mundial e a nível nacional transformações que não reduzissem a eficácia da contrarrevolução preventiva, pois a democracia não podia ser “demasiado porosa às tarefas políticas do proletariado, do movimento sindical independente e de partidos socialistas de orientação firmemente igualitária” (Fernandes, 1980, p. 6).

Neste sentido, a Nova República (1989 - atual) desenvolveu-se, ao mesmo tempo, pelas pressões dos “perigos internos” e pelo temor das classes dominantes em ampliar sua democracia tão exclusivista, o que elevou a capacidade de “[...] a autodefesa e a eficácia potencial do capitalismo, [mas] à *maior flexibilidade corresponde também a maior rigidez*, o que sufoca o caráter aberto da democracia liberal ou parlamentar” (Fernandes, 2019, p. 65, grifo do autor). Por mais que tenha existido uma oportunidade histórica de usar o rancor contra a ditadura de modo favorável à consciência popular, o declínio dos setores populares radicalizados e a vitória dos governos civis engajados no projeto que outrora foi protagonizado pelos militares e forças policiais, gerou “uma mistificação monstruosa; a montagem política e ideológica de um *Frankenstein*, batizado de *Nova República* e trombeteado pela cultura da comunicação de massa como uma ‘vitória do povo na luta pela democracia’” (Fernandes, 1985, p. 28).

Ainda, a reconfiguração dominante expressou que “a autodefesa da burguesia deixa de ser agressiva ou ultra-agressiva; mas ela mantém-se como uma constante e serve de pião da estratégia política das classes ‘*amantes da ordem*’” (Fernandes, 1980, p. 6, grifo do autor). A Constituição de 1988, apesar de contar com novidades – como a universalização da educação, liberdades de expressão e partidária, direitos voltados à população negra, indígena etc., direito ao voto universal – não se tratou de uma superação do Estado autocrático-burguês e a ampliação da democracia. A legitimação da luta de classes de forma “dinâmica” transformou a democracia em “uma forma política que regula a participação política desigual das classes sociais no controle dos interesses coletivos” (Fernandes, 1980, p. 9). Ainda, “os efeitos da Transição pactuada incidiram em várias instituições e seus *habitus*, redundando na banalização da violência que se institucionalizaria, em especial nas polícias militares e suas congêneres [...] num processo rápido de milicização de instituições do Estado” (Silva, 2021, p. 41)

Aliás, a burguesia arrogou “o papel de campeã da causa democrática, como paladina de uma transição lenta, gradual e segura para a democracia... tal arrogância encontra acolhida [...] nos vários estratos das classes burguesas. Porém, não recebe o devido combate e desmascaramento nos diversos ‘setores radicais’” (Fernandes, 1980, p. 9). Na incorporação do Brasil à ordem social mundial dominada pelos interesses dos EUA, houve ajustes internos às estruturas e dinamismos do capitalismo monopolista para viabilizar o controle externo nos

assuntos nacionais. A agressividade da ditadura foi gradativamente substituída por outras táticas de repressão, que prescindiu de elementos coercitivos na aparência, mas deixou-os encapsulados na ossatura do aparato repressivo do Estado, ou seja, na militarização da segurança pública (Fernandes, 2018).

As Forças Armadas brasileiras tornaram-se uma instituição capaz de soldar diferentes setores da burguesia imperialista e prestar socorro em momentos de crise. A materialidade deste argumento reside na manutenção do Art. 142 da Constituição Federal de 1988, que prevê as Forças Armadas (constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica), são denominados *militares* e atuam como “instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, *da lei e da ordem*” (Brasil, 1988, grifo nosso).

Esta manutenção serviu como um “código” que pode ser acionado quando a “guerra civil a frio” precise ser substituída a uma “guerra civil a quente” (Fernandes, 1983). A tutela militar resguardada constitucionalmente, de acordo com LC Prestes, atribuiu às Forças Armadas “funções evidentemente incompatíveis com um regime efetivamente democrático. [...] Trata-se de um preceito que constituiu uma das maiores ou, mesmo, a maior vitória dos generais na Constituinte” (Prestes, 1988). O dirigente comunista também afirmou que os militares seriam uma espécie de “quarto poder”, pois podem, constitucionalmente, tanto depor o presidente da República, como intervir no movimento sindical, destituindo seus dirigentes ou intervindo em movimentos grevistas.

Manteve-se uma politização dos militares ao longo da Nova República, o que confere certos traços e características que posteriormente alargariam os caminhos à atuação partidária dos militares no interior da democracia brasileira. Segundo José Genoíno, o Art. 142 serviu como um “poder moderador”, pois, “eles [os militares] cultuam como se fossem donos do Estado e do monopólio da pátria. Em nome disso eles têm autonomia, não prestam contas a ninguém. E eles se organizam como uma casta” (Genoíno, 2023). Ainda, do ponto de vista de classe, se o enrijecimento do regime ditatorial alcançou seus limites, o problema político foi passar por uma nova variante de Estado autocrático para estabelecer uma democracia forte. Por isso, a dissimulação dos militares no interior da democracia foi prefixada nos termos do papel atribuído às Forças Armadas na política de segurança nacional.

Houve também a preservação do Art. 144, que dispõe sobre os órgãos da segurança pública, dispositivo este que caracterizou que o controle militar se deu por outros meios e auxiliou na estabilidade da contrarrevolução. Um dos pontos mais preocupantes naquele Art.

foi a manutenção do parágrafo 3º que prevê: “as corporações militares, se existentes, destinadas, primordialmente, à manutenção da ordem pública e da segurança interna e ao exercício de outras funções, nos termos da lei, *constituir-se-ão em forças auxiliares e reserva do Exército*, subordinadas aos Governadores dos Estados” (Brasil, 1988, grifo nosso). Existe também uma contradição em quem “comanda” as forças policiais, expressa no Art. 11, XXI da Constituição que aciona o governo federal quanto as “normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares” (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103, de 2019), gerando duplicidade no comando das forças policiais e bombeiros; que permanecem sob o comando estadual; mas podem ser acionados pelo governo federal. Esse desequilíbrio – que pende a favor da União – demonstra:

[...] um duplo comando: federal e estadual. Os governadores ficam com o ônus de pagar os salários, sem, todavia, poderem decidir qual tipo de armamento deve ser comprado, como as tropas devem ser alinhadas, ou onde devem ser construídos novos quartéis. [...]. O tipo de armamento, a localização dos quartéis, o adestramento das tropas e a coordenação das PMs continuam sob o controle da IGPM que, a partir da Constituição de 1988, perdeu o controle sobre a instrução das PMs. A Emenda Constitucional apresentada, em setembro de 1997, logo após as greves das PMs, por FHC ao Congresso sugeriu a volta deste controle para as mãos do Exército (Zaverucha, 2005, p. 69-70).

Ao manter a concepção de segurança pública militarizada proveniente da ditadura; houve convicção de que a função desses artigos foi a preservação da segurança das classes dominantes e não os direitos fundamentais do conjunto da sociedade. Segundo Genoíno, um dos grandes problemas dos artigos 142 e 144 é, novamente, a questão da “lei e da ordem”, pois:

[...] se você abre para uma disputa entre esquerda e direita dentro das forças armadas, você cria a anarquia militar. E as forças armadas, o que elas são em última instância? Elas são parte integrante do Estado capitalista. Na hora ‘H’ elas vão cumprir a ordem; por isso elas não abrem mão do conceito da lei e ordem. O que é ordem? É tudo. O que é lei? É tudo” (Genoíno, 2021).

As polícias militares, regidas no âmbito dos estados, pelo Código Disciplinar Militar – que em sua maioria permaneceram inalterados desde a primeira redação centenária – mantiveram as PMs praticamente irretocáveis. Manteve-se os princípios hierárquicos provenientes do Regulamento Disciplinar do Exército que fundamenta todas as ações institucionais. A manutenção do Art. 144 também prevê a manutenção da militarização da segurança pública, a fragmentação das polícias, a continuidade das polícias militares como forças auxiliares e de reserva do Exército e a concepção de lei e ordem. O impedimento da

realização de ciclos completos das forças de segurança pública, mantém estas segmentadas em polícia militar, federal e civil. Estas duas últimas realizam seus trabalhos no campo investigativo e possuem direito à greve e à organização política como qualquer outra categoria de trabalhadores; o que não ocorre para as PMs.

Esse divisionismo faz com que existam dois setores da polícia: há quem pensa, há quem executa. Isso reproduz a concepção de que as PMs são meros punhos de ferro do Estado e “pressionadas por serem as instituições presente diariamente nas ruas, a lógica da produtividade das Polícias Militares se voltou para efetuar um grande número de prisões. Por não poderem investigar, só lhes cabe prender em flagrante” (Felite, 2023, p. 271). Por serem forças auxiliares e reserva do Exército, a estrutura interna da polícia é muito semelhante no que diz respeito ao uniforme, nomenclatura das graduações (cabo, sargento, soldado), o que aproxima os PMs muito mais do Exército do que da própria população brasileira.

Outra limitação do Art. 144 foi manter a proibição dos PMs de se envolver em assuntos políticos, como organização sindical e greves – assuntos estes que podem gerar punições internas, até mesmo a detenção do policial. Nos regulamentos das Polícias Militares (em que cada estado possui um próprio), os oficiais (2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel) são os únicos que podem tomar decisões acerca de cada ação e função prestadas pelos policiais. São eles, inclusive, que aplicam processos militares e a Justiça Militar. Os militares de baixa patente são impedidos de emitir qualquer opinião que possa ser uma afronta aos superiores; inclusive, o treinamento dos soldados e cabos são descritos nos regulamentos estaduais como “adestramento”. Aliada às legislações amplas e instrumentalizada para o controle político-social de opositoristas, na Nova República, a noção de inimigo interno – que nos aprofundaremos no capítulo 3 – foi reconstruído.

Ao manter as Forças Armadas e a militarização da segurança pública praticamente intocáveis, tornou-se nítido que a aparente flexibilidade do poder burguês se deu devido às pressões do tope da sociedade e conferiram:

[...] um amplo espaço político à ditadura, no qual ela pode movimentar-se, defender-se e até ganhar elasticidade para parecer ser o que não é. As duas coisas, isoladamente e em conjunto, concorrem para o mesmo efeito: o regime se despoja de alguns de seus traços e funções, mas incorpora outros e, o que é deveras relevante, pode preservar quase intocável seu núcleo do poder (Fernandes, 1985, p. 18).

Ainda sobre a manutenção do poder burguês pós-ditadura, Florestan apontou que a vitalidade do sistema capitalista permaneceu porque ele “acumulou maior experiência e porque hoje desobedece friamente todos os limites da ousadia no manejo do aparato ‘legal’ e ilegal da

ditadura” (Fernandes, 1985, p. 18). Em síntese, a impregnação tecnocrática e militar proveniente do recrudescimento do Estado na formação do poder burguês, iniciada no período varguista, foi, assim, o preâmbulo do que se teria, posteriormente, como o ponto mais alto de maturação da dominação “por cima” e que transferiu para os setores burgueses e militares “as tarefas centrais do movimento histórico autodefensivo e contrarrevolucionário da burguesia” (Fernandes, 2006, p. 396).

A tecnocratização do poder estatal também impulsionou transformações históricas em curso que só foram possíveis por conta de uma violência e repressão incorporadas à ossatura estatal, uma vez que não havia nexos entre a regeneração dos costumes e da ordem e a explosão da modernização (especialmente a industrialização). As PMs como força auxiliar do Exército também foram importantes, para garantir o Estado nacional como um lugar de consenso, de autoprivilegiamento e autodefesa da burguesia dependente.

Para Florestan (2010), a militarização do Estado e da política cumpriram um papel fundamental, tanto na formação do capitalismo brasileiro, quanto na transição ao capitalismo monopolista dependente. O capitalismo em nossas terras não é aspiração do segmento mais “iluminado” de um povo, tampouco aconteceu em decorrência de uma modernização do Exército, ou por um “clamor popular”. Os militares, “em virtude das potencialidades institucionais estratégicas de ação organizada e efetiva das Forças Armadas, num contexto onde a ordem social estabelecida enfrenta diferentes tipos de fissuras” foi o sujeito histórico às avessas no momento em que “se encadeiam às novas tendências da revolução burguesa sob o ‘capitalismo monopolista’” (Fernandes, 2010, p. 108).

O envolvimento dos militares na defesa irrestrita dos interesses privados da burguesia, foram de natureza institucional, isto é, com o Exército como uma instituição permanente, e dispensou um movimento de massas mais acentuado para garantir as transformações conservadoras. A particularidade do golpe militar na América Latina, em especial no Brasil, foi o seu caráter *contrarrevolucionário*, que, após o “fim” da ditadura militar, tornou-se *permanente*. O primeiro, porque a burguesia constrói seu próprio caminho na produção de um mundo “a sua imagem e semelhança”, para referenciar Marx e Engels. O segundo, porque a contrarrevolução não se restringiu a uma tática pontual, mas o “tendão de aquiles” da consolidação do poder burguês e precisa acontecer de forma permanente. A revolução burguesa no Brasil reconfigurou o Estado brasileiro e facilitou a concentração de poder sob a opressão mais aberta e desmascarada (Fernandes, 2006, p. 108).

No presente capítulo buscamos iluminar os debates acerca da formação do capitalismo brasileiro, do Estado autocrático-burguês e de como a militarização que vivemos está

intimamente relacionada com a manutenção das classes dominantes (isto é, latifundiários, burguesia e seus aliados). Vimos, ainda, que a transição democrática significou um *suspiro*, porque a democracia, *ainda que restrita, é infinitamente melhor que democracia nenhuma*. Contudo, a democracia atual possibilita o recrudescimento da violência contra os mais pobres, o racismo, machismo, a hiper-concentração de terras e a perseguição sistemática aos trabalhadores da terra e urbanos. Aliás, buscamos elucidar que existem elementos totalitários, autoritários e fascistas que persistem no Estado brasileiro e isso não exclui a existência e persistência de movimentos fascistas, que podem, inclusive, participar politicamente dos mecanismos formais e representativos da aparente democracia burguesa. No próximo capítulo, ensejamos aprofundar a discussão acerca da atuação dos militares na Nova República que, em nossa interpretação, ocorre de maneira partidária.

CAPÍTULO 2 – PARTIDO FARDADO E AUTOCRACIA BURGUESA

Por que me ufano do meu país

*Com seu fervor cívico
diz um proprietário:
"Minha pátria é o meu patrimônio.
E dela me ufano".*

Lêdo Ivo, 1980.

Como vimos, o papel do Exército e das PMs no Brasil assume funções sociais muito semelhantes, o que faz com que, atualmente, o policiamento do cotidiano e a conduta policial seja encarado a partir da lógica de guerra. A Carta Magna, ao manter o sistema de segurança pública bipartido, isto é, com duas polícias (civil e militar), não alterou o modelo de polícia herdado da ditadura. Esse mecanismo institucional aproximou as PMs do Exército, deixou certas “tarefas administrativas” aos estados federativos e, aos municípios, resguardou-se a manutenção dos guardas civis.

O princípio radicalizado da militarização é alvo de críticas dentro das próprias forças ostensivas. Uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgada em 2021, revelou que cerca de 70% dos trabalhadores da segurança pública no Brasil apoiam a desmilitarização. Esse debate é intensificado pelos alarmantes índices de letalidade policial: a polícia brasileira é responsável por aproximadamente 23% dos homicídios no país, ao mesmo tempo, é a polícia que mais morre (Fórum de Segurança Pública, 2021). Para Bruno Manso, o modelo policial vigente não apenas contribui para esse cenário, mas também compromete a credibilidade das forças de segurança perante a sociedade (Manso, 2021). O jornalista ressalta que a combinação entre o aumento do efetivo policial nas ruas e a liberdade para agir com violência fomenta o descontrole das corporações, abrindo margem para o envolvimento em atividades ilícitas. Assim, a segurança pública no Brasil parece funcionar, mas somente para aqueles que dela se beneficiam.

Por que, então, as PMs não são reformadas? Ora, as classes dominantes dependem de seu aparato de coerção. Este, manifesta-se tanto na politização das Forças Armadas quanto na inteligência operacional das polícias militarizadas. Não se pode afirmar, portanto, que a atuação dos militares na realidade brasileira se limita às intervenções ostensivas, como ocorreu em 1964. A concepção de segurança nacional assimilada à segurança interna, presente nas fileiras militares pelo menos desde 1930, sugere que as ações dessa instituição são coordenadas

estratégica e taticamente em alinhamento com concepções orgânicas muito próximas às defendidas pelo militarismo estadunidense.

Por isso, no presente capítulo, queremos aprofundar a discussão acerca da atuação partidária dos militares, sua doutrina e formação ideológica, pois, embora o foco dos estudos sobre as escolas policializadas recaiam nas PMs, é imperioso discutir, na verdade, a totalidade das Forças Armadas. Concordamos com Pedro Marin quando diz que “vemos que o caso brasileiro parece nos confundir precisamente porque a ‘guerra’ não foi aberta até o momento. É precisamente por isso que tantos se negam a compreender o movimento que impulsiona os militares em direção ao poder” (Marin, 2023). Se interpretamos corretamente, as explicações para se manter “a lei e a ordem” que justificam a militarização da segurança pública e, de modo geral, do próprio Estado; também explicam o *porquê* o controle policial nas escolas públicas. Afinal, as PMs não são massas amorfas e cumprem uma função social muito relevante no Brasil contemporâneo. Colocar essa instituição como o centro das escolas policializadas não foi à toa. Assim, para atingirmos o nosso objetivo geral, que é compreender “*quem quer militarizar a educação pública*”; exploramos de que modo os militares brasileiros envolvidos no Projeto de Nação 2035 percebem conceitos como o de *sentimento de nação, pátria, Estado* e a própria *educação*.

2.1 OS MILITARES, O PARTIDO FARDADO E O ESTABELECIMENTO MILITAR

Conforme pontuou Florestan (1980), os militares dissimularam-se na redemocratização; evento que, para o sociólogo, não passou de um ritual formal que consistiu em “entregar os anéis para ficar com os dedos”. Estudiosos da questão militar como Pedro Marin e André Ortega em “*Carta no Coturno*”, coletânea de textos publicada em 2019; Ana Penido em “*Ninguém regula a América*”, publicada em 2021; e Lentz, em “*República de Segurança Nacional*”, de 2022, apontam que o jornalista Oliveiros Ferreira, mesmo como expressão do pensamento conservador, é um intelectual que nos auxilia a compreender a organização da luta política no seio das Forças Armadas, especialmente na obra “*Vida e morte do partido fardado*”, publicada originalmente no ano 2000. Conforme Ferreira (2000), houve uma constante na história política brasileira: a vitória das Forças Armadas em todos os momentos de crise; sempre apoiada e a serviço dos setores civis.

Para o autor, o golpe de 1964 rearticulou um partido político a partir do Exército e converteu as Forças Armadas em um organismo que, por já contar com quadros orgânicos alinhados aos interesses das classes dominantes, tornou-se uma organização coerente, capaz de

“salvar o país”. Essa reorganização militar provocou uma “fusão” entre liberais, conservadores, anti-liberais conservadores etc., e, segundo Lentz (2022, p. 187), em referência a Ferreira, “garantiu autonomia da corporação para aplicar a ‘política do Exército’ na direção política da sociedade nacional, orientada de forma coesa pela Doutrina de Segurança Nacional”. Esses militares não são motivados por *valores*, mas por *objetivos*, “ou melhor dizendo: são movidos pelo objetivo total da segurança acima de todas as coisas frente a um cenário de guerra total, e os outros valores são instrumentais, só se justificando à medida que levam ao objetivo” (Marin, 2019, p. 50).

Ferreira (2000) diagnosticou que em certos os momentos históricos de intervenção política dos militares, quem atua é o *Partido Fardado* conduzido por um *totem*, isto é, alguém carismático e, possivelmente, de alta patente, que seja capaz de exigir, em nome da disciplina, que o conjunto militar o siga e, se necessário, invocando a ética ou o espírito de corpo militar. Essa figura política não precisa ser fixa; uma vez cumprida sua função, o *totem* pode ser descartado e substituído por outro que possa levar adiante as tarefas do partido. Esta organização julga-se também “com o direito de interpretar o que sejam a lei e a ordem [...] na condição de defensor da lei e da ordem, estabelece, *motu proprio*, o momento em que agirá para cumprir essa determinação constitucional, e a maneira pela qual o fará” (Marin, 2023). Alguns exemplos de *totens* na história foram, segundo Ferreira (2000), foi o Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (o “Marechal de Ferro”).

Assim, a organização partidária dos militares é *impermanente*, isto é, taticamente recua ou avança em momentos de crise. Ferreira (2000) afirmou que a organização partidária é desmobilizada quando se dá por cumprida uma determinada tarefa, deixando os membros do partido “livres” para integrar o Estabelecimento Militar; que, na verdade, é um eixo estrutural e permanente da organização das Forças Armadas; coesas a partir da disciplina, da hierarquia e da obediência da lei e da ordem. Neste sentido, segundo Marin (2023); o Partido Fardado tem o cariz “subversivo” e é acionado como um comitê organizador transitório que possibilita a (re)organização da base social das Forças Armadas, mobilizado quando precisa mudar algo nas fileiras do Exército ou reposicionar os militares em relação à sociedade civil. Já o Estabelecimento Militar é o regulamento conservador, que mantém o *status quo*; que rege a disciplina e mantém os militares conforme os interesses corporativos.

De acordo com Marin (2019), na interpretação de Ferreira, durante a ditadura militar, a reelaboração de uma estrutura organizacional não se conformou a disputa eleitoral, mas possuiu a função de aglutinar politicamente as discussões acerca das funções ocupadas pelos militares na realidade concreta. Ademais:

As duas ideias, a da necessidade do *totem* e a da impermanência do Partido, se complementam. Já que as Forças Armadas, como instituição de Estado, se organizam por meio da hierarquia, supervalorizando a noção de “honra” e, portanto, do “exemplo”, a figura do *totem* é fundamental para que a tropa e o oficialato, mobilizados ainda pelo valor da coesão, se disponham a ser base social do partido. De fato, **é imperioso para o Partido Fardado que sua forma de organização se confunda com a das próprias Forças Armadas** – o que não é o caso de nenhum outro partido, mesmo aqueles que busquem, dentro destas forças, popularizar seu programa (Marin, 2023, grifo nosso).

Para que a existência do Partido se confunda com o próprio Exército, a visão de mundo dos militares incorpora a noção de guerra permanente, oriunda, como vimos no capítulo 1, do conceito de guerra revolucionária assimilado pela ESG em meados do século XX. Além disso, Marin (2019, p. 39-40) destaca que “[...] a guerra sempre está no horizonte, quer se trate de um conflito abertamente violento ou de uma disputa política, se faz claro que a questão dos ‘profissionais da violência’ sempre é fundamental, seja na guerra, seja na política”.

De acordo com Leiner (2020, p. 25), no universo militar toda proposição obedece a três princípios: “uma noção binária de *amigo/inimigo*; uma adesão a posições a absorção de formas de organização e conceitos em função dessa noção, colocando toda a guerra como uma *relação em sistema*; e, finalmente, uma organização hierárquica desta relação, fundamental para entender a adesão das pessoas a esse sistema em suas relações cotidianas”. Com o recuo tático dos militares do poder na Nova República, houve uma espécie de “entrincheiramento”; isto é, as Forças Armadas assumem novas estratégias que fogem dos holofotes ou mesmo da mobilização do partido; o que garante a sobrevivência ideológica da caserna por outros meios que não o próprio poder. Esse reposicionamento, ou “Estabelecimento Militar”, possibilitou a reformulação estratégica dos militares diante da nova conjuntura político-social e que não deixaram de estar vinculados aos interesses das classes dominantes.

2.1.1 A visão de mundo dos militares na Nova República: o Projeto Orvil

Para Gramsci, existem duas categorias de ideologia: aquelas historicamente orgânicas, necessárias a uma determinada estrutura para formar o terreno onde a humanidade se movimenta, adquire consciência e lutam e a outra, trata-se das “ideologias arbitrárias, racionalísticas, ‘voluntaristas’ e que “não criam mais do que ‘movimentos’ individuais, polêmicas etc.”. Estas não são completamente inúteis, pois funcionam “como o correto que se contrapõe à verdade e a afirma” (Gramsci, 2004). Não pretendemos, portanto, validar a compreensão dos militares acerca da realidade, uma vez que esta não se ancora em um

conhecimento científico legítimo; vide a incorporação de teorias da conspiração como o *globalismo*, noção presente no Projeto de Nação 2035 que veremos adiante.

O que buscamos abranger é de que modo essa distorção da realidade possui uma função social importante: a de representar interesses políticos privatistas baseados em um suposto “nacionalismo”; que fazem com que os militares tenham, aparentemente, um projeto social original e particular; mas que essencialmente ancora-se em anseios neoconservadores, neofascistas, vinculados estratégica e taticamente à dominação de classe heterogênea sustentada no Brasil. Neste sentido, recuperamos o Projeto Orvil por compreender que este é, possivelmente, a maior comprovação da intrínseca relação entre a extrema-direita, o autoritarismo embrenhado na formação do pensamento militar e o espectro fascista coordenado sobretudo por Olavo de Carvalho.

Vê-se: o negacionismo do que foi a ditadura militar foi exposta em uma série de reportagens do jornalista Lucas Figueiredo, publicadas no Estado de Minas e no Correio Braziliense e posteriormente transformadas no livro “*Olho por olho - os livros secretos da ditadura*” (Figueiredo, 2009) e que publicizou a existência do Projeto Orvil (anagrama de Livro). O Orvil foi uma resposta à publicação do “*Brasil: Nunca Mais*”, obra que foi fruto de uma ampla e rigorosa pesquisa realizada pelo Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, que durante cinco anos e sigilosamente, analisaram mais de 850 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar. A obra em questão, assinada por Dom Paulo Evaristo Arns em 1985, revelou a gravidade das violações promovidas nas obscuridades da repressão durante a ditadura militar, dentre elas: aulas de tortura em que presos políticos eram cobaias, centros clandestinos das Forças Armadas, em que os “subversivos” eram assassinados com remédios para cavalos, choques elétricos em várias partes do corpo, empalamento, estupros etc.

Todo o cuidado no tratamento das fontes e a maneira como a obra foi redigida, permitem afirmar que o livro “*Brasil: Nunca Mais*” foi uma prova sistematizada de todos os crimes cometidos nos “porões da ditadura”. Mas isso não gerou nenhum tipo de redenção dos criminosos; ainda, o que aconteceu foi o oposto: eles assumiram um papel relevante na retaguarda da democracia. Ainda, como uma espécie de “revanche”, o Ministro do Exército à época, Leônidas Pires Gonçalves, um general da linha dura que dirigiu o DOI-CODI (1974 - 1977) do Rio de Janeiro, incentivou o projeto secreto que objetivou contar a versão dos militares acerca do que acreditavam ter sido a sua “revolução”.

O Centro de Informações do Exército (CIE), na figura do General Del Nero, coordenou a redação de um livro que pretendeu mistificar a história. Assim, nasceu o Projeto Orvil, agenciado de forma confidencial por cerca de 30 oficiais à época, cujo propósito foi sistematizar

uma narrativa negacionista que aspirou uma contra-história, sustentada somente pelo seu caráter profundamente militante na causa anticomunista e que visou “desmentir” as verdades expostas em “Brasil: nunca mais”. Lançado em 1988 e assinado pelo codinome de N2, o então presidente, José Sarney (líder da oposição consentida no Congresso durante a ditadura), vetou a publicação do Orvil para não “incomodar” a certa estabilidade alcançada após a Lei da Anistia. Isso não impediu a circulação clandestina da obra de quase 1000 páginas entre as próprias Forças Armadas entre os “militares de confiança”. Segundo Figueiredo (2009), a obra foi compartilhada com civis da extrema-direita, desde que se respeitasse a ordem de não realizar novas cópias.

A linha de raciocínio inclusa no Orvil, de acordo com Mauro Eustáquio Teixeira, foi expor “o caráter contínuo, permanente, da ação comunista, com vistas à conquista do poder” (Teixeira, 2013, p. 66). Ainda para o autor, “por seu caráter oficial, autorizado e chancelado pelo Ministério do Exército, o livro serve como indicativo daquilo que os comandantes militares brasileiros pensavam acerca do Estado de Direito que se deveria construir no Brasil a partir do governo de José Sarney” (Teixeira, 2013, p. 61).

Como aponta Rodrigo Pato de Sá Motta, o anticomunismo institucionalizado se moldou ao menos desde 1935 e, posteriormente, foi incorporado à Doutrina de Segurança Nacional, fortalecendo a concepção de que qualquer ação advinda de movimentos oposicionistas poderia ser configurada como “perigo vermelho” (Motta, 2002). Ainda que não seja um fenômeno exclusivo do Brasil, o anticomunismo em nossas terras assumiu uma forma própria. Para Motta (2002), a maneira como o episódio da Intentona de 1935 é retratada pelos militares, por exemplo, é dificilmente encontrada em outros países. Segundo o autor, aquele episódio deu origem à construção de, além de um imaginário, a sistematização de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática, a fim de contribuir para firmar o compromisso da elite militar com a causa anticomunista, “por via da sensibilidade corporativa do grupo” (Motta, 2002, p. 20).

Essa formação intelectual à direita, proveniente do alto escalão das Forças Armadas, influenciou toda a instituição e suas forças auxiliares, uma vez que as apostilas por vezes são fragmentadas. Ainda, o recorte temporal expresso na narrativa de Orvil englobou quatro tentativas na tomada do poder, a última delas, uma novidade: a primeira, em 1935, com a intentona comunista; a segunda, pela ação comunista no período democrático (1946-1964) e que culminou no que eles consideram como “Revolução Democrática de 1964”; a terceira fase foi na luta armada entre 1967 a 1973 e a última, que inicia em 1970, quando “a ‘esquerda revolucionária’ e a ‘ortodoxa’ se unem e, com o apoio do ‘clero dito progressista’, procuram

‘transformar a derrota militar que lhes foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política’ (Leiner, 2020).

Uma das preocupações presentes em todo o Projeto, que justificou também o tamanho do livro, foi a sua dimensão pedagógica. A compreensão acerca das motivações da “luta armada” emplacada pelos militares baseou-se fundamentalmente na formação das novas gerações:

[...] Se boa parte dos possíveis leitores deste livro viveu essas experiências passadas, muitos deles, como nós mesmos, poderão constatar como nossa memória é fraca. No entanto, o que nos preocupava era o fato de a maioria da população brasileira ser formada por jovens de menos de 30 anos. Obviamente, não eram nascidos quando se deu a primeira experiência [de tentativa de tomada do poder], e, ou não eram nascidos ou eram muito jovens quando ocorreu a segunda, que já conheceram deturpada ideologicamente. [...] Esperamos que as informações que transmitiremos ao longo deste trabalho e as conclusões que comporão uma quarta parte do livro sejam suficientes para que o leitor faça a sua própria avaliação da quarta tentativa da tomada do poder, para nós a mais perigosa e, por isso, a mais importante. Se conseguirmos transmitir essa percepção final para nossos leitores, teremos atingido nosso objetivo e ficaremos com a certeza de haver conseguido prestar uma simples, mas a mais significativa das homenagens que poderíamos oferecer aos companheiros que tombaram nessa luta, hoje esquecidos e até vilipendiados (N2, 2012, p. 17).

O negacionismo impresso no Livro Secreto foi uma homenagem aos algozes da ditadura. Para citar alguns dos casos, há a menção de Sérgio Fleury, um dos torturadores e líderes do esquadrão da morte⁸, atuante em São Paulo entre 1960 e 1970, e auxiliou na captura de militantes como Carlos Lamarca e Carlos Mariguella. Ele é retratado no livro como o “incansável lutador contra o terrorismo no Brasil”. Já o general Emílio Garrastazu Médici, que governou o país entre 1969-1974, e responsável pelo desaparecimento de mais de 150 presos políticos, é lembrado como “alguém que respeitava os direitos humanos” e que “se ajustava aos sentimentos humanitários da população”.

O teor do Projeto Orvil também sistematizou um negacionismo profundamente baseado na visão conservadora da DSN acerca do que era o Brasil, mas incrementava um rancor, um ego ferido pela perda em uma batalha e incorporava o sentimento revanchista. Para eles, houve um recuo na “luta armada”, mas a nação ainda agonizava com as intenções comunistas que ansiavam em transformar o país em uma “ditadura do proletariado” e que precisava, permanentemente, ser salvo pelos nossos “heróis”. Aqui, entrou uma das disputas mais importantes do novo período: a necessária disputa pela memória. Essa percepção também é

⁸ Em 1950, surgiram os primeiros grupos esquadristas – ou paramilitares – do Rio de Janeiro e que rapidamente se espalharam para o país: o Esquadrão da Morte, ligado diretamente ao Serviço de Diligências Especiais, que funcionava junto ao gabinete do Chefe de Polícia. Esses grupos paramilitares que executavam atividades ilícitas, envolviam-se com o “submundo do crime” e atuaram livremente na cidade desde meados do século XX. Para saber mais, ler Melo Netto (2024).

divulgada através dos livros lançados pela Biblioteca do Exército (Bibliex), editora chancelada pela instituição.

A versão editorial, presente no *website*⁹, remete as suas origens a dezembro de 1881, mas não menciona que houve o fechamento da biblioteca em 1925 e um processo de reorganização dela em 1937, na gestão de Eurico Gaspar Dutra como Ministro da Guerra; momento em que a biblioteca passa a ser também uma editora. Atualmente, a Bibliex tem a função de disseminar as noções de guerra revolucionária difundida durante a ditadura. Uma das obras disponíveis na aba “e-book gratuito” na editora online¹⁰ é o famoso livro “*Revolução gramscista no ocidente: a concepção revolucionária de Antonio Gramsci em Cadernos do Cárcere*”, do general Sérgio Avellar Coutinho, publicado em 2012. Segundo Leirner (2020), possivelmente essa obra foi influenciada por Olavo de Carvalho nas palestras que realizou na ESG e da Escola de Comando e Estado-maior do Exército (ECEME) nos anos 1990 (discorremos sobre essa figura política adiante). Além desta, há a “*Coleção 1964 – 31 de março*”, uma coletânea minuciosamente organizada por Aricildes de Moraes Motta e Geraldo Luiz Nery da Silva, publicada em 2004. Esta última conta com 15 tomos e traz ao público centenas de entrevistas de militares e civis que “contribuíram com suas valiosas experiências e patriotismo” que visam “tornar mais conhecido o processo revolucionário de 1964”. Para Leirner (2020, p. 220):

A relevância desta série está menos no tom laudatório e em seu valor histórico, mas mais no fato de que ela evidencia que o comando militar sempre fez um certo jogo duplo: de um lado, oficialmente e institucionalmente se colocava como fiel aos princípios democráticos e subordinados ao poder civil, esvaziava as cerimônias da Intentona, afrouxava o tom nas mensagens da Ordem do Dia nos dias 31 de março; mas internamente dava corpo e não bloqueava as iniciativas que alimentavam uma certa porosidade entre esses ‘grupos políticos-militares’ e a instituição.

Na apresentação deste no *website*, consta que se trata de “um livro que revela o inconformismo dos verdadeiros historiadores com as deturpações para o uso de fatos e atos históricos com finalidades ideológicas”. Ortega e Marin (2019) apontam que a Bibliex tem se expandido para públicos não restritos à caserna, chegando à sociedade em geral obras como o “O movimento revolucionário de 64”. Conforme Márcio Oliveira Ferreira, responsável em 2019 pelo *marketing* da editora, a Bibliex expressa o pensamento predominante na caserna: “se não escrevermos a história, quem irá? No meio acadêmico, há uma predominância da

⁹ A história oficial pode ser conferida em: <https://lojavirtual.bibliex.eb.mil.br/about/> Acesso em 11 jun. 2024.

¹⁰ A biblioteca da editora pode ser acessada em: <https://lojavirtual.bibliex.eb.mil.br/product-category/e-books/> Acesso em: 11 jun. 2024.

esquerda”, declarou o coronel. De acordo com Ortega e Marin, em referência a reportagem de Felipe Bächtold em 2015 para a Folha de São Paulo, cada livro editado pela Bibliex era lançado em 2,5 mil exemplares. Em 2018, segundo a mesma reportagem, a editora contou com 1,4 milhões de reais disponíveis, provenientes das vendas, dos quais 49,22% (704 mil) foram usados exclusivamente para impressão de livros e revistas (Folha Uol, 2015).

Não podemos deixar de mencionar, além do Orvil e das obras presentes na Bibliex, outras publicações negacionistas, como as de Carlos Alberto Brilhante Ustra, com seus livros *“Rompendo o silêncio”* (primeira edição em 1987) e *“A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça”*, publicado em 2006. Neste último, já no preâmbulo, há uma homenagem dirigida aos “companheiros do Projeto Orvil” em que Ustra rememora: “em fins de 1995, recebi o texto final do trabalho, em xérox, pois ele não foi editado. Esse texto foi o farol que me iluminou na redação de inúmeras partes deste meu novo livro, me tirou dúvidas, me esclareceu fatos e me deu a certeza de datas e de outros dados relevantes” (Ustra, 2007).

Aliás, Brilhante Ustra foi um dos mais conhecidos torturadores da ditadura e comandou o trabalho no DOI-CODI e entre 1970 a 1974. Ele só se tornou conhecido aos brasileiros em 1985, após o relato de uma de suas vítimas, a então deputada federal Bete Mendes, que o reconheceu enquanto estava em comitiva junto a Sarney em Montevideu, capital do Uruguai. Ele era adido militar na embaixada brasileira no país (Diário do Centro do Mundo, 2020). Em carta, Mendes relatou: “não posso calar-me ante a constatação de uma realidade que reabriu em mim profunda e dolorosa ferida... Digo-o, presidente, com conhecimento de causa: fui torturada por ele” (Globo, 2013). Ademais, em documento oficial divulgado pela Comissão da Verdade, foram contabilizadas 50 mortes na “gestão” de Ustra (Globo, 2013), contexto em que nem mesmo as crianças foram poupadas, como indicou Amelinha Teles. Em síntese, Ustra foi um assassino que viveu sua vida tranquila em liberdade e morreu sem nunca pagar pelos seus odiosos crimes.

Em 2012, o “Projeto Orvil” foi oficialmente publicado pela Editora Shoba. Em 2015, Olavo de Carvalho publicou em vídeo um agradecimento especial ao presente que recebeu de Carlos, Eduardo e Jair Bolsonaro: “eu já tinha lido alguns pedaços disso [o Projeto Orvil], mas essa é a primeira vez que eu tenho a coisa inteira e também pela primeira vez fico sabendo que o organizador foi o coronel Lício Maciel [...] ele é o homem que sabia demais” (Carvalho, 2015). Queremos nos deter rapidamente em Olavo de Carvalho, pois o trabalho liderado por ele teve/tem muito impacto no atual estágio de desenvolvimento da luta de classes no Brasil.

Carvalho por muito tempo permaneceu nos “escombros”; mais conhecido em meios da extrema-direita e pelos militares.

Conforme a pesquisa realizada pelo historiador Lucas Patschiki em sua dissertação de mestrado “*Os litorais na nossa burguesia: o Mídia Sem Máscara em atuação partidária (2002-2011)*”, o guru da extrema-direita consolidou-se como um intelectual orgânico (na acepção gramsciana¹¹) no contexto de reorganização ideológica das forças regressivas no final do século XX, momento em que se destacaram jornalistas como Diogo Mainardi e Marcelo Sabino da Revista Veja, Reinaldo Azevedo do Primeira Leitura, Arnaldo Jabor e Paulo Francis, da Rede Globo, etc.

Ao longo dos anos 1980 a 1990, Carvalho ministrou cursos e palestras sobre astrologia, felicidade e filosofia, publicou inúmeros livros que “atingem certa expressão e o ajudam a consolidar-se como colunista político de ‘direita’” (Patschiki, 2012, p. 32). Olavo de Carvalho cercou-se ao de diversos intelectuais renomados nos Estados Unidos, mas centrou seus estudos (melhor dizendo, anti-conhecimento) sobre a realidade brasileira. Em 2002, ele fundou o Mídia Sem Máscara (MSM) para denunciar o que chamou de “viés esquerdista” ou as “concepções gramscistas”, colocando-se perante a sociedade com uma narrativa de que o *site* era um “empreendimento familiar”, que seu orçamento era nulo e chegou a afirmar que a burguesia “é a classe mais indefesa que existe”.

Apesar disso, o MSM foi financiado pela publicidade da Livraria Cultura, por doações através da ONG Instituto Brasileiro de Humanidades, alegadamente pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), além de ser apoiado por editoras como a *É Realizações*, que foi um espaço cultural que acontecia desde 1995 para divulgar os cursos de filosofia de Olavo; e a Vide, que deu suporte material para os cursos à distância do guru. O MSM passou a ser um aglutinador de diversos intelectuais e se tornou “um instrumento poderoso para unificar

¹¹ Para Antonio Gramsci, cada grupo social possui seus intelectuais, sejam eles orgânicos ou tradicionais. A função dos dirigentes (intelectuais orgânicos) é inerente à sua capacidade técnica em uma ou mais esferas (isto é, no campo da produção econômica, mas também em outros momentos que podem ser próximos ao próprio ofício do intelectual). Já os intelectuais tradicionais (a esmagadora maioria da classe trabalhadora), dividem-se em várias categorias (urbanos, rurais, burocráticos, acadêmicos, técnicos, etc.) e sentem um “espírito de grupo”, ou seja, partilham ideologicamente os mesmos anseios, valores, etc, mesmo quando se colocam como um grupo “autônomo”, a exemplo: intelectuais provenientes das Igrejas “deus acima de tudo”, cientistas positivistas que colocam a ciência acima dos saberes populares e neutros em relação ao modo de produção. As ambivalências residem no fato de que os intelectuais tradicionais, por vezes, podem difundir uma concepção ideológica inclinada a defender as classes dominantes, porque a consciência de classe não é linear ou “óbvia”. Por isso, ambas as classes fundamentais possuem seus intelectuais tradicionais e orgânicos que possuem importância da formação de classe em si. Longe de ser determinista, o que o filósofo sardo afere é que há um erro metodológico muito difundido de reduzir os intelectuais às atividades intrínsecas a produção de saberes científicos, pois “não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*”. Ou seja, todos os homens e mulheres são capazes de abstrair sobre o mundo em que vivem e, por isso, podem ser filósofos.

organizativamente e ideologicamente à direita fascistizante” (Patschiki, 2012, p. 47). De acordo com Calil, Carvalho:

candidatava-se a protetor das classes dominantes frente aos ataques do marxismo, apresentando-se de forma quixotesca. [...] Esta construção narrativa é muito semelhante a que foi desenvolvida pelo líder do fascismo histórico brasileiro, o *Chefe Nacional* integralista Plínio Salgado, que reiteradamente reclamava a ausência de ajuda por parte da burguesia (Calil, 2021, p. 7, grifo do autor).

A rede extrapartidária consolidou-se ao longo do tempo como um “observatório de imprensa” e desdobrou-se em diversas frentes de atuação, que fazem parte da necessidade do “[...] movimento fascista na contemporaneidade de evitar sanções jurídicas diretas contra o centro de poder da rede (impedindo sua qualificação jurídica como ‘fascista’, no caso de não o relacionar diretamente com milícias e grupos de ação direta” (Patschiki, 2012, p. 109). As interconexões do MSM podiam ser percebidas, por exemplo, pelos *links* entre páginas como o Instituto Mises Brasil e a do então deputado federal Jair Bolsonaro (1991 - 2018). Vale lembrar que este é o contexto de forte (re)ascensão do anticomunismo devido o ineditismo no arranjo do bloco do poder na autocracia burguesa, materializado na eleição que elegeu o primeiro mandato de Lula (PT) em 2002.

Conforme aponta Leiner (2020), Carvalho também atraiu o interesse dos militares brasileiros, especialmente pelas acepções negacionistas acerca da ditadura; como, por exemplo, quando o guru aferiu que o “movimento revolucionário de 1964” só matou 6 pessoas nos primeiros dois anos e, depois, mais 500 mortes aconteceram para evitar uma enorme guerra civil emplacada pelos comunistas que buscavam replicar a estratégia soviética na América Latina. A primeira aparição de Carvalho em eventos militares foi em 1992, quando fez uma palestra no Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres - uma espécie de *think-tank* sediado no Rio de Janeiro). Reforçando o negacionismo, Leiner sublinha que a acepção de Carvalho era de que a ditadura militar foi um exemplo de humanismo e as acusações de ser “opressiva, fascista” era mentira porque a ditadura não teve a menor pretensão de inculcar a ideologia na população. Leiner também aponta que as ideias olavistas formuladas no final do século XX incrementaram-se às demandas que estavam sendo construídas nos grupos militares. Em 2001, o Exército começou a assimilar as teses de Olavo de Carvalho sobre o suposto “projeto gramsciano” de poder da esquerda, podendo incluir nele o próprio FHC. Ademais, o

guru já tinha trânsito entre o pessoal do Clube Militar¹², com gente dos porões da ditadura que fazia parte dos tais grupos, tanto que ganhou medalha do Pacificador em 1999.

Adiante, Carvalho viveu sua vida organizando uma série de grupos de estudos e outras iniciativas que juntas formaram redes extrapartidárias utilizadas ao convencimento, disputa ideológica e cooptação, especialmente dos estratos médios. Para Patschiki (2013, p. 108), “na contemporaneidade, estas redes extrapartidárias compõem um desdobramento necessário baseado na complexificação do ‘campo político’, no crescimento significativo das superestruturas no capital-imperialismo”. Essas iniciativas de Carvalho, inclusive, não tinham vínculos com o Estado e não tinham uma regulação política; ou seja, o caminho era “limpo” para propagar e disseminar o ódio, a xenofobia, teorias conspiratórias, o racismo etc.

Patschiki (2012) sublinhou que a atuação conjuntural do movimento formou uma rede de militantes orgânicos e solidários em torno do olavismo, que disseminaram formulações ideológicas entre aparelhos privados de hegemonia, partidos e organizações que compartilham crenças, símbolos e linguagens comuns. Todas essas redes lideradas por Carvalho tinham certas diferenças internas quanto às formulações gerais, contudo, essas divergências poderiam tranquilamente confluir em tempos de crise aberta. As ligações do MSM em sua rede extrapartidária permitiram a Patschiki aferir Olavo de Carvalho e seus entusiastas (dentre eles, jornalistas, advogados, professores etc.) como os “litores” da nossa burguesia. Estes, agem como funcionários da classe dominante e arrogam um poder que não detêm, pois “a militância do MSM possui uma função primal para a dominação: a busca por um consenso mínimo em diversos grupos reacionários e fascistas existentes na sociedade (sejam partidos políticos formais, informais ou milícias)” (Patschiki, 2012, p. 18). Embora boa parte da rede olavista não seja formada por indivíduos que integram o projeto societário burguês, o objetivo comum desses litores é formar ideologicamente e mobilizar os estratos médios da sociedade. A dimensão discursiva e ideológica do MSM gira em torno da:

[...] interiorização de todo um modo de ser, uma **contrarreforma moral do homem** apoiada em alguns elementos agregadores profundamente enraizados na vivência social destes estratos, que apresentados em profunda crise, permitem a construção de explicações e respostas ideológicas de fundo moral, civilizacional ou cultural para as crises e convulsões sociais do capitalismo, possibilitando uma dupla ação, mesmo que retórica: por um lado, ele arroga-se portar a semente de um projeto consequente de sociedade e, por outro, dota de culta uma suposta atuação global de esquerda –

¹² O Clube Militar foi fundado em 1887 e é uma associação privada voltada a militares da reserva e possui caráter representativo, assistencial, social, cultural, esportivo e recreativo, localizado no Rio de Janeiro e com atuação em todo território nacional. Apesar do nome, o Clube Militar não possui vínculo formal com o Exército, apesar de abrigar oficiais das forças terrestres, da Marinha e da Aeronáutica. Segundo o próprio estatuto, o objetivo da associação é “estreitar laços de união e solidariedade entre os oficiais das forças armadas”; além de preservar as tradições e zelar por seu prestígio no seio das Forças Armadas e da sociedade brasileira.

agregando sentido político aos mais diversos fenômenos sociais – através de seu entendimento distorcido de uma suposta “guerra de posições” que estaria sendo levada a cabo de maneira subreptícia pela esquerda mundial (o que chamam de “guerra cultural revolucionária” (Patschiki, 2012, p. 18, grifos nossos).

O MSM, mesmo não atuando como um partido formal e parlamentar, cumpre a função de convergir diversos atores sociais em torno do projeto histórico alinhado economicamente ao imperialismo estadunidense que é “ao mesmo tempo antiliberal (mas não anticapitalista) em relação à moral – cisão contraditória que os permite advogar um projeto de características fascistas” (Patschiki, 2012, p. 18-19). Ao realizar uma “guerra de trincheiras”, a atuação de Olavo e seus entusiastas foi bem sucedida ao guiar toda a rede extrapartidária a um alinhamento no “especto fascista”, ordenando diversas lideranças e institutos empresariais vinculados diretamente ao capital (como o Instituto Millenium). Em complemento, na leitura de Leiner (2020), o papel de Olavo de Carvalho na caserna foi realizar uma “operação psicológica”, ao mesmo tempo que os militares encontraram uma agenda operacional para realizar sua própria “operação psicológica” e: “o resultado disso foi que as ideias de Carvalho ganharam corpo, passando a andar sozinhas dentro dos muros militares” (Leiner, 2020, p. 34).

2.2 O PARTIDO FARDADO E O BRASIL SONHADO

Para que a militarização da educação escolar possa ser compreendida em sua essência, é preciso se debruçar também no entendimento de quem são os *militares* e o que defendem como projeto societário. Se estamos em um contexto de guerra cultural (como veremos no capítulo 3), não podemos deixar de discutir os principais articulares dessa guerra; qual sua ideologia e sua doutrina. Pretendemos não recair em uma “linha esquemática” de raciocínio, como se houvesse um somatório de acontecimentos que juntos explicam a totalidade do fenômeno – mesmo sabendo que é praticamente impossível analisar a realidade sem cometer certos reducionismos. Contudo, buscaremos compreender de que modo as escolas policializadas são parte do Projeto militar para o Brasil; que pretende naturalizar a *guerra* e formar ideologicamente as novas gerações sob os princípios neoconservadores, neofascistas e neoliberais. Por mais que os militares não ocupem formalmente o poder, tornou-se nítido que sua atuação deixou de ser entrincheirada e cada vez mais está mobilizada via mecanismos sistematizados, como o Projeto de Nação para 2035, que nos ocuparemos no próximo subcapítulo.

2.3 O PROJETO DE NAÇÃO PARA 2035

“Desde o governo dos militares, não houve um projeto tão robusto para o Brasil sonhado”. A declaração, dita pelo general Luiz Eduardo Rocha Paiva, professor emérito da ECEME, ex-coordenador do grupo Terrorismo Nunca Mais (Ternuma) e atual coordenador do Projeto de Nação 2035, sintetiza o espírito desse plano. Também chamado de Estratégia Nacional, Grande Estratégia, Política Nacional ou Plano de Estado por seus idealizadores, o projeto representa a intervenção mais elaborada dos militares na democracia brasileira desde a redemocratização. Apresentado como um planejamento de longo prazo para o país (Clube Militar, 2022), ele evidencia que o intervencionismo com traços autoritários está profundamente enraizado no DNA do Exército Brasileiro.

O Projeto de Nação foi lançado em maio de 2022 e na ocasião do lançamento, teve-se a presença do então vice-presidente da República, o general Hamilton Mourão (Republicanos). Considerado “uma unanimidade” entre os idealizadores, Rocha Paiva afirmou que o dono da Estratégia Nacional é “o próprio povo brasileiro” (Clube Militar, 2022). Ainda, o perfil ideológico do Projeto teve como premissa a “liberdade econômica com responsabilidade social” e o “conservadorismo evolucionista”. Neste, segundo o documento, até existe uma inclinação para as mudanças, em alguns casos até a transformação, mas “jamais a revolução”. O conservadorismo presente na Estratégia Nacional, segundo seus interlocutores, só admite mudanças que estejam calcadas na experiência histórica das tradições, nos costumes e no amor à pátria. Neste sentido, o conservadorismo não é apenas a demanda pela conservação da estrutura, pois há o anseio de mudança; conservar diz respeito à maneira como as transformações são conduzidas, ou seja, o problema político é identificado e as soluções apresentadas direcionam-se a uma *modernização conservadora*.

Em artigo publicado na Forbes, de autoria do empresário Mário Garnero¹³, o bilionário afirma seu compromisso como Projeto de Nação 2035, justificando que “o Brasil e seu povo são resistentes a fraturas na Unidade Nacional e na Federação, como mostrado nos momentos mais tensos de inquietação social” (Garnero, 2022, p. 12). Ao tratar a conjuntura (meados de

¹³ Mário Garnero é dos principais articuladores do setor privado no Brasil nas áreas de energia, infraestrutura e tecnologia. Fundador e presidente do Grupo Brasilinvest, fundada em 1975, trata-se de uma companhia de investimentos multinacional que mantém relações com investidores estrangeiros, especialmente na Europa, Ásia e América Latina; seu período “de ouro” aconteceu com seu papel exemplar durante a ditadura militar. Neste momento, Garnero ocupou posições em conselhos e projetos ligados ao “desenvolvimento econômico”, em colaboração com os militares e o aprofundamento da dependência. A título de exemplo, Garnero foi presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e liderou o Conselho de Desenvolvimento Econômico, ajudando a estabelecer parcerias entre o setor público e privado. O bilionário (com uma fortuna avaliada em 3,5 bilhões de reais) foi como um interlocutor entre os militares e investidores estrangeiros, promovendo eventos e encontros com líderes empresariais internacionais para atrair investimentos ao país.

2022) como um momento em que insurge um divisionismo que coloca em risco a integração nacional, Garnero afirma que:

[...] tal consenso [sobre o divisionismo] nos dá a oportunidade de forjar uma união que permita um concerto harmonioso entre todas as forças significativas da sociedade. Estudantes, classes liberais, trabalhadores, militares e civis, juízes, deputados e vereadores, governadores e prefeitos, associações de classes, enfim, os órgãos vivos da nação, independentemente de suas convicções partidárias, podem se sentar na mesa e perguntar a si mesmos: o que queremos ser como nação de 2020 a 2050? É a nossa chance de um grande pacto nacional para a construção de um futuro comum em um momento de crise na qual a vida de cada um de nós se vê sob o mesmo espectro: a ameaça do coronavírus (Garnero, 2022, p. 12).

O Projeto de Nação 2035 foi elaborado pelo Instituto General Villas Bôas (IGVB), o Instituto Federalista e o Instituto Sagres. O primeiro trata-se de uma entidade sem fins lucrativos e que, segundo consta no site, dedica-se a três frentes de trabalho: a preservação das ideias do General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas; os debates sobre o modelo de desenvolvimento no Brasil e a difusão de informações sobre tecnologia assistiva. Essa escolha se justifica pela condição de saúde do general, diagnosticado em 2016 com Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA). O segundo, foi fundado em 2005 e visa difundir o *federalismo*; noção teórica que defende o resgate de concepções conservadoras de “autogoverno” e uma estrutura “federalista”, que conceda maiores poderes e autonomia aos estados federativos. Por fim, o Instituto Sagres, fundado em 2004, recebeu esse nome em homenagem à chamada “Escola de Sagres”, cuja existência nunca foi comprovada, mas dizia respeito a uma instituição de estudos fundada pelo infante Dom Henrique no século XV que objetivava explorar mais territórios por grandes navegações. Entre os objetivos do Instituto, destacam-se a promoção de estudos, pesquisas, soluções tecnológicas e consultorias. Conforme portfólio apresentado pelo próprio site, produzido em 2016, dentre os “parceiros”, há o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Confederação Nacional da Indústria e o próprio governo federal sob o lema “Brasil: pátria educadora”.

Quando o Projeto é apresentado para o Clube Militar em 2022, evidencia-se, através de uma apresentação de *Power Point* explicado pelo general Rocha Paiva, que o entendimento de Estratégia é a “arte de preparar e aplicar o Poder para superar os Óbices e preservar os Objetivos Nacionais, conforme as Diretrizes da Política Nacional” (Sagres, 2022, grifos do documento). Nas áreas temáticas do Projeto, há quatro momentos: gestão estratégica; desenvolvimento; segurança e relações externas e bem-estar nacional. Nestes eixos, é entendido que *mercado* e *sociedade civil* relacionam-se transversalmente em quase todos os setores. Na conclusão da apresentação, é afirmado que o Brasil Sonhado é:

Ser um ator global que participe de acordos regionais e extrarregionais, mas que preserve o máximo de liberdade de ação para garantir interesses importantes ou vitais. Ser reconhecido no mundo como promotor da paz e dos direitos humanos. Alcançar um alto grau de desenvolvimento e poder nacional, que lhe permita garantir: a soberania; a exploração responsável do patrimônio; a integridade territorial; a projeção em áreas de interesse, de forma pacífica; e a segurança, bem-estar e felicidade para a sociedade como um todo. Constituir uma nação que comungue de valores morais, cívicos e democráticos, que fortaleçam a família e a coesão nacional e social (Sagres, 2022, grifos do documento).

Na seção do *site* do Instituto Sagres que disponibiliza os artigos elaborados sobre o Projeto, há um texto redigido pelo Instituto Federalista. Neste, eles afirmam que estão ao menos há uma década trabalhando em um Projeto de Nação para o Brasil, inspirados por pensadores brasileiros como José Bonifácio de Andrada e Silva e Alberto de Seixas Martins Torres (figura esta que discorreremos adiante). Ainda, aferem que “*várias nações da atualidade foram desenvolvidas a partir de um projeto. Projetar uma nação não se trata de um uma fantasia, mas de algo concreto e necessário*” (Instituto Federalista, 2022, p. 1). Esse Projeto, segundo os interlocutores, já era pensado desde a fundação do Movimento Federalista em 1991 por Thomas Korontai; momento em que:

[...] A Constituição Federal promulgada em 1989 (*sic*) e erroneamente apelidada de “cidadã” e que presidentes e ministros da economia literalmente brincavam com as finanças nacionais, espancando a dignidade das famílias e irresponsavelmente levando milhares ao desespero devido ao sequestro ilegal de suas reservas econômicas, é que o fundador do movimento reforçou sua disposição de trabalhar pela alteração daquela situação absurda. Obviamente, a não ser em condições excepcionais, uma pessoa sozinha pouco consegue fazer, mas ele acreditou no poder das ideias e seguiu em frente, fazendo o que estava ao seu alcance (Instituto Federalista, 2022, p. 4).

Nota-se dois elementos importantes neste trecho: a concepção *revanchista* presente na interpretação sobre a Constituição e o desprezo pelos anos subsequentes marcados pela redemocratização brasileira; e a necessidade do *mito* e do *líder* inquestionável para trabalhar pela nação. Ainda, no documento apresentado pelo Instituto Federalista consta que as atividades para elaborar o documento começaram na metade de 2019, quando os três Institutos firmaram a parceria:

[...] certamente outros deviam pensar e sentir o mesmo, mas na imensidão do Brasil, como encontrar pessoas que carregassem as mesmas aspirações e preocupações, mas com o capacidade (*sic*) intelectual para se lançar ao desafio? Quando a hora chega, quando chega a estação certa os frutos amadurecem (Instituto Federalista, 2022, p. 4).

No que se refere à metodologia empregada pelos militares e os setores civis neoconservadores no Projeto de Nação são as “*Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica*” (FIGE), desenvolvida pelo próprio Instituto Sagres. Segundo o documento, tal método implica em um diagnóstico dos desafios nacionais e internacionais. Para solucioná-los, o Projeto elaborou os “*Cenários Prospectivos*” e a descrição do “*Cenário Foco*”, feito a partir da consulta à especialistas (sem descrever quem são). O público geral que participou do projeto é nominado de “*Consulta Augures*”, cujas respostas geraram as “*Incertezas Críticas*”. As propostas são apresentadas como “*Hipóteses*” ou “*Diretrizes*”. Cada tema do Projeto possui um mini cenário foco, as diretrizes e os considerados “*Óbices*” que podem “atrasar” a Estratégia Nacional. Sua integração total desemboca no Projeto de Brasil para 2035.

Ainda na apresentação do documento, há uma breve explicação do que são os “*Cenários Prospectivos*”: a história do futuro, contada como um relatório de conjuntura do escritório brasileiro de uma consultoria internacional, denominada CPEAZ¹⁴. A conjuntura abordada no documento acontece em 2035, 15 anos após a implementação da Estratégia Nacional (Sagres, 2022, p. 14). Em âmbito internacional, há um mundo multipolar, em que a União Europeia, Reino Unido, Japão, Índia e Rússia desempenham, junto aos Estados Unidos e a China, um importante papel geopolítico.

Para melhor compreender as nuances do documento, selecionamos dois eixos principais que se relacionam diretamente com a militarização da educação escolar: a discussão de *educação, sistemas de ensino e cultura* e a questão do *Estado, da democracia e o sentimento de pátria*. Esses temas se relacionam e, em certos momentos, tornam-se repetitivos no documento; mas, para fins pedagógicos, essa separação se fez necessária para que pudéssemos ilustrar de maneira sistemática o ensejo dos militares quanto a importância da *formação do povo* a partir de uma concepção *neoconservadora*.

2.3.1 A educação, os sistemas de ensino e a formação cultural em 2035

Em nosso entendimento, a educação ou os “sistemas de ensino” são o grande eixo do Projeto; que, por vezes, desembocam no entendimento de uma mudança cultural que aconteceu, especialmente devido a uma “desideologização dos currículos”. Em vários momentos, nota-se a preocupação com o tema, celebrada nas “mudanças positivas” e na formação coletiva da sociedade brasileira. No “*Relatório de Conjuntura*” apresentado no preâmbulo do documento como a “*Evolução político-estratégica*” em setembro de 2035; o documento diz que: “*há tempo*

¹⁴ Esta sigla significa “Consultoria Política e Empresarial para as Américas - Seção Brasil”.

*uma parcela das nossas crianças e adolescentes sofria com a ideologização do sistema educacional, com a doutrina **facciosa** efetuada por professores **militantes de correntes ideológicas utópicas e radicais, com prejuízo da qualidade de ensino*** (Sagres, 2022, p. 19, grifos do documento). É apresentado, então, que o quadro só se altera quando, nos últimos 15 anos (ou seja, a partir de 2020, caso o bolsonarismo e os militares persistam no poder), quando a sociedade “reagiu” e “passou a exigir mudanças e a se contrapor às agressões — físicas, mentais e psicológicas — a que seus filhos e conhecidos eram submetidos, no ambiente escolar, por uma parcela daqueles que deveriam ser seus líderes e abnegados educadores (Sagres, 2022, p. 20).

A “melhoria”, ainda que lenta, segundo o relatório, possibilitou a “valorização de boas práticas de comportamento, civismo, cidadania e disciplina dos alunos, bem como a formação e ao aperfeiçoamento de professores no tocante aos aspectos profissionais, comportamentais, morais e éticos” (Sagres, 2022, p. 20). O grande pilar de sustentação das melhorias é apresentado pelo documento com base em dados produzidos por avaliações em larga escola; como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Nas seções temáticas, a preocupação com os sistemas de ensino brasileiro é apresentada em diversos momentos, como no “*Futuro da Democracia no Ocidente*” (Tema 03, p. 32); na “*Corrupção no Brasil*” (Tema 19, p. 44), na “*Coesão nacional e sentimento coletivo de Pátria*” (Tema 11, p. 46) e no “*Ensino Básico no Brasil*” (Tema 25, p. 73). Existem outros momentos do documento em que se discute a questão do ensino, contudo, por fugir do escopo desse trabalho, não abarcamos essas discussões (como no Ensino Superior e Ensino Técnico). Sinaliza-se, somente, que quando se trata de *educação básica*, não há nenhuma menção a cobranças de mensalidades; mas no que se refere ao Ensino Superior, o Projeto explicita que apreende que o ponto crítico era a baixa qualidade educacional; mas que, quando em 2020, passou a se cobrar mensalidades e anuidades; “os avanços foram lentos, mas com ótimo resultado, gerando reflexos positivos nos cálculos das avaliações do SINAES (Instituições, Curso, Desempenho dos Alunos) e, em consequência, uma pequena melhora no posicionamento das IES brasileiras nos rankings mundiais de qualidade” (Sagres, 2022, p. 20). Ainda, o documento realça que em 2035 houve uma expansão significativa do “Ensino Superior Tecnológico”, “reconhecidos veículos de capacitação para os trabalhadores” (Sagres, 2022, p. 20). Valeria explorar as perspectivas dos militares quanto a necessária refuncionalização da Universidade pública, com o desmantelamento progressivo da ciência e a aproximação dessa com uma perspectiva mercadológica (para tanto, ver Leher, 2021). Ainda, caberia refletir sobre de que modo é de interesse dos militares “privatizar” a educação básica, mas não através da

cobrança de mensalidades, mas sim pelo espraçamento de uma *lógica privada* de mundo, isto é, militarizada.

Apresentamos, no Quadro 1, a seguir, um panorama sobre a concepção educacional do Projeto, através da “Incerteza Crítica” (o que é colocado pelo público que participou do documento); do “Mini-cenário foco” (como supostamente está em 2035); os objetivos e as diretrizes (em que destacamos apenas as que tocam diretamente o ensino e a educação).

Quadro 1 - Noções acerca da educação, sistemas de ensino e cultura proposta pelo Projeto de Nação 2035

Tema: Futuro da Democracia no Ocidente (Tema 02, p. 32)

Incerteza crítica (*Ipsis litteris*): O futuro do regime democrático no Brasil, em 2035, diante da cisão político-social evidenciada nas democracias ocidentais desde o início do século.

Mini-cenário foco para 2035 (resumido): A sociedade passou por mudanças estruturais no sistema de educação e no sistema político que enfraqueceram as “correntes político-ideológicas radicais”, o que deixou o regime democrático mais estável e coeso.

Objetivo (*Ipsis litteris*): Fortalecer a democracia por meio de reformas institucionais que saneiem disfuncionalidades do Estado, neutralizem a corrupção e o poder de ideologias radicais de qualquer natureza e valorizem o civismo e o liberalismo econômico com responsabilidade social.

Diretrizes:

1. Aperfeiçoar o sistema de ensino por meio do fortalecimento do sentimento cívico, da cidadania e dos valores morais e éticos, bem como da qualidade da aprendizagem;

3. Neutralizar o poder político e social das correntes de pensamento radical, sectárias, não democráticas, que dividem a Nação, comprometendo sua coesão e, em consequência, a capacidade de enfrentar os desafios internos e externos.

9. Estudar a criação, em cada estado da Federação, de uma escola para formar administradores e técnicos municipais que conheçam os detalhes econômicos, culturais e socioambientais do lugar e sejam capacitados a elaborar planos de desenvolvimento regional.

Tema: Corrupção no Brasil (Tema 10, p. 44)

Incerteza crítica (*Ipsis litteris*): Evolução da corrupção no Brasil, em função de lideranças transformadoras e de movimentos sociais até 2035.

Mini cenário foco para 2035 (resumido): Em 2035, houve uma evolução positiva no combate à corrupção, como resultado da intervenção do modelo de educação pública e privada; os currículos foram desideologizados e são constituídos por premissas que perpassam os valores morais, éticos e cívicos, contribuindo à formação de lideranças.

Objetivo (*Ipsis litteris*): Reduzir os índices de corrupção no Brasil, de modo a situá-lo entre os 50 países com melhor Índice de Percepção da Corrupção, considerando que em 2021 o País se encontrava na 106ª posição.

Diretrizes (*Ipsis litteris*):

3. Recuperar valores morais, éticos e o civismo na sociedade como um todo, particularmente, no Sistema de Ensino.

4. Modernizar o ensino buscando valorizar o aprendizado prático das capacidades básicas do cidadão para seu progresso pessoal e seu preparo para o exercício responsável da cidadania.

6. Combater sistematicamente a corrupção por meio de pressões da Nação exercidas através de instituições e organizações do Estado e da sociedade civil comprometidas com mudanças e conduzidas por lideranças transformadoras surgidas, particularmente, do aperfeiçoamento do Sistema de Ensino.

7. Aperfeiçoar a legislação por meio da criação de mecanismos que permitam à sociedade exercer efetiva fiscalização e maior controle político e social sobre seus representantes, coibindo-lhes o uso ilegítimo de leis e prerrogativas.

9. Realizar campanha sistemática de comunicação social, promovendo valores, civismo, patriotismo e cidadania.

10. Aperfeiçoar a formação moral, ética e cívica de educadores, cidadãos e agentes do governo e do Estado.

Tema: Coesão nacional e sentimento coletivo de Pátria

Incerteza crítica (*Ipsis litteris*): Evolução da coesão nacional, do civismo e do sentimento coletivo de Pátria até 2035, com reflexos para a estabilidade político-social e a projeção internacional do Brasil.

Mini cenário foco para 2035 (resumido): Com o "sucesso" do modelo econômico-social em 2035 e a responsabilidade social, além das estratégias exitosas nos setores de ensino e na formação de líderes; houve o enfraquecimento das ideologias radicais na sociedade; além do revigoramento do patriotismo, do civismo e de valores morais tradicionais. Um "novo cenário, paulatinamente desenhado" (Sagres, 2022, p. 46) atenuou a cisão interna e promoveu a estabilidade político-social.

Objetivo (*Ipsis litteris*):

1. Fortalecer o sentimento de Pátria, a fim de melhorar a coesão social e criar o sentimento coletivo de corresponsabilidade pelo destino do País, fatores críticos de êxito para a Nação enfrentar os desafios ao desenvolvimento, à segurança e ao alcance do bem-estar do povo.
2. Revitalizar os valores morais, éticos e cívicos na sociedade como um todo, particularmente no Sistema de Ensino.

Diretrizes (*Ipsis litteris*)

1. Neutralizar o poder das correntes de pensamento ideológico radical e utópico, que advogam antivalores culturais brasileiros, bem como um estado centralizador e gestor do desenvolvimento e do bem-estar da população.
2. Promover o surgimento, a expansão e a consolidação de organizações e movimentos que defendam o pensamento liberal, com responsabilidade social, e o conservadorismo evolucionista.
3. Recuperar os valores morais, éticos e o civismo na sociedade como um todo, particularmente no Sistema de Educação.
4. Combater a revolução cultural promovida pelas correntes ideológicas radicais.
5. Promover o sentimento coletivo de Nação, buscando integrar os grupos étnicos, religiosos e outros, bem como incentivar a sua convivência harmônica e respeitosa.
6. Formular estratégias de divulgação e valorização da História e dos vultos históricos do Brasil, sem viés ideológico, a fim de resgatar a identidade nacional.

7. Priorizar os conteúdos presentes nos eventos históricos sobre os aspectos teórico-metodológicos no processo de ensino de História do Brasil.

8. Avaliar a importância da difusão de obras que marcaram o curso da nossa historiografia, a exemplo das “Coleções Brasileiras” (Conselho Editorial do Senado), como estratégia de valorização e resgate de nossa História.

Tema: Ensino Básico no Brasil

Incerteza crítica (*Ipsis litteris*): Qualificação do Ensino Básico no Brasil numa perspectiva nacional (IDEB) e internacional (PISA), em 2035.

Mini cenário foco para 2035 (resumido): Em 2035, os governos e a sociedade civil agiram para corrigir ou mitigar os problemas que afetavam a qualidade da educação básica no Brasil. Foram realizadas mudanças nos currículos, na infraestrutura e nas práticas pedagógicas. Além disso, destaca-se a valorização de boas práticas de comportamento, civismo cidadania e disciplina dos alunos, bem como formação de professores nos aspectos profissionais, comportamentais, morais e éticos. A ideologização do ensino básico foi neutralizada, o que facilitou a implementação de reformas com foco no desempenho e na preparação para a vida do futuro cidadão, sem orientação ou ingerência na construção da sua própria opção ideológica.

Objetivo (*Ipsis litteris*): Ultrapassar os índices do IDEB preconizados em 2035 e alcançar os índices do PISA, situando-se entre os trinta países mais bem avaliados.

Diretrizes (*Ipsis litteris*):

1. Aperfeiçoar a formação profissional, ética e cívica dos quadros docentes.
2. Promover valores e práticas comportamentais que resultem na preservação e em melhoria das infraestruturas educacionais e na formação do cidadão.
3. Adequar e manter atualizada a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) em face das exigências da evolução permanente da sociedade.
4. Aperfeiçoar a gestão dos recursos destinados ao sistema de ensino.
5. Aprimorar as competências tecnológicas dos docentes.
6. Aperfeiçoar as técnicas pedagógicas de emprego dos recursos tecnológicos.

7. Promover a participação das famílias na vida escolar dos filhos.
8. Coibir a ideologização nociva do ensino.
9. Implementar Políticas Públicas para limitar a ingerência do corporativismo sindical, no que comprometa o cumprimento das atribuições legais do Sistema de Ensino.
10. Normatizar a Educação Básica e a Fundamental, visando a formação humana, científica e profissional e não a atender a propósitos de ideologias de qualquer natureza.
11. Estabelecer um currículo nacional basilar para o Ensino Médio, em suas linhas gerais, porém flexível para se adequar às especificidades de distintas regiões e seus habitantes.
12. Elaborar estratégias de melhoria da formação de professores do Ensino Básico e do Fundamental, estudando o modelo das antigas Escolas Normais, para resgatar o que ainda hoje for relevante.
13. Implantar nos currículos de ensino assuntos voltados à educação para a cidadania, elaborados em conformidade com cada série escolar.
14. Garantir o ensino híbrido, como complemento e não como substituto do ensino em sala de aula, buscando sua melhoria contínua.
15. Dotar, tanto as escolas com recursos para o acesso à banda larga da Internet, quanto as famílias para utilizá-los a domicílio ou em lugares comunitários próximos a eles.
16. Estudar a municipalização do Sistema de Ensino Básico e Fundamental e, caso ela seja vantajosa, propor leis que viabilizem as funções docentes e identificar os apoios necessários das instâncias federal e estadual.
17. Estudar as vantagens de disseminar o modelo das escolas cívico-militares, no tocante às normas de disciplina, respeito, higiene, civismo e práticas pedagógicas sem que, necessariamente, os estabelecimentos de ensino sejam transformados nesse modelo escolar.

Fonte: SAGRES, I. (2022); sistematizado pela autora (2024).

Com os excertos selecionados, é nítido que existe uma preocupação com a *formação do povo* (de forma abstrata) e a divulgação de uma moralidade conservadora que atenuem as contradições inerentes à estrutura social capitalista. Como um Projeto de *longo prazo*; cujo lema é “Brasil acima de tudo”; a credibilidade é facilmente afetada pelo seu caráter absolutamente ideológico, mesmo que se apresente como “neutro” e “*sem radicalismo de qualquer natureza*” (Clube Militar, 2022). Nota-se também que há uma preocupação com a *promoção de líderes* capazes de organizar a sociedade em prol do conservadorismo evolucionista. No capítulo 3,

notaremos que o mesmo fundamento educacional e cultural presente no Projeto de Nação, também é basilar na implementação das escolas policializadas, que visa o controle policial e a formação neoconservadora no contexto de ascensão do neofascismo. Por ora, cumpre destacar que os militares possuem, de fato, um projeto robusto, que não se sustenta tão somente pelo “Brasil do futuro”, mas que firma sua existência pela implementação de políticas públicas, em especial das escolas cívico-militares e que, aos poucos, sustentam e naturalizam a mesma doutrina ideológica dos militares: a concepção de guerra, as teorias conspiracionistas e o autoritarismo.

Reencontramos também no Projeto as premissas da Doutrina de Góis Monteiro – influenciado pelo pensamento autoritário – que entendia que a função das Forças Armadas não era servir a democracia, mas sim reformar a sociedade a partir de valores conservadores. Fortemente influenciado por uma concepção darwinista; a doutrina de Monteiro entendia que os militares “têm que ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas” (Fundação Liberdade e Cidadania, 2011, p. 5). Ainda, Monteiro entendia que um Exército bem organizado seria o instrumento mais poderoso de um governo para a educação de seu povo e a consolidação do espírito nacional, neutralizador das tendências dissolventes introduzidas por forças externas.

2.3.2 O Estado, a democracia e a reedição do nacionalismo autoritário

No “*Eixo II: Governança Nacional*” - Tema 07, é tratado o “coração” do documento: a própria Estratégia Nacional, cujo objetivo é “*elaborar, implantar e gerir uma Estratégia Nacional capaz de unir as lideranças e a sociedade em torno de Objetivos Nacionais que se mantenham vigentes, em seu cerne, ao longo de sucessivos governos*” (Sagres, 2022, p. 39). Nas diretrizes, nota-se que o ensejo dos militares é realizar uma integração no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para implementar um plano alinhado ao planejamento da Nação. No mini cenário foco, explica-se o seguinte:

Uma Estratégia Nacional é fonte de motivação, sinergia, autoconfiança, autoestima e credibilidade para a nação. A implantação do Centro de Governo e de um Sistema (Modelo) Integrado de Gestão Estratégica, ainda que continuem necessitando de aperfeiçoamentos, contribuíram para que o Brasil já tivesse uma EN2 em 2035. Ela foi implantada com a participação de vários setores de governo e segmentos da sociedade, mas ainda há reações às ações diretas dos governos, ainda que flexíveis, na coordenação de sua execução, com alguns prejuízos para os resultados obtidos. A EN foi importante, pois deu rumos para orientar, unir e dar continuidade aos esforços da sociedade para o desenvolvimento, a segurança e o bem-estar. Houve flexibilidade

para adotar as alterações que os cenários indicaram, bem como contemplar as mudanças típicas da alternância de poder de uma democracia (Sagres, 2022, p. 39).

Esse “Centro de Governo” equivale, em nossa interpretação, a um “poder moderador”, responsável por levar ao fim e ao fundo a Estratégia Nacional. Esta interpretação explica-se, por exemplo, pela diretriz 5 do eixo, que visa: *“Implementar alterações na Administração Pública Federal de modo a vincular o planejamento estratégico nacional, a orientação para seus desdobramentos e a coordenação de sua execução diretamente à estrutura da Presidência da República, compondo um Sistema Integrado de Gestão Estratégica (SAE/CdG)”* (Sagres, 2022, p. 41); ou então, a diretriz pela diretriz 7, que pressupõe *“estabelecer estrutura do CdG, presidida pelo ministro-chefe da SAE, que monitore cenários e coordenem a execução das atividades da EN”* (Sagres, 2022, p. 42).

Por mais que continue tendo as *“mudanças típicas da alternância de poder de uma democracia”*, como explicitado (ou seja, a democracia parlamentar), aquele Centro estaria atrelado a um “Sistema Integrado de Gestão” **permanente**, cuja finalidade é aprimorar a governança nacional através da integração política, estratégica, de planos, programas e ações de maneira coordenada, de modo a convergir a nação e evitar “conflitos internos”. Essa solução de “Integração” é a resposta aos óbices identificados como:

2. A Administração Pública Federal (APF) ainda mantém antigos vícios de planejamento estratégico, o que dificulta implementar as boas práticas recomendadas pela OCDE, principalmente aquelas voltadas para a organização e funcionamento do centro de governo nos países a compõem.
[...]
3. Permanecem questões culturais como a falta de visão sistêmica e holística dos desafios que o Brasil precisa enfrentar na esfera estratégica de governo.
[...]
6. Vício de improvisar, herdado da colonização portuguesa, que continua impregnado na cultura nacional.
[...]
8. Perfil patrimonialista de grande parte de nossas elites, caracterizado pela promiscuidade nas relações público-privadas, indicando que elas reagirão à implantação do Sistema em pauta, por ser uma ameaça ao seu poder.

O que a Estratégia almeja como uma *“democracia de fato”* são as *“reformas institucionais que saneiem as disfuncionalidades do Estado, neutralizem a corrupção, o poder das ideologias radicais de qualquer natureza e valorizem o civismo e o liberalismo econômico com responsabilidade social”* (Sagres, 2022, p. 32). Ainda, uma das diretrizes formuladas para *“superar o óbice”* – considerado como a centralização do Estado, a ideologização dos sistemas de ensino e da cultura, dentre outros – é aprofundar a discussão, por meios políticos, empresariais e acadêmicos da questão geopolítica global e seus reflexos no desenvolvimento,

segurança nacional e coesão social, além de *“Estudar a criação, em cada estado da Federação, de uma escola para formar administradores e técnicos municipais que conheçam os detalhes econômicos, culturais e socioambientais do lugar e sejam capacitados a elaborar planos de desenvolvimento regional”* (Sagres, 2022, p. 33).

No Projeto, a concepção de Estado é o principal instrumento para unificar conservadores e liberais e um veículo que promove as liberdades civis, a liberdade de expressão e incentivam o trabalho voluntário *“em contraposição ao coletivismo involuntário, imposto pelo Estado”* (Sagres, 2022, p. 15). Outras atribuições positivas ao Estado brasileiro “do futuro” é a divulgação do conservadorismo evolucionista e liberal com responsabilidade social; o incentivo à desestatização da economia e a iniciativa privada (como o agronegócio e as grandes indústrias, por exemplo). Ao Estado, contraditoriamente descentralizado, cumpre também a função de manter a nação “organizada”; “educada” e “estável”.

Já no que se refere à política externa, nos argumentos apresentados pelo Projeto, a posição do Brasil é de neutralidade pragmática e ética, que valorizam os interesses do povo brasileiro e aproveitam as oportunidades, sem se desgastar com conflitos extrínsecos. Contudo, o país destina esforços para firmar-se como potência emergente, investindo em sua autonomia econômica, militar, social, científica etc. O grande “Óbice” para os militares é o chamado *globalismo*, considerado um: *“movimento internacionalista cujo objetivo é determinar, dirigir e controlar as relações entre as nações e entre os próprios cidadãos, por meio de posições, atitudes, intervenções e imposições de caráter autoritário, porém disfarçados como socialmente corretos e necessários”* (Sagres, 2022, p. 11).

A intervenção do globalismo no Brasil é identificada no Projeto como as pautas que são destinadas à “favorecer as minorias” em detrimento das majorias; além de buscar proteger o meio ambiente. Ainda, esse movimento, para os militares, é controlado por uma “elite financeira mundial”, constituído por representantes do ultracapitalismo. O poder aquisitivo dos globalistas é convertido em um *“ativismo judicial político-partidário”* que influenciou a decisão de vários governantes e líderes para proteger os “direitos das minorias”. Como visto na subseção anterior, no “Cenário foco”, apresentado no “Eixo de Geopolítica mundial”, para “superar o globalismo”, uma das diretrizes apresentadas é *“Fortalecer o espírito cívico, patriótico e os valores morais e éticos da sociedade, com vistas a recuperar a coesão nacional”* (Sagres, 2022, p. 31); além de *“fortalecer a adesão popular aos interesses nacionais, por meio da universalização da educação de alta qualidade, desenvolvimento econômico e progresso social”* e, ainda *“aprimorar a formação moral, ética e cívica dos educadores e agendes do Estado”* (Sagres, 2022, p. 31).

Vale considerar que a noção de globalismo é uma *teoria da conspiração*, formulada pelo autodeclarado filósofo Olavo de Carvalho. Essa concepção é alardeada em entrevistas, documentários e canais de informação da extrema-direita como uma *grande estratégia comunista* de dominação do mundo. Para Carvalho, existem “três projetos de dominação global, sendo eles o russo-chinês, o ocidental e islâmico:

Os agentes que hoje os personificam são respectivamente:

1. A elite governante da Rússia e da China, especialmente os serviços secretos desses dois países.
2. A elite financeira ocidental (...).
3. Fraternidade Islâmica, as lideranças religiosas de vários países islâmicos e também alguns governos de países muçulmanos (Carvalho, 2012, p.45-46).

Essa conspiração sobre a existência de uma “elite financeira mundial” é propugnada como “*sindicato*” ou “*consórcio*” liderado por metacapitalistas, um grupo restrito que detém o poder global e são sustentados ideologicamente por comunistas; socialistas e “esquerdistas” em geral. Para Carvalho (2009), o globalismo é o “processo mais vasto e ambicioso de todos. Abrange a mutação radical não só das estruturas de poder, mas da sociedade, da educação, da moral e até das reações mais íntimas da alma humana” (Carvalho, 2009). Esse projeto visa implantar, segundo os conspiracionistas, uma globalização econômica orientada pelo que chamam de “marxismo cultural”. As consequências dessa suposta dominação é a destruição da família tradicional, da fé cristã, a ideologização dos sistemas de ensino, dentre outras políticas de cunho “esquerdista”.

O “pano de fundo” dessa apreciação é a herança ideológica do *pensamento nacionalista autoritário*; referenciada pelo próprio Instituto Sagres como *fio lógico* do Projeto¹⁵. Vê-se: a Primeira República, iniciada após um breve período de governos militares, consistiu em um predomínio das oligarquias estaduais. Na Constituição de 1981, havia uma concepção mais descentralizada de poder e o atraso na industrialização do país. Esse contexto, influenciado pelas transformações mundiais causadas pelo impacto da Primeira Guerra Mundial, a quebra da bolsa em 1929 e o descrédito do liberalismo, além da ascensão do fascismo; contribuíram a emergência o pensamento nacionalista-autoritário, que promovia a importância de um “Estado forte” para cumprir a função de desenvolver o país nos moldes capitalistas (Batista, 2006).

Segundo Bolívar Lamounier, o autoritarismo foi um “sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade” (Lamounier, 1982, p. 356). Figuras como Alberto Torres (1865-1917), Oliveira Viana (1883-

¹⁵ O fio lógico pode ser encontrado em: <https://sagres.org.br/projeto-de-nacao-fio-logico/> Acesso em 02 de novembro de 2024.

1951) e Azevedo Amaral (1881-1942) foram principais expoentes dessa corrente de pensamento; sustentados sobretudo pelas ideias exportadas da Europa, como o darwinismo social e pelo evolucionismo social de Herbert Spencer¹⁶. Nas obras referenciadas pelo Instituto Sagres, encontram-se as obras torreanas “*O problema nacional brasileiro*”, publicado originalmente em 1914, “*As fontes de Vida no Brasil*”, publicado em 1915 e “*Repensando Alberto Torres*” de Teotônio Simões, de 2002.

O autoritarismo brasileiro possuiu conexões estreitas com o movimento fascista, mesmo que ambos tenham suas particularidades. O pensamento de Torres, por exemplo, influenciou líderes como Plínio Salgado. Não queremos, evidentemente, simplificar a *origem* do fascismo no Brasil, contudo, segundo Alexandre Batista (2006); houve a confluência de ambas as correntes de pensamento no início do século XX. Para Calil, o nacionalismo autoritário possuiu “diversos significados, dentre os quais a proposição de um projeto nacional centralizador, a oposição à interferência do ‘capitalismo internacional’ no Brasil e o apelo patriótico à ‘tradição’” (Calil, 2005, p. 72).

Ainda, após a Segunda Guerra, Calil (2005) aponta que houve uma reconfiguração político-social que modificou o sentido do *nacionalismo* propugnado pelo pensamento torreano; especialmente no que se refere a sua influência no movimento integralista; tornando essa concepção puramente retórica e residual, uma vez que o fascismo brasileiro tinha como fundamento político-econômico-social a defesa dos interesses das grandes corporações e uma posição internacionalizante e privatista.

Retomando os principais aspectos das obras de Torres, não podemos deixar de citar a concepção de *Estado forte*; presente tanto na corrente autoritária quanto no totalitarismo fascista. Para Alberto Torres, em “*As fontes de vida no Brasil*”, o Estado deveria “fundar o órgão mundial de equilíbrio entre as nações, para, encerrando-se de vez o ciclo da evolução humana, que veio, até o presente, dirigido pelos impulsos da emotividade, encetar-se a evolução das sociedades, dirigida pelo sentimento e pela razão” (Torres, 2002, p. 23). O intelectual chegou a elaborar uma Constituição e, entre as suas principais motivações, estava a superação do federalismo persistente até então (inclusive sugerindo a privação de autonomia das províncias, quando necessário), a ampliação do mandato presencial para oito anos e a criação de um quarto poder, com direito de intervir nos outros poderes (Torres, 1982, p. 214).

¹⁶ O evolucionismo de Herbert Spencer foi uma das principais vertentes do pensamento evolucionista do século XIX. Spencer, um filósofo inglês, aplicou as ideias de evolução não só ao campo biológico, como fez Charles Darwin, mas também às esferas social e moral. Seu conceito central era o da “evolução universal”, segundo o qual todas as formas de vida e de organização social tendem a evoluir de estados mais simples e homogêneos para estados mais complexos e diferenciados.

Na obra “*O problema nacional brasileiro*” (2002), Torres compreendia que era papel do Estado “formar o povo”. O “aparelho político-administrativo”, como ele se refere, seria fundamental para manter a vida do país; caso contrário, a nação estaria fadada a desagregação e à submissão a outro povo mais forte. O Estado, então, possui uma centralidade: a de corrigir as debilidades do liberalismo, bem como impedir o avanço do socialismo:

Se os homens de estudo e os homens de Estado compreendessem o problema da evolução humana e a sua inevitável diretriz, teriam realizado o encaminhamento para o progresso, segundo a fórmula do individualismo de Adam Smith, pela organização e distribuição do trabalho; teriam fundado, no solo americano, uma civilização, onde a reação socialista seria exótica, porque o socialismo não é senão o refluxo das leis econômicas contra a interpretação do individualismo pela predominância do capital (Torres, 2002, p. 115).

Para formar um povo, Torres indicou a criação de um conjunto de valores que unificasse a nação. A prática afetiva fundamental seria fundamental à educação escolar e faria com as novas gerações sentissem-se capazes de realizar sacrifícios pelo país, pois: “[a] unidade e a continuidade da política resultam da existência de um caráter nacional” (Torres, 2002, p. 61). Daí, a centralidade do Estado na educação coletiva, na garantia do território e a integração da nação, desenvolvida a partir de um forte sentimento de pátria, de uma cultura que possibilitasse aos jovens defender sua nação, com atos de heroísmo, que inspira abnegação e sentimentos arrebatadores:

A razão de um povo só se forma com o conhecimento de seus interesses; sua energia só se educa com a prática firme de um programa de soluções [...] a mais elementar condição desta consciência é a existência, não de um simples nexos afetivo ou político, mas de uma comunidade de relações e de interesse moral, social e econômico. [...] um país só possui integridade e união quando cobre a sua terra, e envolve os seus habitantes, um forte tecido de relações pessoais e interesses práticos; se esses interesses e essas relações não resultam espontaneamente da natureza da terra e do caráter do povo, é indispensável criá-los (Torres, 1982, p. 69-70).

Segundo Luiz Roberto Monzani, Torres foi um intelectual representante do “pensamento ou ideário autoritário-conservador [...] para esse pensamento, não se trata, é claro, de propugnar a volta pura e simples do regime monárquico, mas sim de pensar a República forte, [que] escapasse exatamente destas tão flagrantes deficiências da República liberal” (Monzani, 1999, p. 523). Segundo Ricardo Luiz de Souza, a “democracia social” na obra de Torres,

[...] só poderia ser concretizada, contudo, por meio de um regime forte, e o elogio desse regime permeia toda a obra do autor: a democracia só pode ser alcançada por

meio do autoritarismo e, diga-se de passagem, todos os regimes autoritários brasileiros tiveram, como objetivo declarado, a construção, preservação ou restauração da democracia” (Souza, 2005, p. 306).

O pensamento torreano também fez parte da concepção política da ESG desde sua fundação. Segundo Douglas Puglia, o programa da Escola, formulado junto a instituições civis como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), foi o único programa estrutural presente nas Forças Armadas que influenciou o golpe de 1964. Para o autor, a concepção nacionalista-autoritária interferiu nas ideias políticas dos militares:

Não se trata, porém, de uma simples influência, e sim de algo bem mais profundo: um dos pilares desta tese é a acepção de que a ESG pode ser considerada como participante de uma linhagem política conservadora e autoritária tomando para si o discurso político dos autores citados e os adaptando à conjuntura política específica de que fez parte (Puglia, 2012, p. 140).

Ou seja, para Puglia (2012) a corrente de pensamento autoritária brasileira tornou-se, um elemento preponderante da doutrina militar. Não à toa, encontramos entre as referências sistematizadas Projeto de Nação 2035 artigos que exploram também outros expoentes da corrente, como Oliveira Viana. Conforme o artigo de Luciano Aronne de Abreu, intitulado “*A construção da nação no Brasil: conservadorismo e autoritarismo político*” e referenciado pelo Instituto Sagres como um “fio lógico”; autores como Oliveira Viana e Azevedo Amaral formam intelectuais que possuíam “um comprometimento com os problemas do seu tempo e uma preocupação com a construção do futuro da nação” (Abreu, 2005, p. 2).

A título de exemplo, quando se refere ao Estado Novo, Abreu (2005) salienta que nas obras de Oliveira Viana, a identificação com a extinção dos partidos políticos, o fechamento dos órgãos legislativos, além de uma organização corporativa das classes empresariais, era considerado como o ato de “mais puro realismo político” por parte de Getúlio Vargas. Este, era considerado por Viana como um verdadeiro mestre da democracia brasileira que havia conquistado a estabilidade e a ordem do país. Ainda, Oliveira Viana entendia que a democracia era dispensável, pois “o governo é função de *elite* e às *elites*, portanto, cabe eleger os agentes supremos do governo” (Viana, 1991, p. 220).

Aquele artigo não sinaliza nenhuma crítica negativa aos intelectuais autoritários e considera que os “intérpretes do Brasil” chegaram a conclusões muito semelhantes. Abreu (2005), inclusive, enfatiza que a contribuição do pensamento autoritário para o desenvolvimento nacional está na consideração de um Estado forte, “dada a incapacidade de solidariedade do seu povo” (Abreu, 2005, p. 15). Ademais, o mesmo autor sublinha os

“problemas nacionais” diagnosticados pelos conservadores: a ausência de um nacionalismo e a influência de modelos europeus ou norte-americanos como possíveis debilidades na formação do Estado-nação:

[...] a inexistência entre os brasileiros do espírito de solidariedade e de defesa dos interesses coletivos resultaria na ausência de soberania e de unidade nacional do país, as quais se definiriam respectivamente pela consciência do grupo nacional de sua individualidade e pela supressão ou redução das dissidências existentes, garantindo a coesão do grupo (Abreu, 2005, p. 4).

Em outro momento, o retoma a aspiração dos intelectuais à monarquia – especialmente o governo de D. Pedro II –, a defesa do mundo rural, o culto à terra e aos valores domésticos patriarcais. Para Abreu (2005, p. 15):

Enfim, ainda que por meio de diferentes interpretações de nosso passado, Oliveira Viana e Azevedo Amaral, representantes da mesma tradição de pensamento conservador, chegam a conclusões semelhantes a respeito da construção de uma verdadeira nação e do desenvolvimento nacional brasileiros: estes só seriam possíveis a partir da ação de um Estado forte, dada a incapacidade e solidariedade do seu povo.

Tanto nas obras de Oliveira Viana, quanto as de Azevedo Amaral, havia um clamor pela hipertrofia do Estado, a centralização política e a redução drástica da democracia institucionalizada, valores estes também compartilhados por setores da burguesia paulista e do baronato capitalista (Bueno, 2016). Ainda, havia convergência na “[...] estratégia [de] fundar o Estado brasileiro com inspiração de fundo no pensamento autóctone, voltando atenção aos costumes e hábitos nacionais como forma de garantir a eficácia das normas e das políticas públicas adotadas” (Bueno, 2016, p. 30). Assim como Plínio Salgado, Viana e Amaral foram avessos à democracia liberal e ao papel dos partidos políticos, classificados por ele como “meras agrupações de interesses particulares tão impróprios quanto desinteressados em procurar o bem comum” (Bueno, 2016, p. 28).

Cabe observar que conservadorismo não é uníssono. De acordo com José Luís Beired, no início da década de 1930, era possível identificar ao menos três linhas conservadoras: uma católica, uma fascista e uma cientificista. Para o autor, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral faziam parte do polo cientificista. Este:

[...] Congregava os intelectuais que encaravam a realidade social como um fenômeno evolutivo regulado por leis naturais. Enquanto na postura iluminista a razão era a fonte explicativa e norteadora da ação humana, na perspectiva cientificista, esse papel provinha do conhecimento científico. O trabalho intelectual deveria voltar-se para a descoberta das leis naturais que regiam o social, de modo a explicar e conduzir o

desenvolvimento humano. O positivismo que deixou profundas marcas no pensamento intelectual brasileiro, foi uma das expressões do cientificismo. Francisco José de Oliveira Vianna e Antônio José do Azevedo Amaral são figuras representativas dessa corrente ideológica (Beired, 1999, p. 23).

De acordo com Boris Fausto, pensadores como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral buscaram desvendar os problemas do Brasil a partir das Ciências Humanas e convergiam nos caminhos da construção nacional: “no pensamento dos autoritários, a influência do cientificismo, assim como de autores representativos de outras correntes, era eclética, abrangendo nomes diversos, que influenciaram cada um deles com maior ou menor peso” (Fausto, 2001, p. 19). Isso significa dizer que os estudos dos pensadores não eram baseados em mero achismos – mesmo que contasse com uma grande carga de subjetivismo, precariedade de material e artificialidade no sentimento da nacionalidade comum (Brandão, 2007). Para Puglia (2002, p. 151): “Oliveira Vianna parte de um viés bastante empírico e atribui a sociedade brasileira um caráter evolucionista que deveria ser interpretado e colocado nos eixos de forma que o Brasil encontrasse seus rumos e transformasse seu potencial em realidade”.

No que se refere à modelos de organização social, no pensamento autoritário havia um forte apelo à escravidão. Por exemplo, Torres referia-se ao fenômeno como um dos momentos mais desenvolvidos do Brasil: “social e economicamente, a escravidão deu-nos, por longos anos, todo o esforço e toda a ordem que então possuímos, e fundou toda a produção material que ainda temos [...]” (Torres, 1982, p. 38). Para Clóvis Moura, esse cientificismo esteve ancorado nas mesmas acepções que fundamentaram o arianismo e o racismo na formação social do país, cuja sustentação era a concepção de que a civilização foi composta por raça superiores e inferiores (Moura, 1990). Havia, também, concordância quanto às questões raciais: “Oliveira Viana achava que não apenas a hierarquização social dependia da raça, mas a própria divisão do trabalho social entre as ‘raças inferiores’ era determinada por qualidades inatas” (Moura, 1990, p. 211). Assim, na interpretação mouriana, assim como Torres, Viana foi um apologeta das hierarquias raciais e sociais e um entusiasta da escravização de pessoas negras: “sob o manto da biopolítica, Viana unia de vez estado, soberania, raça e nação como objetos do saber autorizado da ciência” (Duarte; Queiroz, 2024, p. 7).

Em síntese, há uma contradição inerente ao Projeto de Nação 2035, pois, ao mesmo tempo que este aparentemente defende a descentralização do Estado; suas referências estão profundamente atreladas a uma noção de *Estado forte, centralizador e autoritário*. Para sustentar as transformações que dirigem a Nação ao conservadorismo evolucionista; os militares propõem um sistema de ensino que sustente as políticas públicas centralizadoras e de

calibre direitista e se ocupem sobretudo de formar a nação, visto que o “centro” dos óbices, geralmente, deve-se à ausência do sentimento de pátria.

Por mais que nos momentos que se defina “Estado” no Projeto haja um discurso de fortalecimento do poder federativo; o que vimos ao longo do documento é a exposição de um Estado sustentado por uma doutrina neoconservadora e que visa indiferenciar a formação ideológica da caserna e das massas. Ademais, por mais que o documento apresente uma noção de possível enfraquecimento do “poder centralizado”, em suas nuances é possível identificar a manutenção da concepção de “lei e ordem”, ao almejar uma espécie de “poder moderador” ou “Sistema de Gestão Integrado”, que possibilite que a Estratégia Nacional siga seu curso independentemente das flutuações provenientes da “alternância de poder”. Para ter sucesso, o Projeto de Nação precisa integrar todas as esferas executivas; de modo a garantir “harmonia” na implementação coordenada de políticas públicas *e de longo prazo* que culminem no “Brasil Sonhado”. Por mais que não tenhamos nos aprofundado acerca das semelhanças e diferenças entre o pensamento autoritário e o movimento fascista¹⁷; em nossa interpretação; ambos os movimentos geraram uma doutrina ideológica original, particular e incentiva o intervencionismo militar, seja como Partido (atuando de forma mais direta), seja de forma mais entrincheirada; preparando seus quadros para a “guerra” que está sempre no horizonte.

Por fim, não há grandes menções no Projeto acerca das escolas cívico-militares enquanto política educacional e, talvez, seja dispensável tratar de uma ação específica. Afinal, a “formação do povo”, cuja responsabilidade é sobretudo do Estado, perpassa, inevitavelmente, a educação escolar. Quando o Projeto de Nação trata, por exemplo, do Ensino Básico, a única menção que se faz é de: “*Estudar as vantagens de disseminar o modelo das escolas cívico-militares, no tocante às normas de disciplina, respeito, higiene, civismo e práticas pedagógicas sem que, necessariamente, os estabelecimentos de ensino sejam transformados nesse modelo escolar*”. Contudo, ao salientar inúmeras vezes a importância do *sentimento de pátria* e da *Nação*, a questão da importância do *líder* e a valorização da *coesão nacional*; não precisamos ir longe para compreender que a entrada das polícias nas escolas públicas pretende capilarizar o Projeto de Nação; naturalizar a concepção neoconservadora, favorecer a entrada da iniciativa privada nessas instituições e ampliar o controle nas escolas públicas por meio do aparato de coerção mais efetivo dos militares.

Existe uma noção de “*formação do povo*” que é abstrata e, de certa forma, unilateral. Sem mediações, trata-se esse “povo” como uma massa amorfa, monolítica, que só serve aos

¹⁷ Para tanto, recomendamos Calil (2005) e Batista (2006).

interesses da coesão nacional. Esse “povo” não tem raça, classe, gênero e identidade. Não há menção no Projeto, por exemplo, da ampliação da participação desse “povo” na tomada das decisões acerca da administração pública. Busca-se uma formação esvaziada, moralizada e perene, capaz de capilarizar o neoconservadorismo e o neoliberalismo agressivo na formação dos(as) jovens. O aparato escolar não é o único instrumento para tanto. Afinal, a transformação social acontece por outros meios, como em movimentos capazes de neutralizar o pensamento ideológico da esquerda e tudo que possa se relacionar a ela. No próximo capítulo, ensejamos uma discussão sobre as escolas policializadas propriamente dita e sua relação com a ascensão do neofascismo, buscando reforçar nossa hipótese de que a militarização da educação escolar, através da implementação das escolas policializadas partem de um projeto societário formulado e sustentado pelas Forças Armadas brasileiras e setores civis neofascistas.

CAPÍTULO 3 – EDUCAÇÃO, MILITARIZAÇÃO E NEOFASCISMO

Me deixem cantar até o fim

[...] A retórica da mentira sustenta inverdades
Num país em que lutar pela vida é crime de alta
periculosidade.
Querem nos sabotar, mas sou mais sabotagem.
Somos racionais, eles se valem da irracionalidade.

André H. M. Correa, 2024.

As mudanças recentes no Estado brasileiro, em particular, na educação pública, não foram ao acaso. No capítulo anterior, partimos da compreensão de que as Forças Armadas no Brasil atuaram e persistem como um partido político, assumindo a função de sistematizar uma ideologia *sui generis* e formar novos quadros para garantir a manutenção da ordem capitalista. A concepção de segurança nacional e a produção de um inimigo interno, gestada sobretudo na ESG e no Clube Militar, começou com a importação de uma concepção de guerra formulada pelo Exército francês e difundida pelo imperialismo estadunidense, mas que ganhou certa originalidade e peculiaridade em nossas terras. Dentre os líderes formados na contemporaneidade, há dois casos relevantes: o fascista-militar e ex-presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL), cuja figura nos debruçaremos adiante, e seu vice, general Hamilton Mourão (Republicanos)¹⁸.

Com o golpe de 2016 e o aprofundamento da agenda antipopular, houve o recrudescimento da militarização do Estado, através da alocação de militares em posições estratégicas e no alto escalão do governo, o que reforçou a ascensão do neofascismo. Em nossa leitura, essas manipulações fazem parte da *guerra cultural*, que mescla técnicas terroristas e polarizadoras da política do “nós e eles” e são novas formas de atuação das classes dominantes, em especial do Partido Fardado, que articula a violência convencional a outras operações psicológicas e que, na totalidade, dão fôlego e mais poder ao neofascismo no Brasil. Com isso, os militares, como um “quarto poder”, auxiliam na defesa e no recrudescimento da autocracia

¹⁸ Segundo Marin (2022), o gen. Mourão também buscou reviver a tradição de politização do Clube Militar, órgão que foi presidente desde 2018. Esse movimento é semelhante ao do final do século 19, quando líderes militares desafiaram o *status quo* imperial. Ele usou declarações polêmicas na imprensa para ganhar visibilidade e impulsionar seu projeto político; dentre elas, o apoio explícito ao golpe militar de 1964 para evitar o “comunismo”, declarando que “a Pátria tem que ser defendida, às vezes das ameaças externas, às vezes dela mesma” em uma entrevista na revista Pampa em 2015; em 2017, o general sugeriu uma intervenção militar “ou as instituições solucionam o problema político, retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então nós teremos que impor uma solução”; em 2018, quando declarou um possível “autogolpe”, em que as Forças Armadas poderiam intervir na hipótese de “anarquia social”. Transformado aos poucos em uma influência carismática e popular, ao longo da gestão bolsonarista, Mourão ganhou bastante apoio, como do gen. Augusto Heleno, reconhecido pelo seu comando na Minustah.

burguesa.

Assim, a militarização da educação escolar ganha a condição de uma *tática*, que visa (con)formar a sociedade brasileira à extrema-direita do bloco do poder hegemônico, uma vez que, nesse contexto, espalhou-se também as escolas cívico-militares, que nominamos, a partir de Fontes (2019) de “*escolas policializadas*” e que, como buscaremos elucidar, estão intimamente relacionadas com as concepções doutrinárias sustentadas pelos militares e civis da extrema-direita. Para tanto, buscaremos recuperar de que modo se desenvolveu esse modelo escolar nos EUA e, posteriormente, no Brasil; adiante, discutiremos a ascensão do neofascismo no Brasil e a guerra cultural em curso.

3.1 DO QUE SE TRATA A MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR?

A supervalorização do policiamento no cotidiano não é uma exclusividade brasileira, apesar desta resguardar particularidades. O professor de sociologia Alex S. Vitale, ao analisar as polícias nos Estados Unidos, diagnostica a existência de um treinamento profundamente racista e brutalizado para lidar com situações corriqueiras: “a polícia encaixota jovens das esquinas regularmente sem nenhum respaldo legal, realiza buscas sem que haja causa provável e, em alguns casos, toma medidas coercitivas com base em conhecimentos equivocados da lei” (Vitale, 2021, p. 32). Alguns dos fatores que influenciaram o tratamento do jovem nos EUA como caso de polícia foi a suposta guerra às drogas e a ascensão neoliberal da escola, com a ênfase na aplicação de avaliações padronizadas que regulamentam a remuneração dos professores, o repasse de verbas às instituições de ensino e a própria sobrevivência da escola.

Ainda de acordo com Vitale, nos últimos 20 anos, houve uma expressiva entrada de policiais nas escolas dos EUA e, no ano letivo de 2013-2014, havia mais de 43 mil policiais trabalhando em instituições de ensino do país. A “Polícia de Recurso Escolar” remete a década de 1950, mas ganhou expressividade a partir de 1990. A política que engendrou a entrada de policiais nas escolas aconteceu após o incentivo do programa “*Cops in School*” (Polícia nas Escolas), em que o Departamento de Justiça destinou cerca de 750 milhões de dólares para contratar 6.500 novos policiais para trabalhar em escolas. Por mais que existissem policiais realmente interessados em garantir um ambiente seguro aos alunos(as/es), essa política educacional provocou “um aumento massivo nas prisões dos alunos – o que mina fundamentalmente a missão educacional nas escolas, transformando-as em uma extensão do Estado carcerário mais amplo e alimentando o que veio a ser conhecido como a linha direta da escola à prisão [*school-to-prison pipeline*]” (Vitale, 2021 p. 102).

O que tem se tido como resultado da aproximação das polícias militares com as escolas é “um aumento das suspensões, prisões e expulsões, afastando os alunos da escola e canalizando-os para o sistema de justiça criminal” (Vitale, 2021, p. 106). Essas políticas também impactaram na financeirização da educação. Um dos resultados da expressividade da lógica militarizada na educação, aliado às avaliações em larga escala, influenciaram o movimento das *charter schools*, que são um modelo híbrido de escolas que, apesar de não realizarem a cobrança de mensalidades por receberem financiamento público, possuem o gerenciamento privado na contratação/demissão da equipe pedagógica e autonomia para definir estatutos e regulamentos na instituição. Essas instituições foram transformadas em escolas-modelo e, devido ao caráter decisivo que as avaliações padronizadas geram: “[...] a criação de regras cada vez mais restritivas e o aumento na frequência e na severidade das punições, efetivamente se livrando de alunos que potencialmente rebaixaram a média das pontuações” (Vitale, 2021, p. 109). O resultado é que essas escolas *charter* apresentam índices de qualidade acima da média, porque ou os alunos(as/es) são expulsos da instituição ou saem por outras razões que não o fracasso escolar.

Quando o combate à criminalidade deu sentido à existência das polícias, racionalidade difundida sobretudo após 1990, a política das superpotências capitalistas absorveu que o crime era uma falha moral que precisava ser combatida duramente, especialmente com o encarceramento a longo prazo. Vitale (2021) diagnostica que a Lei dos Três *Strikes* (endurecimento cumulativo de criminosos reincidentes, em que, no terceiro delito, a pessoa responde penalmente de forma mais severa), serviu de fundamento para boa parte das políticas educacionais voltadas à punição e o controle, pois era preciso “cortar o mal pela raiz”. Em 1994, o presidente Bill Clinton introduziu a *Gun-Free Schools Act* (Lei das Escolas Livres de Armas), que implementou sistemas de vigilância (detectores de metal, câmeras etc.) e o aumento de forças ostensivas nas escolas. Todas as medidas citadas contribuíram para a criminalização da juventude, especialmente dos(as/es) jovens negros(as/es), da comunidade LGBTQIA+ e pessoas com deficiência, pois muitos jovens precisam responder criminalmente por seus comportamentos considerados “desvios” e possíveis problemas para a elevação dos resultados nas avaliações em larga escala.

Ainda, as polícias estadunidenses têm recebido montantes estratosféricos de investimento e equipamentos militares excedentes do Exército. Desde o início do século XX, “de acordo com o *Washington Post*, pelo menos 120 forças policiais vinculadas às escolas em trinta estados se valeram do Programa 1033 de transferência de armas” (Vitale, 2021, p. 115). No que tange especificamente à militarização das escolas, o “*School Resource Officer*”

(Associação Nacional de SRO's, conhecidos como policiais juramentados responsáveis pela segurança e prevenção do crime nas escolas), tornou-se, segundo Vitale (2021), o bastião da militarização da educação escolar. A Associação tornou-se uma panóplia para equipar, implementar novos sistemas, tecnologias e técnicas paramilitares na preparação de policiais para atuar nas escolas estadunidenses. Os policiais “treinados” para o ambiente escolar geralmente têm permissão para portar armas de fogo dentro das escolas.

No Brasil, apesar de seguir outros rumos, a militarização da educação escolar avançou no final do século XX. Na época, resguardadas os níveis de profundidade, existiram inúmeras disputas em torno da escola e, em geral, as reformas propostas giravam em torno de duas acepções antagônicas: de um lado, tínhamos os monopólios estadunidenses e seus organismos multilaterais (como o Banco Mundial, o BIRD, BID, Unesco, PNUD, Cepal etc.), que mantinham suas intervenções em estados capitalistas periféricos dependentes de sua economia. Por outro lado, conquistamos um alívio daquilo que por 21 anos nos sufocou: passávamos pela reabertura democrática, pela conquista de uma Constituição que resguardou uma série de direitos sociais fundamentais e alcançamos certo poder de barganha na luta pela universalização da educação pública, da saúde, do direito à aposentadoria e da democracia – ainda que limitada. Neste ínterim, os governos civis após 1985 tiveram “entre a cruz e a espada”, uma vez que precisavam “acalmar os ânimos” dos movimentos populares que alargavam as fissuras na nova República e, ao mesmo tempo, deviam responder de forma eficiente aos interesses particularistas das classes dominantes.

O liberalismo de novo tipo, agressivo e fecundo, refuncionalizou o Estado capitalista sob os moldes do que se requeria a aparente democracia. Como mencionado na Introdução deste trabalho, as chamadas “parcerias público-privadas” ampliaram a atuação estatal para atender a uma agenda de viés neoconservador. A reforma gerencial do Estado após 1990 resultou em políticas educacionais que, embora apresentadas como de interesse coletivo, frequentemente favoreciam a iniciativa privada. Amparada pelo discurso de uma “política orientada por resultados”, essa abordagem levou à progressiva transferência ou compartilhamento de responsabilidades em áreas como cultura, educação e saúde para entidades conhecidas como Organizações Sociais, que se posicionaram como “públicas não estatais”.

Esse processo não desresponsabilizou o Estado capitalista, mas consolidou uma democracia absolutamente restrita aos interesses das classes dominantes, mantida pelo forte e eficiente poder estatal. Num contexto em que se apregoava o “fim da história”, as políticas educacionais foram marcadas pela aparente “busca pela qualidade”, que essencialmente reproduziu no cotidiano escolar uma concepção de que a pobreza era um fator que precisava

ser atenuado (Algebaile, 2009). Ou seja, as políticas públicas foram gradativamente formuladas para grupos específicos, ou focalizadas, em que o Estado administrava soluções homeopáticas de programas, campanhas e projetos que atendiam os mais “vulneráveis”; mas mantinham intactas as raízes que produziam a desigualdade social.

Conforme Gaudêncio Frigotto, de tempos em tempos, produzem-se as narrativas que sustentam ideologicamente os giros táticos à direita para aprofundar os ataques às conquistas democráticas, justificadas por um “apagão educacional” (Frigotto, 2009). Essa metáfora “dá a entender algo conjuntural e momentâneo, que pode ser corrigido rapidamente, talvez por um novo programa emergencial ou por um ‘gato ou gambiarra’ para consertar o estrago” (Algebaile, 2009, p. 74-75). De acordo com Rodrigo Lamosa e Paula Guimarães (2018), foi sob a tese do “apagão educacional” que a escola pública foi golpeada; pois um novo modelo de gestão escolar era requerido para reduzir a violência, a indisciplina, a evasão e a repetência. Daí, surgiram as primeiras parcerias entre as forças ostensivas e as secretarias de educação como uma panaceia para incluir os policiais militares no interior da escola pública; como no caso de Goiás.

Segundo Santos, Miriam Fábila e Marcelo Bordin (2023), em âmbito federal, o Exército brasileiro possui 14 colégios que integram o sistema Colégio Militar do Brasil, que formam civis dependentes dos militares. As autoras e o autor apontam que, em casos em que as vagas não são preenchidas nessas escolas, ofertam-se a civis sem vínculo com militares. Essas instituições educacionais são responsáveis pela formação/reprodução intelectual das suas respectivas áreas profissionais e que, segundo o art. 83 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), seguem legislação própria. O que é mascarado nos discursos que comparam os colégios militares das escolas cívico-militares, é que, de acordo com Santos e Daniel Cara, a qualidade das instituições de ensino militares por vezes superam o razoável, por contarem com investimentos ao menos três vezes maior que as escolas civis tradicionais, em torno de 18 a 19 mil reais por estudante ao ano (Santos; Cara, 2023).

Além das escolas do Exército, existem também as instituições de ensino vinculadas diretamente às PMs e ao Corpo de Bombeiros. No primeiro caso, as normas de funcionamento e finalidades seguem parcialmente as legislações educativas, mas contam com princípios definidos a partir dos regimentos da PM em cada unidade da federação. No segundo, as instituições ligadas aos bombeiros são chamadas de Colégio Militar Dom Pedro II e:

[...] estão presentes no Ceará, DF, Maranhão, Tocantins, Amazonas, Amapá e Acre. Diferentemente dos colégios das demais corporações, no Dom Pedro II, a oferta educacional começa na educação infantil; a unidade de Brasília, denominada

‘entidade pública de ensino sob a orientação e supervisão do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal CBMDF’, há cobrança de mensalidades ou taxa de manutenção [...] (Alves; Santos; Bordin, 2023, p. 51).

Assim como as demais instituições militares, o Corpo de Bombeiros também atende dependentes de militares e promovem uma formação voltado ao culto à pátria, símbolos e valores nacionais, cidadania e civismo (Alves; Santos; Bordin, 2023). No caso particular do DF, o financiamento das famílias ou responsáveis pelos(as) estudantes servem para as despesas com a equipe pedagógica, com a infraestrutura das escolas e demais gastos que possam envolver a manutenção e a conservação das instalações físicas da instituição. Essas instituições militares possuem uma gestão privada e pública, pois, ao mesmo tempo que contam com o financiamento do Estado, também solicitam o pagamento de mensalidade das famílias.

Nas ditas escolas “cívico-militares”, a situação é diferente, especialmente pelo financiamento (que advém geralmente das Secretarias de Educação). As escolas civis militarizadas acontecem em âmbito municipal e/ou estadual e são, em sua maioria, fruto de convênios realizados entre as pastas da educação e a Secretaria de Segurança ou da Polícia Militar. Há casos, especialmente na esfera municipal, em que a militarização da educação ocorre por meio de acordos de cooperação entre o Comando da PM e com Corpo de Bombeiros pela falta de força policial. De acordo com Santos, Mocarzel e Moehlecke (2019), nos municípios, também há casos de parcerias público-privadas que ocorrem por meio da aquisição de pacotes de empresas e organizações não governamentais, que importam metodologias, princípios e valores de ensino militarizadas, mas prescinde do corpo militar na instituição, sendo geridas também pelo município.

Em um contexto de desmoralização e destruição da educação pública, a ambiguidade conceitual (colégios militares e cívico-militares) tornou-se a panaceia para salvar a qualidade educacional e foi a “cereja do bolo” no *marketing* dos governos defensores do modelo de escolas cívico-militares, conquistando muitas famílias, estudantes, trabalhadores da educação e a comunidade escolar que possivelmente estão frustradas com os rumos da sociedade. As indiferenciações conservadoras fazem parte das narrativas que visam mistificar a realidade ao mascarar a essência das aspirações particulares das classes dominantes e dos militares. Ainda, a *disciplina*, vista de forma isolada – apenas como obediência às normas – foi assimilada como fundamento à elevação dos índices de qualidade no modelo cívico-militar, separando o método da militarização da educação de seu verdadeiro conteúdo (Santos; Mocarzel; Moehlecke, 2019).

No governo federal responsável pela militarização da educação escolar (2019-2022), a primeira ação neste sentido foi a alteração do Decreto nº 88.777/1983, que regulamenta as

funções das polícias e bombeiros militares através do Decreto nº 9.940/2019 (Brasil, 2019b). Naquele momento, acrescentava-se que “o exercício da função de natureza do policial militar ou bombeiro militar na ativa” designava-se também “às instituições de ensino públicas do sistema estadual, distrital ou municipal de educação básica com gestão em colaboração com a Polícia Militar ou com o Corpo de Bombeiros Militar” (Brasil, 2019a). Pouquíssimo tempo depois, o governo instituiu a subsecretária de fomento às Escolas Cívico-militares (SECIM). Posteriormente, mais uma “canetada”: a Lei n.º 10.004/2019 criou o Programa Nacional das Escolas Cívico-militares – PECIM (Brasil, 2019a). Em parceria com os municípios, estados e o Distrito Federal, Junio Santos (2020), aponta que a proposta de militarizar a educação foi articulada sobretudo por políticos das bases conservadoras ligadas aos militares e que educadores, trabalhadores da educação e a sociedade em geral foram aliçados do processo.

O ex-presidente da república (2018-2022), foi bastante enfático quando afirmou que os “colégios militares são exemplos de ensino e de excelência na educação”. Nas palavras de Jair Bolsonaro: “[...] respeito, disciplina e amor à pátria são fundamentos importantes desses colégios”. Aquelas instituições, grande inspiração para as “cívico-militares”, serviram o fundamento na Lei. No lançamento do PECIM no Palácio do Planalto, em setembro de 2019, Bolsonaro disse:

Eu vi lá que uma de suas bandeiras era democratizar a Polícia Militar! Não dá! Não dá! Queremos uma Polícia Militar eficiente e que realmente cumpra o seu objetivo, mas falar em democracia para a Polícia Militar? Como é que ele vai tratar um sequestrador? Um narcotraficante? Mas, tudo bem. [...]

Alguns podem dizer que não é difícil no meu caso. Eu aceito a brincadeira. Mas estou disposto a levar juntamente com o nosso ministro Abraham Weintraub, da Educação, juntamente agora com a parceria também do ministro Fernando, da Defesa, isso avante. Começou então a primeira universidade, se não me engano, é Escola Naval? É isso mesmo? A nossa primeira universidade do Brasil? É militar!

E por que que a tendência nessas escolas militarizadas é dar certo? Sem querer desmerecer ou dizer que as outras não dão certo, também dão certo, mas uma taxa muito maior nas militarizadas. Por quê? Tem disciplina. [...]

Nós queremos integrar, botar na cabeça de toda essa garotada a importância dos valores cívico-militares como tínhamos há pouco, no governo militar, sobre educação moral e cívica, sobre o respeito à bandeira, botar na cabeça dele que ele tem que entender que a Amazônia é nossa, não aceitar provocações. E, por outro lado, também se preocupar com essas provocações de um outro líder mundial achando que aquele mar verde mais ao norte não pertence a nós, pertence sim (Palácio do Planalto, 2019, grifo nosso).

Em outra ocasião, no discurso à imprensa na solenidade alusiva ao PECIM, o ex-presidente afirmou que “para suprir, então, a dificuldade de criar colégios militares, apareceu a

figura das escolas cívico-militares” (Palácio do Planalto, 2019). Ao aferir que o modelo de educação de Israel é o que deve ser seguido; ele diz que a “educação é coisa séria, não é lugar de se fazer militância política, é lugar de física, química, matemática, biologia, português, educação moral e cívica, dentre outras disciplinas” (Palácio do Planalto, 2019). Na mesma solenidade, ele se refere ao ENEM de 2019, dizendo que se pudesse, com certeza a prova estaria marcada por questões objetivas de fato, “não com questões ideológicas como ainda vimos nessa prova”. Adiante, ele pontua:

Até na imprensa saiu que eu queria botar matéria da ditadura militar, não vou discutir se foi ditadura militar, mas eu queria sim botar uma questão lá. Se pudesse é: quem foi o primeiro general que assumiu em 1964? Foi Castello Branco. Em que data? Eu queria botar lá, duvido que a imprensa acertaria se fosse fazer a prova. Foi 31 de março, 1º de abril, 2 de abril ou quinze de abril? Eu acho que o pessoal, eu acho não, a maioria ia errar. Porque vão me falar 31 de março. **O que eu quero com isso não é discutir o período militar, é começar a história do zero.** Foi dia 15 de abril, depois de uma eleição de 11 de abril, onde o Castello Branco foi votado pela Câmara [dos Deputados] e pelo Senado [Federal] e foi escolhido Presidente da República à luz da Constituição de 46 ou 47. 46, obrigado aí (Palácio do Planalto, 2019, grifo nosso).

Em vídeo oficial, Abraham Weintraub, ministro à época, confirmou o intento de difundir o modelo por todo o Brasil: “eu peço um pouco de paciência, porque assim como a maioria dos brasileiros quer a escola cívico-militar, existe um pequeno grupo de pessoas organizadas, de movimentos ideológicos tentando impedir, então não há margem para o fracasso [...]”. Após as perfumarias de “elevar a qualidade”¹⁹ e “deixar a escola mais segura”, naquele mesmo vídeo, Weintraub tira seus óculos (como uma figura de linguagem para se aproximar dos ouvintes, e diz, em tom mais “informal”):

[...] por que as escolas cívico-militares? É para garantir que a próxima geração de brasileiros seja mais livre e mais forte, que ela consiga ler e escrever, fazer contas, ter respeito, ter disciplina, saber lutar pela sua liberdade, melhor do que conseguimos, para garantir que essa bandeira verde e amarela nunca vá ser vermelha e é por isso que a escola cívico-militar é tão importante para o governo Bolsonaro (Jordy, 2019).

Ou seja; é nítido o caráter ideológico da implementação do modelo de controle policial na escola pública, evidenciado pelo negacionismo acerca da ditadura militar e o retorno de uma perspectiva educacional que visou naturalizar aquele período histórico. Cumpre lembrar que durante a ditadura militar foram realizadas inúmeras modificações nos currículos escolares que

¹⁹ Insistimos que essas concepções são “perfumarias” porque não houve nenhum dado concreto de que as escolas cívico-militares de fato elevam a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Para auxiliar em uma abordagem que considere elementos relacionados à qualidade x militarização, recomendamos a dissertação de Miranda, (2021).

visaram centralizar e controlar a educação. Dentre as disciplinas criadas naquele contexto, havia a Educação Moral e Cívica, implantada em 1969 para ensinar os(as) estudantes concepções acerca das instituições, os valores morais e cívicos, símbolos nacionais, patriotismo, civismo – pressupostos da DSN –; a implementação da Música e Canto Orfeônico, que objetivava o “sentimento de pátria” e lealdade ao governo e à nação; a disciplina Organização Social e Política do Brasil, implementada em 1962 (antes do golpe) para abordar temas como a estrutura do governo, funções do Estado dentre outros elementos para tratar dos interesses dos militares; a disciplina de Estudos Sociais, que substituiu história e geografia e visou evitar assuntos que pudessem confrontar o regime; o Ensino Religioso, que já existia desde 1934, mas foi reforçada para inclinar a formação das novas gerações a partir da moral conservadora; além do controle sobre o material didático, com a censura de conteúdos que pudessem ser considerados “subversivos”.

Neste sentido, a concepção moral de “sentimento de pátria” a que se referiram os bolsonaristas, tal como discutimos no capítulo 2, esteve presente em quase todas as declarações acerca das ditas “escolas cívico-militares”. Não houve pudor em “mascarar” as intenções acerca do conteúdo que as fundamentou; trata-se, portanto, de um fenômeno que tem características muito próximas daquelas propugnadas pelo Partido Fardado no Projeto de Nação 2035. Recentemente, em fala realizada por meio de um áudio no *WhatsApp*, Bolsonaro afirmou:

Por que a esquerdopatia histórica e apodrecida é contra a existência das escolas cívico-militares? Porque nelas são incutidas nas crianças e adolescentes coisas como disciplina, conhecimento livresco, ordem, propósitos nobres, solidariedade, espírito de equipe e uma coisa muitíssimo importante e que para a esquerda é um verdadeiro copo de veneno, a noção de que as pessoas podem se ajudar umas às outras muito mais do que qualquer governo eleito, como vem acontecendo no Rio Grande do Sul, como os gaúchos e os brasileiros têm feito uns pelos outros em meio à maior tragédia dos últimos tempos.

Isso é a antítese da doutrinação palhaça e da lavagem cerebral que militantes disfarçados de professores despejam como rios de chorume nas cabeças de alunos desavisados todos os dias em quase todos os cantos do Brasil hoje em dia. As escolas cívico-militares são uma ameaça à revolução da extrema-esquerda, de gente que vive do fracasso dos outros (Díaz, 2024).

Embora tenhamos conquistado a desaceleração do governo fascista do Partido Social Liberal e seus cúmplices, a omissão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) e do seu ministro da educação Camilo Santana (PT) quanto às escolas policializadas também precisa ser discutida. Houve um gesto muito tímido da descontinuação do PECIM a nível federal. A medida foi anunciada no dia 12 de julho de 2023, afirmando que o programa não era prioritário na gestão petista e estabeleceu a revogação das portarias e normas vinculados a ele. O que, na

prática, não significou a anulação das escolas policializadas, mas sim a *despreocupação* do governo federal quanto à implementação desses projetos. Segundo Salomão Ximenes, o maior problema residiu no trecho da nota técnica do MEC quanto à autonomia dos estados na continuação do programa de militarização, sem sequer realizar a disputa quanto ao confronto da militarização no que prevê a Constituição Federal de 1988 e a LDBEN de 1996 quanto aos pilares de educação democrática (Ximenes, 2023). Após o governo federal “tirar o corpo fora”, a militarização avançou drasticamente em estados federativos como o Paraná, Brasília, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Amapá, Tocantins, Acre e Minas Gerais; ainda, no caso de Goiás, as escolas híbridas tornaram-se, em 2023, *colégios militares*.

Dois momentos que exemplificam a gravidade dessa omissão podem ser visualizados na intensificação da militarização da educação escolar no Paraná e no início da implementação das escolas policializadas em São Paulo em 2023. No primeiro caso, após o governo federal não assumir o enfrentamento, a militarização paranaense seguiu a pleno vapor. Imediatamente após o anúncio de revogação do PECIM, Ratinho Jr. (PSD), governador do Paraná (2019 – atual) pronunciou-se e prometeu avançar com as escolas policializadas no Estado, que à época já ultrapassava 200 unidades: “não se pode colocar ideologia dentro do ensino. O Paraná é o estado que mais tem escola cívico-militar. Já anunciei que vamos aumentar para 400. Nós entendemos que a questão é puramente democrática. Se o pai quiser colocar em uma convencional, tem essa possibilidade [...]” (Agência Estadual de Notícias, 2023). Em novembro de 2023, Ratinho Jr. anunciou, a militarização de mais 127 escolas paranaenses, mesmo com a denúncia de inconstitucionalidade realizada pela App. Sindicato e a deputada estadual Ana Júlia. Com a consulta pública realizada às pressas pouquíssimos dias após a declaração do governo, foram 82 escolas militarizadas e 44 que conseguiram resistir à truculência do governo. Não conformado com o resultado, após 3 dias da consulta, o governo novamente anunciou que, até o fim de 2023, seriam mais 25 escolas que teriam a consulta pública, em 21 cidades do Paraná. Atualmente, são 312 escolas cívico-militares.

No segundo caso, houve o anúncio de militarização da educação escolar através da iniciativa de Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo, que na ocasião de lançamento do Programa; sublinhou em seu discurso que “a gente olha aqui os alunos das escolas cívico-militares e vê que a gente está diante de um novo Bolsonaro lá na frente. Os alunos têm uma grande oportunidade. Como é bom ter um momento de amor à pátria. Ter disciplina, boa formação que vai fazer a diferença” (Aquino; Borges, 2023). Aliás, Jair Bolsonaro esteve presente na ocasião e foi recebido aos gritos de “mito”. No discurso desse,

afirmou-se: “o objetivo final é vocês serem alguém que produza e não que viva do Estado [...]. Queremos os nossos filhos melhores do que nós e só tem um caminho para isso, uma escola de qualidade. Algo que tenha disciplina e hierarquia? Onde se conhece isso? Nessas escolas cívico-militares” (Aquino; Borges, 2023). Figuras integrantes da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Escolas Cívico-Militares, como Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Zé Trovão (PL-SC), Nikolas Ferreira (PL-MG), Sargento Fahur (PSD-PR) e o senador Jorge Seif (PL-SC) e o precursor do movimento, do deputado federal Coronel Zucco (Republicanos-RS) estiveram presentes na solenidade.

Ademais, todo o argumento poderia ser mistificado com a falaciosa ideia de que “quem assumirá a gestão administrativa das escolas são os policiais da reserva”. No texto da lei, os policiais da reserva são aqueles que, após anos de trabalho e contribuição para o regime previdenciário, tem o direito à sua aposentadoria e são inativados de suas funções e transferidos para a reserva remunerada. Segundo o Estatuto dos Militares (Lei n.º 6.880/1980) nos artigos 96 a 103, apesar de serem considerados inativos, as PMs ficam em uma espécie de “reserva estratégica”, pois podem ser convocados ao serviço novamente, uma vez que pertencem à reserva das Forças Armadas e recebem a remuneração da União. Somente após um tempo fora de atividade é que os policiais podem ser reformados (tornarem-se civis), momento em que ainda recebem a remuneração, mas são dispensados de convocação para o serviço militar. Com a Lei n.º 13.954/2019 (Brasil, 2019c), a reforma de um militar só pode ser realizada quando este atingir idade limite de permanência da reserva, por incapacidade física ou julgado incapaz (moral ou profissionalmente) em processo regular.

Ainda, mesmo que sejam policiais em reserva, estes, já cumpriram, no mínimo, 35 anos de exercício na atividade de natureza militar nas Forças Armadas, para os oficiais formados na Escola Naval, na Academia Militar das Agulhas Negras, na Academia da Força Aérea, no Instituto Militar de Engenharia, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica; em escola ou centro de formação de oficiais oriundos de carreira de praça. Neste sentido, ser um policial na ativa ou na reserva é meramente uma característica burocrática, pois, como vimos, a formação ideológica da polícia militar é a de justamente ser uma “máquina de guerra” e que, portanto, reproduz uma lógica pedagógica nas escolas, que não rompe com uma concepção militarista exposta nos capítulos anteriores.

Outro ponto utilizado como sustentação para o argumento do governo foi a questão da qualidade do ensino. Já sabemos que os Colégios Militares, mesmo que ligados a Secretaria de Segurança Pública, recebem até três vezes mais financiamento do Estado em contraposição às escolas civis não militarizadas (Santos; Alves, 2022). Portanto, aquelas apresentam melhor

desempenho nos resultados dos índices de qualidade. Conquanto, outra falácia no argumento da elevação *rankings* refere-se a exclusão dos estudantes do ensino noturno nas escolas militarizadas. A reportagem publicada pela jornalista e mestre em educação Rosiane de Freitas, no Plural Jornal, analisou os dados dos Censos Escolares de 2018 a 2022 e do IDEB de 2015 a 2021 para entender a “propaganda de sucesso” do governo paranaense. Segundo a reportagem, quando uma escola estadual é militarizada, o ensino noturno é extinto. Portanto, a alta no índice se deve ao abandono de estudantes e do dever do Estado de assegurar o acesso à educação (Freitas, 2023).

Em mais de 70 anos de implementação de políticas públicas que intensificam o policiamento da escola, nenhuma medida mostrou-se eficiente para reduzir a criminalidade. Contudo, a educação escolar possui um papel sobremaneira na naturalização e conservação do sistema e na internalização de princípios desiguais. De acordo com Carina Darcoletto, a escola é uma instituição de “passagem”, em que adquirimos certas ferramentas culturais, mas não é um movimento que se processa em uma única direção, como se o conhecimento adquirido na escola levasse linearmente à apropriação do conhecimento e posteriormente à prática social fora da escola. Para a educadora, “a mediação da educação escolar está relacionada a duas diferentes esferas do ser social: a esfera da vida cotidiana e a esfera da vida não-cotidiana” (Darcoletto, 2009, p. 108). Neste sentido, a educação escolar é uma atividade mediadora que, ao mesmo tempo, contribui à formação positiva dos alunos(as/es) – ao mediar o indivíduo ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade e sistematizada pela escola –, mas também pode atuar como uma mediação alienada a serviço das necessidades do sistema capitalista.

Emir Sader, no prefácio ao livro “*A educação para além do capital*” de Mészáros (2008), define que a lógica educacional que temos “[tornou-se] uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema” (Mészáros, 2008, p. 15). É por essa razão que as instituições escolares são elementares na (con)formação, na internalização e adaptação a uma cultura, de valores e princípios que sustentam a estrutura desigual do capitalismo e buscam naturalizar um sistema de opressão historicamente constituído.

Embora as escolas cívico-militares existam há pelo menos 20 anos no Brasil, o PECIM marca um novo momento na conjuntura brasileira, caracterizado pela intensificação da crise estrutural do capital e pelo avanço do neofascismo no país. Se observarmos atentamente os discursos da gestão bolsonarista, há pouca referência ao PECIM no modelo implementado em

Goiás, contudo, enfaticamente destacou-se as disciplinas curriculares implementadas durante a ditadura militar. A preocupante autonomia que as polícias militares alcançaram nas últimas décadas, assim como o processo de militarização da educação escolar, está vinculada a outras políticas educacionais como, por exemplo, a Reforma do Ensino Médio, confere certa originalidade à implementação e expansão das escolas cívico-militares no Brasil, com o potencial de se consolidarem como uma política de Estado. Mesmo que essa política educacional não consiga, por si só, refuncionalizar a educação pública, ela possibilita atribuir novos sentidos as PMs, forças estas que são ineficientes da forma como estão configuradas, ao mesmo tempo que são imprescindíveis para manter o atual estágio da luta de classes e garantir a manutenção do neoconservadorismo e do programa neoliberal agressivo. Nos próximos tópicos, buscamos elucidar de que maneira a presença policial nas escolas públicas contribui ao espraiamento de uma ideologia de calibre direitista e faz parte do Projeto de Nação para 2035.

3.2 NEOFASCISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL RECENTE

Por mais que já estivesse em curso uma agenda neoliberal; o golpe de 2016 evidenciou que o capital financeiro precisava de saídas mais radicais para contornar a crise intensificada a partir de 2008. Esta, foi considerada a maior crise econômica de toda história humana. As implicações diretas na vida classe trabalhadora do mundo todo é ilustrada pelo aumento da precarização da vida, elevação dos índices de desemprego – que atinge até mesmo os Estados de Bem Estar Social que lograram efetividade –, eclosão de golpes e regimes com inclinações fascizantes em todo mundo e agravamento as condições da miserabilidade humana. Considerada “a ponta de um *iceberg*” –, pois não é deslocada de um contexto de desgaste do próprio sistema capitalista e da longa crise estrutural do capital (Mészáros, 2002) –, junto à crise de hegemonia dos EUA, os impactos da crise de 2008 significou pela primeira vez na história o confronto global do sistema sociometabólico do capital com seus próprios limites, que aproximam a humanidade de uma destruição, tanto ecológica quando militar.

No Brasil, apesar das tentativas de ampliar a venda de produtos da indústria brasileira no mercado internacional e fortalecer a economia interna, com mecanismos que puderam melhorar a situação de vida da classe trabalhadora, não houve o rompimento com um projeto neoliberal agressivo. As reivindicações de associações industriais, latifundiários e o próprio Partido Fardado começaram a aparecer de forma mais recorrente nesse cenário de crise; com reivindicações da reforma da previdência, trabalhista, ajustes fiscais para reduzir o investimento público em infraestrutura para favorecer o empresariado, arrochos salariais, e privatizações para

atender às demandas do capital internacional. Os limites se evidenciaram também pelo decréscimo das taxas de lucro desde 2011, *deficit* na balança comercial, estagnação e queda nos índices de emprego.

Com o aumento dos tensionamento, tanto à esquerda quanto à direita, o golpe de 2016 se concretizou como uma “agenda anti-popular” e demonstrou um esgotamento da conciliação de classes dirigida pelo governo petistas. Essas disputas ideológicas em torno da ebulição social intensificada após 2013 com as Jornadas de Junho, já contavam com o prévio avanço ideológico e organizativo da direita, que se coadunaram com as brechas que se abriam na conjuntura, dando vazão para o encorajamento de segmentos conservadores e reacionários da sociedade a partir de 2014:

O derrube de Dilma e do PT significa mais que um atentado à democracia: significa, para as classes dominantes, que é hora de uma *nova hegemonia* que crie condições ideais para a reprodução dos interesses capitalistas num cenário novo *que substitua a forma hegemônica que até então serviu*. Ou seja, se a forma anterior já não é mais eficaz, trata-se de construir um *novo bloco de poder* para criar as condições ideais (Braz, 2017, p. 96).

As movimentações políticas indicavam que as classes dominantes, inclinadas à extrema-direita, tensionavam seus interesses para todo conjunto da população de forma bastante radicalizada. De acordo com Armando Boito Jr., a partir de 2015, quando a direita passa a disputar as ruas, ficou explícita que a ofensiva política partiu de um campo liberal ortodoxo, dirigido pelo capital internacional e pela fração da burguesia a ele integrada (Boito Jr., 2019). Essas articulações foram caracterizadas sobretudo por um forte “anticomunismo” e, num cenário de constante tensionamento do capital estrangeiro e os impactos negativos e cada vez mais agravados na vida da população brasileira, a houve consumação do golpe de 2016 através do impeachment de Dilma Rousseff, sob a acusação de “pedaladas fiscais” e apoiado por inúmeros segmentos do empresariado brasileiro. Com a articulação golpista, houve também a prisão política de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela “Operação Lava Jato” encabeçada pelo juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, e contou com a influência de especialistas estadunidenses.

Entre 2015 e 2016, aconteceram cinco dias de manifestações contra a ex-presidenta com o perfil ideológico reacionário, integrado sobretudo pelas classes médias, mas apoiado firmemente pelo poder burguês. Segundo Marcelo Badaró Mattos, após a vitória eleitoral para o segundo mandato com uma margem muito pequena nas eleições de 2014; com o incremento do agravamento da crise econômica; a conciliação de classes derrocou. Após uma imensa e

acelerada devastação social protagonizada por Temer – e, diga-se de passagem, pela ofensiva do Partido Fardado –, o período pós-golpe constituiu a sustentação social do neofascismo brasileiro (Mattos, 2020).

Nesse contexto, houve uma fusão entre a mídia burguesa, o agronegócio, os bancos, as milícias, os mercadores da fé, as Forças Armadas, as polícias e outros grupos dispostos a aniquilar as forças proletárias brasileiras. Com o apoio de diversas frações das classes dominantes e seus aparelhos privados de hegemonia, como o Todos Pela Educação (TPE), Instituto Von Mises Brasil, Estudantes pela Liberdade, Instituto Millenium, Instituto Liberal e diversas frações à extrema-direita, Jair Bolsonaro foi condecorado para aprofundar a agenda golpista. Assim, “há elementos suficientes para afirmar uma vinculação orgânica entre os movimentos de massas, com a composição dominantes dos setores médios, que serviram de justificativa para o Golpe de 2016, e a base eleitoral de Bolsonaro em 2018” (Mattos, 2020, p. 182).

Para Frigotto (2017), o que sustentou a violência do golpe foi um sistema jurídico parcial e alinhado à defesa da lei produzida pela classe detentora do capital; um parlamento construído pelo poder econômico, que inclui o mercado religioso que explora a boa-fé (especialmente dos setores mais pobres mantidos na ignorância pela negação da escola básica e pelo monopólio das corporações da mídia empresarial martelando e moendo os cérebros na construção de “verdades”). O projeto baseou a implementação de reformas anti-populares entre 2016 e 2018. Segundo Anita Prestes,

O regime atual (a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016) resultou de uma nova ofensiva do capital financeiro internacionalizado frente as consequências da crise que afetou a economia capitalista mundial a partir de 2008 e à incapacidade dos governos do PT de enfrentá-la seja atendendo aos interesses do capital, seja na defesa dos anseios populares (Prestes, 2019, p. 11).

Dentre os elementos concretizados pelo governo golpista esteve o incentivo da iniciativa privada em detrimento dos serviços públicos (desmonte da educação, saúde e políticas sociais), as modificações nefastas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) através da reforma trabalhista, o congelamento dos investimentos sociais por 20 anos, a reforma do Ensino Médio, e a reforma da previdência, sendo esta última concretizada no governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL). Posteriormente, a campanha eleitoral de 2018, sustentada por *fake news* e um largo atentado à democracia restrita, deu vazão a uma nova etapa do golpe, sustentada por aspirações antidemocráticas, com o fortalecimento de teorias da conspiração e a ascensão do neofascismo. Ainda de acordo com Prestes:

Com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República, o Alto Comando do Exército – expressão do poder militar consagrado na Constituição de 1988 – volta a assumir o protagonismo que tivera durante a ditadura militar. A evolução do atual regime de exceção que vem sendo implantado no país aponta para tendências que indicam a possibilidade de sua transformação em ditadura fascista. (Prestes, 2019, p. 11).

Em complemento, Boito Jr (2019) sustentou que no contexto de 2018 houve a ascensão do *neofascismo*; gênero brasileiro que pertence, de certa forma, ao “fascismo original”. O autor considerou uma definição mais extensa do fenômeno, entendida por uma polarização do conflito de classes que agrupa setores intermediários da sociedade capitalista (pequena burguesia e classe média) com o objetivo político de eliminar a esquerda e ascende politicamente graças a sua cooptação por uma fração burguesa reacionária e, por isso, “cada uma das duas espécies citadas, o fascismo original e o neofascismo, realizam essas qualidades de um modo particular” (Boito Jr. 2019, p. 3). O neofascismo brasileiro também pode ser identificado pela deterioração “[da] forma organização democrática das instituições do Estado [e que] correspondem [à] alterações no regime político [...], plano no qual podemos observar ameaças e atentados às liberdades políticas – censura, atentados ao direito de reunião, prisões arbitrárias etc.” (Boito Jr. 2019, p. 11).

Fontes (2019) diagnosticou que o governo da família Bolsonaro apresentou um viés nitidamente protofascista, sustentado por aspectos como: o liberalismo extremado, a construção de um mito, o medo em relação às mobilizações populares, a definição de um inimigo principal a ser eliminado (como o comunismo, o socialismo, o petismo etc.), a criação de um superministério da Justiça, que se tornou um veículo da violência; e, por fim, uma comunicação agressiva que silenciou as principais denúncias contra a virulência que permeou o governo federal. Conforme a historiadora, o bolsonarismo incentivou a ilegalidade e a criminalidade, endossando explicitamente práticas historicamente corrompidas em diversos setores da vida econômica e social, especialmente nos chamados setores de “segurança” pública.

Dentre as quatro características que definem uma ação fascista, Vladimir Safatle destacou: o culto à violência; o retorno do Estado-nação (em uma versão paranoica); a violência “por fora” dos ditames da lei, com incentivo às milícias, e a completa insensibilidade às pautas populares (Safatle, 2019). Complementarmente, Leher (2020) argumenta que o negacionismo promovido pela gestão bolsonarista está ligado ao fascismo, manifestando-se por meio de traços racistas, da celebração da violência policial nas favelas, da recusa a ações afirmativas, da xenofobia e do antifeminismo. Essa conexão estende-se à hostilidade em relação a diferentes

expressões humanas e ao uso crítico e autônomo da razão, bem como à aversão ao iluminismo (ou anti-intelectualismo) e ao fomento de teorias conspiracionistas.

Uma reflexão diferente, porém igualmente cuidadosa, é a de Calil, quando chama atenção à distinção entre regime político e governo. Por mais que exista certo consenso de que o bolsonarismo e o fascismo possuem conexões quase indistintas; o autor chama atenção a certos reducionismos ou um “programa mínimo” que poderiam caracterizar, por si só, um fenômeno fascista. Para o autor, existe uma série de nuances, como a noção de nacionalismo; que em diferentes períodos históricos assumem funções sociais muito semelhantes, mesmo que não sejam equivalentes:

a constelação ideológica reacionária é elemento necessário, mas não suficiente para uma definição do fascismo, pois é compartilhada por outros movimentos (e mesmo, regimes) conservadores. As ditaduras militares latino-americanas de Terror de Estado, por exemplo, compartilhavam muitos deles, nos marcos da Doutrina de Segurança Nacional. O que distingue o fascismo destas ditaduras é sua forma particular de organização, calcada na perspectiva de mobilização ativa e miliciania de seus adeptos (Calil, 2020, p. 87).

Neste sentido, o autor sinaliza que, por mais que o *governo* de Bolsonaro fosse fascista, bem como a sua figura pessoa aspirasse essa posição, o regime vigente não poderia ser caracterizado como tal; uma vez que um regime fascista não se constrói do dia para noite. Essa ponderação remete à noção de *fascistização*, isto é, um movimento que se iniciou antes do governo e segue avançando depois dele. Seja pela base social ou pelo conjunto de ideias de expressa, Calil (2020) aponta que houve fascismo no governo bolsonarista, contudo, assim como Mattos (2020); o historiador compreende que há certa complexidade em definir o *bolsonarismo* como movimento fascista *sui generis*; pelo traço mais particular da definição do conceito (e não suas características mais gerais), que é precisamente a mobilização das massas. Sem o partido fascista, as massas permanecem dispersas, “ainda que algumas articulações constituídas – em particular através das milícias estruturas parcialmente no interior do aparato repressivo do Estado – cumpram parcialmente o papel de impor a intimidação e a violência fascista” (Calil, 2020, p. 99). Essa indagação não descarta, por exemplo, as confluências em torno do bolsonarismo – ainda que com disputas e contradições entre si – de três grupos: o grupo olavista (mais explicitamente fascista); o grupo militar (que ganhou mais espaço) e o grupo “liberal” (representado por Paulo Guedes). Neste sentido, Calil defende que existe um *movimento de fascistização*:

Os movimentos de Bolsonaro muitas vezes parecem oscilantes, alternando manifestações explicitamente extremistas e acenos a grupos políticos tradicionais. Entendemos que isto não deve ser interpretado como recuo e que a perspectiva de fascistização segue no horizonte político brasileiro. Embora ainda sem contar com um partido fascista e movendo-se no sentido de uma acomodação com os grupos políticos tradicionais e com o poder judiciário, Bolsonaro não renunciou ao objetivo de impor um fechamento do regime de caráter fascizante. O entendimento com grupos políticos tradicionais pode expressar, ao contrário, uma reacomodação visando sua incorporação ao projeto em curso e criando condições para uma nova ofensiva da fascistização (Calil, 2020, p. 119).

De todo modo, por mais que esses autores tenham reflexões particulares – inclusive realizadas em momentos distintos do avanço do bolsonarismo –, concordamos com a noção de que existe um movimento de *fascistização*, apoiada não apenas pelas camadas médias, mas pelas classes dominantes, com especial atenção aos militares. A seguir, visamos uma reflexão sobre como estes estão mobilizados através do Partido Fardado, que pode não assumir a mesma característica de um *partido fascista*; mas busca uma intervenção original e particular na formação das massas e pretende formar a sociedade brasileira a partir de uma perspectiva neoconservadora e, possivelmente, neofascista.

3.2.1 O Partido Fardado, a guerra cultural e o neofascismo

Com o aprofundamento do golpe, maturou-se o fenômeno de militares assumindo funções no Estado – movimento que já havia iniciado em 2016. O dossiê do ANDES-SN (2019) destacou que, entre as medidas que ampliaram a atuação dos militares no serviço público civil, está a Portaria n.º 537/2019, emitida pelo Comandante do Exército, general Edson Leal Pujol. Esta, fixou o número máximo de militares inativos que poderiam ser nomeados para prestação de serviço por tempo determinado. Ademais, a nota técnica de Flávia Schmidt, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2022, apontou que a presença de militares em cargos e funções comissionadas aumentou em 59% entre 2013 e 2023, tanto com o crescimento de funções voltadas para militares quanto com a ocupação de cargos historicamente exercidos por civis.

Nos cargos de Natureza Especial (considerado o primeiro e segundo escalão do governo), Schmidt (2022) elucida que os percentuais de militares no total de cargos saíram de 6,3% em 2013 para quase 16% em 2021. No que tange ao perfil dos militares na burocracia do Estado, a autora diagnostica que o Exército foi a Força de origem da maior parte dos ocupantes e, em relação aos círculos hierárquicos, o grupo que se mostrou mais representativo foi o dos oficiais superiores. Conquanto essa ocupação militar seja prevista na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto dos Militares, houve:

[...] um novo conjunto de normas infralegais editadas pelo Poder Executivo Federal no período recente dedicou-se a tratar da ocupação de cargos e funções civis por militares [... assim] há um conjunto de normas recentes do Executivo federal que expande as possibilidades da presença de militares na ‘burocracia civil’, apontado para aumentar a possível militarização da burocracia em curso (Schmidt, 2022, p. 4).

Essas resoluções foram de serventia à atuação dos militares nos cargos do primeiro e segundo escalão, em que houve aumento em praticamente todos os ministérios, com especial atenção à estrutura do presidente da República, que até 2018 era ocupado por 6 militares e partir de 2019 passou para 12 e, em 2021, chegou a 14 militares. Conforme o Dossiê do ANDES-SN (2019) e a nota técnica do Ipea, nos ministérios, houve um aumento significativo de militares nas pastas da Saúde, Economia, Educação, Segurança Pública, Meio Ambiente, Justiça, além da Presidência da República. Apenas no caso da Controladoria Geral da União e do Comando do Exército (extinto a partir de 2019) é que houve redução de quadros militares.

Inclusive, cabe lembrar que um dos “momentos-chave” primeira ofensiva militar na Nova República (1985-atual) foi na materialização da Comissão Nacional da Verdade (CNV) instaurada em 2013 e que, para os militares, visou provocar uma ruptura da sociedade brasileira com as Forças Armadas. Outras tensões foram expressas quando aconteceu a reforma ministerial de 2015. Naquele contexto, Dilma Rousseff (PT) reduziu de 38 para 31 ministérios, nomeou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI)²⁰ de Casa Militar e o transferiu à tutela da Secretaria do Governo, um ministério civil. Foi a primeira vez que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) – sucessora do Serviço Nacional de Informações da ditadura militar –, foi partilhada entre militares e civis.

Não muito tempo depois, o golpe aconteceu e as aproximações dos militares com o alto escalão do governo ficou bastante evidente. A primeira medida provisória de Michel Temer à época foi a reativação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e a nomeação do general Sérgio Etchegoyen, que até então era o chefe do Estado-maior do Exército (Araújo, 2018). Dois meses após o golpe, Temer decretou que o GSI seria responsável pela chamada Política Nacional de Inteligência (PNI). Com isso, o ministério assumiu uma autoridade que não se concentrava em um único órgão desde a ditadura militar. Ao “superministério” comandado por Etchegoyen, coube:

[...] tratar de áreas tão variadas como espionagem e contra-espionagem, monitoramento de fronteiras, infraestrutura e ciberespaço, prevenção de sabotagem,

²⁰ Mesmo com a desaceleração do fascismo no governo, o GSI continua assumindo destaque preocupante no atual governo federal (2023-2026) e a relação entre os militares e a democracia.

compartilhamento de informações entre órgãos governamentais, informação sobre ‘ações contrárias ao Estado Democrático de Direito’, combate à corrupção e ao terrorismo e identificação de ‘oportunidades e interesses para o desenvolvimento nacional (Araújo, 2018).

Posteriormente, no governo bolsonarista (2019-2022), outras áreas estratégicas ficaram nas mãos das Forças Armadas, como o Ministério da Defesa (criado para que o poder civil pudesse controlar o exército), com o general Joaquim Silva e Luna – o primeiro militar a ocupar o cargo. Em outros cargos estratégicos (que contou com muitas idas e vindas), os militares e seus aliados civis-técnicos também tiveram muito espaço. Dentre os militares mais destacados, tivemos nomes como o general Hamilton Mourão (vice-presidente), general Augusto Heleno (GSI), general Walter Braga Netto (Casa Civil/Defesa/Assessoria Especial do Presidente), general Luiz Felipe Kraemer Carbonell (gerente executivo da Petrobrás e que posteriormente se tornou secretário de segurança pública no Paraná, responsável por programas como a Operação Escola Segura e as Escolas cívico-militares), etc. Dentre os quadros técnicos formados pelo alto escalão do Exército, tivemos o ex-capitão Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), general Eduardo Pazuello (Saúde), o ex-chancellor das Forças Armadas Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Ricardo Vélez Rodríguez (formado pela Escola do Comando).

No que diz respeito ao campo da educação, o ex-governo fascista seguiu na contramão de quaisquer perspectivas voltadas para a melhoria educacional²¹. Sob o falacioso argumento de “melhorar os resultados nas taxas de evasão” e “a qualidade do ensino” por meio de avaliações em larga escala, os bolsonaristas desconsideraram programaticamente os caminhos efetivos para realmente elevar o padrão da educação pública, como a valorização dos profissionais da educação, a abertura de concursos, investimentos em infraestrutura, pesquisa e tecnologia, ações afirmativas para garantir a permanência dos estudantes nas escolas, e promoção da saúde, entre outros. Para Leher e Maria Rosimary Soares dos Santos, as medidas educacionais no triênio 2019-2022:

²¹ Segundo dados levantados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (App. Sindicato, 2023), a educação foi uma das áreas mais afetadas pelos cortes orçamentários desde 2019. Além das inúmeras trocas na chefia do Ministério da Educação (MEC), o que demonstra o descaso premeditado da educação pública no período, o investimento em educação, grosso modo, foi um dos piores de todos os tempos. Dentre os 42 países que ocupam a OCDE, o Brasil esteve, entre 2019 e 2020, na posição 40º. Nos dados apresentados pelo relatório *Education at a Glance 2023*, a média da despesa total dos governos anteriores com a educação cresceu 2,1%, mas, durante a gestão da família Bolsonaro, o Brasil registrou uma queda de 10,5%. Os números tratam dos investimentos feitos desde o ensino fundamental até a educação superior. Ainda conforme o relatório apontou, o Brasil investiu apenas U\$ 3.583 por estudante/ano na rede básica, enquanto a média global recomendada (ainda que conservadora) é de U\$ 10.949. Estes investimentos vexatórios, confrontaram quaisquer perspectivas de uma educação de qualidade, mesmo que nos moldes impostos pelas classes dominantes ao nível mundial.

[...] estão associadas à devastação da vida e da humanização das novas gerações. Ao longo do período, os governistas insistiram em externar a mensagem de que a educação de qualidade não é para todos. Aos pobres, negros, camponeses, nordestinos, LGBTQI+, esquerdistas, é destinada uma educação sem história, sem arte, sem ciência, como se a juventude da classe trabalhadora tivesse que ser constituída por zumbis (Leher; Santos, 2020, p. 16).

Ainda, a política educacional bolsonarista “regurgitou um turbilhão de expressões neofascistas que ganharam concretude governamental a cada dia” (Leher, 2020, p. 61). Segundo Gramsci (1999), uma das estratégias das classes dominantes para manter ou conquistar o poder é a absorção dos grupos subalternos, por meio da difusão de uma ideologia que confronta os ideais iluministas, inviabilizando a formação de uma consciência histórica e a realização de projetos políticos. É inevitável, portanto, reconhecer que os rumos da educação pública estão diretamente ligados aos objetivos políticos classistas na disputa por hegemonia e aprofundam a dominação.

Foi na gestão de Weintraub que se inaugurou o PECIM; cujo histórico já discurremos anteriormente. Cabe sinalizar aqui que, mesmo que tenha se restringido, num primeiro momento, em um pouco mais que 50 escolas, a criação dessa política educacional contribuiu sobremaneira à expansão e disseminação de práticas educativas neoconservadoras em todo o país (Santos, Alves, Bardin, 2023). Dentre os argumentos, em entrevista concedida ao Brasil Paralelo, Weintraub afirmou que encontrou o MEC “completamente destruído”, tanto na infraestrutura, quanto ideologicamente. Para ele, “o MEC é um colosso”, porque o aparelhamento da instituição já começa nos concursos (e aproveita para atacar, novamente, o Enem) e que a infiltração comunista já havia começado em FHC: “e continuamente, uma doutrinação que começa suave, e gradualmente você vai começar achar o errado normal” (Weintraub, 2020).

O processo de hipermilitarização, aliado a uma perspectiva negacionista e um núcleo político neofascista, contribuíram sobremaneira ao recrudescimento do que tem se compreendido como *guerra cultural*. Este conceito, recuperado por James Hunter em 1991 e que se popularizou no contexto estadunidense na última década, compreende que há uma estratégia elaborada pelas classes dominantes – mesmo com suas divergências – que visa a destruição do acesso pela classe trabalhadora a quaisquer valores iluministas. Por meio do negacionismo (ou anticientificismo), “essa guerra objetiva abrir as vias para um regime hostil à democracia, no qual o Presidente encarne o ‘povo escolhido’ e as suas ‘virtudes’ (em oposição aos ‘traidores’ do povo)” (Leher, 2021, p. 2). Na lógica olavista, por exemplo, a conspiração do

“marxismo cultural”, sustentáculo do espectro fascista no Brasil, seria uma estratégia dos comunistas (todos que não forem anticomunistas) para “dominar” e “doutrinar” as massas.

Como vimos no capítulo 2, essa noção “paranoica” também está presente na ideologia de segurança nacional da doutrina militar. Segundo Demian Melo: “[...] essa teoria [do marxismo cultural] recebeu as cores do anti-gramscismo já desenvolvido na América do Sul desde os anos 1980 dando o tom no Brasil daquilo que, no contexto estadunidense, James Hunter chamou de guerra cultural” (Melo, 2020, p. 30). Neste sentido, o tripé fundamental que sustenta a extrema-direita atualmente é justamente a concepção revanchista e negacionista sobre o golpe de 1964 (expresso no Projeto Orvil, como vimos no capítulo 2); a doutrina de segurança nacional (reeditada no Projeto de Nação 2035 e balizada pelo autoritarismo) e as teorias da conspiração promovida por Olavo de Carvalho. Na mesma medida, José Cezar Castro Rocha afirma que desde 2019 há uma guerra cultural bolsonarista; movimento este que se tornou o centro do governo. Segundo o professor:

[...] há um tripé muito poderoso. Os dois primeiros [Orvil e Doutrina de Segurança Nacional] alimentam a mentalidade bolsonarista e o próprio Exército. O general Mourão homenageou Ustra em sua despedida do Exército. Muitas das atitudes do general Heleno só são compreensíveis a partir da mentalidade Orvil, de revanchismo e revisionismo (Rocha *apud* Barros, 2021).

O núcleo da guerra cultural bolsonarista, segundo Leher (2020) foi o próprio MEC. Com investimentos parcos e confrontando a produção científica, as políticas educacionais no governo Bolsonaro, atendeu a tudo, menos o argumento da qualidade da educação. Esse ataque ideológico não se restringiu somente às chefias do ministério. Outras figuras do governo, como o ministro do GSI em 2020, o general Heleno, afirmou que o MEC foi “extremamente contaminado” por diferentes “ideologias” e por isso, precisava ser descontaminada dos “dois lados”. Para Leher e Santos:

No caso específico da educação, o governo Bolsonaro tentou abrir uma frente especificamente neofascista. [...] Por isso, ao contrário da área econômica, recusou a concessão do MEC para a gestão do bloco no poder, por meio da nomeação de um quadro orgânico ao capital indicado pelo Todos pela Educação, ao repelir a nomeação de Mozart Ramos para o MEC em favor do desconhecido Ricardo Vélez, “professor emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Eceme) e docente opaco da Universidade Federal de Juiz de Fora, indicado por Olavo de Carvalho” (Leher; Santos, 2020, p. 23).

Ambos os autores pontuam que o MEC se tornou um *bunker* da guerra cultural; pasta profundamente afetada pelo negacionismo promovido por figuras como Ricardo Veléz Rodríguez e Abraham Weintraub. Em complemento, Eduardo Rebuá afirmou que:

Uma educação neofascista [...] não é somente um tipo de projeto capaz de recuperar constructos do fascismo do início do século passado (uma escola militarizada e orientada por fanatismos e teorias racistas, por exemplo), amplificando seus ecos, mas uma ação político-pedagógica autoritária e burguesa capaz de ao mesmo tempo legitimar o incremento capitalista nas relações sociais, com consequente contenção/exterminio de classes vulneráveis, e generalizar um tipo de sociabilidade do medo (Rebuá, 2020, p. 175).

Aliás, a aproximação entre a vida militar e as massas foi uma característica marcante do fascismo e do nazismo clássico, contribuindo para a desconstrução de bases pedagógicas fundamentadas no iluminismo. Konder destaca que um traço essencial do fascismo é a adesão de forças repressivas, que operam à margem do controle constitucional e legal, a perspectivas fascizantes. Segundo o autor, “[...] a militarização da atividade policial implica uma tendência interna ao policiamento militar de todos os aspectos significativos da vida no país. *Não há fascismo sem apoio militar*” (Konder, p. 136, grifo do autor). No contexto brasileiro, Melo (2020) observa que os setores bolsonarizados nas polícias militares e das Forças Armadas presentes na base de apoio do governo foi um dado importante para diagnosticar o neofascismo brasileiro; o que nos faz refletir, novamente, se as escolas policializadas não são, na verdade, pilar do Partido Fardado no interior da democracia restrita brasileira.

Neste sentido, o espraio das escolas policializadas, foram parte das novas formas de atuação das classes dominantes que articula a violência convencional a outras operações psicológicas e que, na totalidade, deram fôlego ao neofascismo no Brasil. Com isso, os militares, como um “quarto poder” e envolvidos com o bolsonarismo, auxiliaram na defesa e no recrudescimento da autocracia burguesa. Nesta totalidade, a militarização da educação ganhou a condição de uma *tática*, que visou (con)formar a sociedade brasileira à extrema-direita do bloco do poder hegemônico.

3.2.2 A escola sem partido e a fascistização da educação pública

Na autocracia burguesa, Patschiki (2012) identificou que a rede extrapartidária sistematizada por Olavo de Carvalho através do Mídia Sem Máscara, agregou grupos sociais que embasaram ideologicamente a manutenção do Estado autocrático-burguês em sua essência contrarrevolucionária. Dentre os grupos de maior alcance criados – mesmo que resguardada certa autonomia –, o historiador apontou o Instituto Von Mises Brasil, fundado em 2007, o

Ternuma fundado por Brilhante Ustra e o general Augusto Heleno em 1998, o Verdade Sufoçada lançado em 2006 e o Movimento Escola Sem Partido (MESP). Este, em nossa leitura, foi a primeira investida de cariz reacionário e neofascista na Nova República que se dirigiu exclusivamente à educação pública brasileira.

O MESP foi fundado em 2003 e tornou-se nacionalmente conhecido quando o deputado estadual Flávio Bolsonaro (que à época era filiado ao PSC-RJ) encomendou de Miguel Nagib, advogado e procurador líder do movimento, um projeto de lei que possibilitasse a censura nas escolas e a defesa da neutralidade ideológica. Nasceu o “Programa Escola Sem Partido” (PESP), criatura do ESP que foi de grande serventia à agitação, mobilização e aglutinação de frações reacionárias da sociedade com vistas à disputa de cargos políticos. Por ser a primeira iniciativa mais abrangente, ao longo do tempo, o PESP acumulou derrotas e vitórias. Quando declarado inconstitucional pelo STF, em 2020²², o ex-líder do movimento, após tecer uma série de críticas ao ex-presidente que apoiou, escreveu em suas redes sociais que “Bolsonaro deve estar satisfeito. Afinal, esse tribunal espúrio, vergonha da nação, inimigo das famílias, acabou dando a ele a desculpa perfeita para abandonar de vez a promessa de combater a doutrinação e a ideologia de gênero nas escolas” (Globo, 2020).

Nagib também sofreu críticas do seu próprio campo. Na época, Olavo de Carvalho publicou um vídeo e pontuou que, apesar de apoiar as intenções do ESP, suas táticas foram equivocadas. Para o guru da extrema-direita, a “turminha do ESP se dedicou demasiadamente em mudar as leis, mas o grande problema reside no ‘sistema de censura’ instaurado nas Universidades [...] só que acontece o seguinte: nós não temos a comprovação científica, nós temos os fatos materiais noticiados aqui e ali” (Carvalho, 2018). Ou seja, para eles, só existe a convicção da suposta “censura”.

Por isso, Carvalho afirmou que o ESP se precipitou ao: “não juntar o material e colocar a prova ordenada e científica de que existe esse fenômeno, esse imenso crime sendo praticado contra a verdade [...]. Tão logo o pessoal direitista, conservador, cristão, tomou consciência de que existia o problema, tomou a solução mágica: um projeto de lei”. Vê-se: Carvalho pontua que “até tentou ajudar, orientar”, mas o ESP insistiu no erro. Para o guru, o movimento deveria

²² Dentre as vitórias do MESP, podemos citar a aprovação de “projetos modelo” como foi o caso da Lei nº 7.800/2016 (batizada de “Escola Livre”) aprovada no Estado de Alagoas e em alguns municípios como em Governador Celso Ramos, em Santa Catarina, e Pedreira, em São Paulo. Essa articulação fez com as ideias do MESP ecoassem de forma muito agitativa e os garantisse mais firmeza para seguir em suas disputas legislativas e promovendo a perseguição. No entanto, a lei 7.800/2016 foi suspensa integralmente em decisão liminar pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, em 21 de março de 2017. Em 2020, o STF considerou por nove votos a um, a lei “Escola Livre” inconstitucional, visto que as proposições dessa lei confrontam diretamente os princípios da Constituição Federal de 1988 (em especial o artigo 3º e artigo 205) e a Lei de Diretrizes e Bases.

ser “Escola Sem Censura”, para não criar uma “sensação de pânico”, que fizesse com que “qualquer sinal fosse interpretado como retorno da ditadura”. Estas, por exemplo, são algumas das divergências a que Patschiki se referiu no interior dessa rede extrapartidária: há certo consenso da necessária *reforma moral*, mas os caminhos para dismantelar o suposto “marxismo cultural” se diferem.

A amplitude do ESP foi estudada pela pesquisadora Luiza Colombo, que dissertou sobre a formação da Frente Liberal Ultraconservadora como uma exitosa articulação do “Escola Sem Partido”, no sentido da ideologia que representa. Conforme a autora, essa reedição das direitas, materializada na Frente, agitou diversas frações da classe trabalhadora: militares de baixa patente, setores religiosos ligados à Igreja evangélica e alas retrógradas da Igreja Católica (Colombo, 2018). Ao mesmo tempo, agradou os setores mais reacionários das classes dominantes, e garantiu a aliança transnacional a organizações como *Student for Liberty* e *Atlas Network*, ambas fundadas nos EUA, com o objetivo de formar novos quadros ligados à princípios neoliberais agressivos. A Frente concretizou inúmeras iniciativas de formação de quadros intelectuais em escolas e universidades e até mesmo eleição de membros nas câmaras e assembleias legislativas. Para Colombo (2018), ao não ter êxito na aprovação do Projeto integral, as estratégias de atuação da Frente Liberal Ultraconservadora foram pulverizadas em outras iniciativas, como a defesa da privatização da educação em todos os níveis de ensino através do sistema de *vouchers*, da educação domiciliar (*homeschooling*) – que também possibilita uma nova estratégia para ampliação da educação à distância – e da militarização das escolas.

A disseminação do *conteúdo* do MESP em outras táticas de ataque à educação pública deve-se, provavelmente, a uma dificuldade intrínseca ao projeto: sua natureza absolutamente ideológica, o que dificultou que os Projetos de Lei avançassem nos meandros da legalidade. Não havia proposição sustentável ou qualquer outra solução que visasse “higienizar” as escolas. Contudo, com as pautas “contra a doutrinação ideológica” e a “ideologia de gênero” nas escolas, o MESP “constituiu-se como um sujeito coletivo atuante em negociações importantes e decisivas para os rumos da educação pública” (Dias; Darcoletto, 2023, p. 92). Apesar das suas intenções conspiratórias de iniciar uma *reforma moral* através da “higienização” da ideologia na educação, conteúdo este largamente utilizado para aprovar a militarização da educação escolar, o projeto foi abandonado pelo próprio campo.

Embora o MESP em sua integralidade tenha se dissolvido, concordamos com Colombo que não há como afirmar o seu fracasso, pois o *movimento* foi a primeira estratégia “mais elaborada” da extrema-direita na educação pública e que auxiliou sistematização de um

conjunto de pautas voltadas a destruir os suspiros democráticos. A *ideologia* escola sem partido, conforme aponta Colombo (2019) fundamentou uma série de ataques e, “os projetos de lei, mesmo não sendo aprovados, tiveram a capacidade de expandir a atuação do ESP para diversas regiões, municípios e estados brasileiros” (Garcia; Dias, 2024, p. 11). Para Leher (2020, p. 74), o movimento original do ESP “[...] foi em grande parte fagocitado pelo aparato da guerra cultural orientado pelo objetivo estratégico mais ousado da construção de rupturas que propiciam o neofascismo”.

Ademais, por fazer parte de uma rede extrapartidária de cunho reacionário, acreditamos que o ESP propagou uma concepção ideológica profundamente conectada com os pressupostos difundidos pelos militares da extrema-direita e acendeu a atenção dos setores reacionários às supostas “debilidades” da educação pública brasileira. De acordo com Michel Goulart da Silva “o conjunto de ideias expressos pelo Escola Sem Partido, em grande medida encontram relação com discursos de alguns setores militares, expressos principalmente em publicações da editora Biblioteca do Exército (Bibliex), quando fazem um balanço da ditadura e da transição democrática” (Silva, 2018, p. 172).

Essa semelhança pode ser encontrada no necessário “combate à esquerda” que se impregnou nas estruturas, nos currículos educacionais, desde a primeira etapa da educação básica, a educação infantil, até sua terceira e última etapa, o ensino médio. Silva (2018) também sublinha que as pautas do ESP e o que foi escrito pelo coronel José Maya Pedrosa em “*O revisionismo histórico brasileiro*” (2008) possuem conteúdos muito semelhantes. Nesta obra, o militar afere que “a cultura marxista” fincou “poderosas raízes na universidade e nas escolas” (Pedrosa, 2008, p. 107 *apud* Silva, 2018, p. 171) como uma estratégia para a tomada do poder de forma passiva. Esse fio condutor da DSN potencializou a coesão e/ou surgimento de diversos grupos vinculados à defesa do capital financeiro identificados com o programa neoliberal agressivo e neoconservador emplacado pelas classes dominantes e sustentado por estratos médios e baixos da sociedade brasileira.

Em síntese, existe uma complexa relação entre o Partido Fardado, o neofascismo, a guerra cultural e a militarização das escolas públicas. Nos capítulos anteriores, focamos em compreender de que modo o Partido Fardado, seja ele mobilizado ou não, entende o que deve ser a educação: “patriótica” (em um sentido retórico e residual), neoconservadora e assentada nos valores tradicionais. Vimos que a concepção de guerra, o revanchismo e o núcleo autoritário, que é estrutural da ideologia militar, fez com que as Forças Armadas se tornassem mais do que meros punhos de ferro; são também um pilar de sustentação ideológico das classes dominantes. Na atualidade, os princípios autoritários dos militares mesclam-se com a formação

de um movimento fascista; que ganhou contornos expressivos após 2016. É um movimento que se iniciou antes do golpe e continua após ele. As escolas policializadas, ao não receber o devido combate e denúncia, tem se consolidado como uma política de Estado. Seu fundamento é profundamente conservador e, como vimos, possui o incremento neofascista, especialmente pela incorporação da ideologia Escola Sem Partido.

3.3 MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO TÁTICA NA GUERRA CULTURAL

As aproximações entre fascismo clássico, neofascismo e educação não podem ser de maneira dogmática, tampouco simplista. Contudo, como vimos, a agenda regressiva voltada à destruição das bases científicas foi presente no governo Bolsonaro. Além disso, a adesão dos militares à guerra cultural foi também um traço marcante do neofascismo no Brasil (Leher, 2020). A reedição da concepção de “inimigo interno”, presente no imaginário das Forças Armadas brasileiras em toda sua história, aprofundada durante a ditadura militar sob intervenção estadunidense, provam que a ultradireita militar possivelmente se consolidou como uma espécie de unanimidade (Chirio, 2020). Para Rebuá (2020), a militarização da educação escolar ampliou a força da polícia; que não ao acaso, é uma das protagonistas nas agressões às minorias e aos grupos políticos que discordam. Como um relicário do fascismo, Rebuá aponta que há o recrudescimento de um Estado policial que produz uma espécie de pedagogia social capaz de educar as distintas classes à violência. Ademais:

Nesta sociedade talvez nenhuma outra instituição tenha sido capaz de educar de forma tão exemplar quanto às polícias militares, mais numerosas e com maior capilaridade que as Forças Armadas, de onde nasceram, por seu caráter de vigia imediato da propriedade burguesa e garantidor da lógica desigual da cidade. Esta *expertise* explica por que o Pecim não pôde prescindir das polícias em sua maquete: salvaguardar o capital, proteger os donos do poder e manter os despossuídos a uma distância segura conferiu às polícias o poder de decidir sobre a vida das pessoas, poder que por sua vez torna compreensível o crescimento das milícias em todo o país, mais incisivas onde as polícias desempenham “melhor” o exercício da morte (Rebuá, 2020, p. 182).

Ainda, “permeável a pautas reacionárias, uma vez que integrado e alicerçado por grupos deste matiz, o Ministério da educação [vacionou] práticas sociais de *mais-violência*, que ainda no período de Rodríguez encontram sua portadora político-pedagógica nas chamadas escolas cívico-militares” (Rebuá, 2020, p. 174). Neste sentido, partindo do entendimento de que as PMs – instituição central na implementação das escolas policializadas – fazem parte da totalidade das Forças Armadas, ainda, que esta política educacional não teve o devido enfrentamento por parte do atual governo federal (2023-2026), entendemos que as escolas

policializadas estão orientadas pelos interesses particularistas de classe, e buscam promover uma ideologia conectada à extrema-direita política independente do governo federal.

Assim, a militarização e o fascismo, apesar de não serem o mesmo fenômeno, são complementares. A interpretação é de que, essencialmente, a militarização da educação escolar (seja como “cabide de emprego” de policiais, como forma de contenção de movimentos populares, dentre outras questões imediatas) pode contribuir no espraio da lógica militarista na educação das massas, redefinindo o desenho ideológico das classes dominantes na guerra cultural. Na aparência, são atribuídos novos sentidos “positivos” às forças ostensivas em luta contra a suposta guerra às drogas (combater “a raiz” do crime com valores conservadores e educando as novas gerações) e, fundamentalmente, difunde-se uma ideologia neoconservadora e reacionária para naturalizar a guerra em curso. Contudo, cabe uma ponderação: por mais que neofascismo e militarização se encontrem em determinadas conjunturas, a lógica da policialização das escolas pode seguir um percurso “autônomo”; tal como a própria politização das Forças Armadas (seja como Partido ou Estabelecimento). Trata-se de uma “tática de guerra” que pretende fortalecer o militarismo e que pode servir ao espraio do neofascismo, mas é sobretudo a redefinição da escola pública a partir de uma concepção autoritária, que independe, portanto, de um governo ou regime fascista.

Para reforçar nossos argumentos, tecemos algumas reflexões sobre a suposta guerra às drogas, lógica esta que sustenta todo o irracionalismo da policialização do cotidiano; que no contexto neofascista adentrou as instituições escolares. A fabricação desta guerra faz parte de um projeto de militarização da vida, em que as armas são a resposta para quaisquer problemas que o próprio capital e o capitalismo são responsáveis. Com as contradições históricas inerentes ao sistema capitalista cada vez mais patentes, atribuir novos sentidos às PMs, possivelmente parte da necessidade de controle da formação ideológica, não como *objetivo final*, mas o meio pelo qual as Forças Armadas reforçam a naturalização do militarismo e da lógica da guerra.

3.3.1 Quem é o novo inimigo interno?

O bolsonarismo condensou, ecleticamente, as múltiplas formas da (ir)racionalidade burguesa, do reacionarismo religioso, do anticomunismo, do aparato ilegal das milícias, na intensificação da suposta “guerra às drogas” (ou melhor dizendo, guerra aos(as) jovens pobres, negros(as/es) e periféricos), com as operações policiais que dizimam nossa população em troca de privilégios midiáticos e eleitorais e com o desmantelamento do mínimo de aparato legal conquistado em 1988. Todas essas táticas fazem parte das novas configurações da guerra

cultural, que mescla características híbridas, ou seja, as técnicas terroristas e buscam minar quaisquer possibilidades de contra insurgência. Por isso, retomaremos alguns aspectos da militarização do Estado na contemporaneidade, para identificar que, para além da ascensão do bolsonarismo, os militares, por ter a concepção de “guerra” sempre no horizonte, fabricaram, eles mesmos, o “novo inimigo interno da nação”. Este, tem classe, raça e, muitas vezes, posicionamento político.

Em 2018, a presença dos militares no alto escalão do governo foi coroada com a ocupação militar no Rio de Janeiro (Poder360, 2019), quando Michel Temer aproximou o general Walter Souza Braga Netto para assumir a operação. Os supostos motivos foram apresentados pelos próprios militares. Segundo o comandante do Exército à época, o general Eduardo Villas Bôas, a segurança pública atingia um patamar inaceitável e “a nomeação de um cidadão brasileiro fardado para exercer a função de interventor foi revestida de um simbolismo, na medida em que evidenciou a confiança depositada nas Forças Armadas, baluarte dos valores éticos e morais tão importantes para a sociedade” (Mazui, 2018). Já o general Augusto Heleno expressou que apoiava uma “estratégia radical de combate ao crime [...que] envolve a mobilização de atiradores de elite em helicópteros para eliminar traficantes com fuzis nas favelas” (Mazui, 2018); aqui, vimos a edificação de uma moralidade militarista.

Mesmo que aquela intervenção federal tenha finalizado em dezembro de 2018, seus impactos foram duradouros. Afinal, a gênese dessa intromissão aconteceu ao menos desde o início do século XXI, quando, em 2003, começou a Missão de Paz no Haiti (Minustah). Encerrada somente em 2013 e com um saldo de ao menos 2.000 mortes no país, essa operação, cujo primeiro comandante foi o general Heleno, foi uma iniciativa importante para reaproximar as elites orgânicas dos EUA e do Brasil. Dentre as experiências dos militares brasileiros naquele país, podemos citar a primeira operação na favela de *Cité Soléil*, habitada por 250 mil pessoas na época. A ação consistiu em invadir a região, com cerca de 300 homens fortemente armados. O resultado foi o assassinato de cerca de 63 pessoas (Fernandes, 2019). Em outro momento, aconteceu a operação de “pacificação” na maior favela de Porto Príncipe, *Bel Air*. A estratégia foi percorrer a pé os arredores da favela, que possuía cerca de 400 mil habitantes e, ao longo do tempo, foram aumentando a área de patrulhamento que foi se tornando permanente. Além desses casos, os militares brasileiros foram denunciados por uma série de violações aos direitos humanos, dentre elas casos de estupros, assassinatos, detenções ilegais, agressões contra jovens etc. (Globo, 2011). De acordo com Leiner (2020, p. 246):

[...] é notável que a experiência do Haiti, além de *bélica*, foi de *governo*. Não se tratava

apenas de ‘pacificar’ (o que alguns comandantes tendiam a ver como uma operação de combate à criminalidade comum, outros como de combate de forças insurgentes em guerra assimétrica), mas também de coordenar inúmeras agências, ONGs, setores da administração, relações com as elites locais, com o Governo incipiente, elaborar eleições, cuidar de catástrofes naturais, promover alocação de recursos, administrar o “cenário psicossocial”, além, é claro, de comandar uma tropa multinacional. Tudo isso somado foi um verdadeiro laboratório, onde os comandantes experimentaram a *expertise* de ser o centro do Estado e da *nation-building* haitiana.

Foram essas experiências militares que contribuíram para a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro em 2008. Segundo Marina Amaral (2011), a estratégia de ocupação contínua de *Bel Air* foi observada “como um laboratório de futuras operações militares ‘de garantia da lei e da ordem’ entre a população dos morros do Rio de Janeiro”. Nesta afirmação, a jornalista se ancorou nas próprias palavras do coronel Cláudio Barroso Magno Filho:

[...] mesmo que as operações realizadas no Haiti sejam específicas, elas têm conceitos estratégicos semelhantes aos visualizados para o Rio de Janeiro, particularmente a integração das ações e dos órgãos envolvidos, em todos os níveis. Isso é o que se buscou aqui na capital haitiana e por isso deu certo. Tudo o que fizemos aqui foi planejado para lá (Amaral, 2011).

Aliás, Leiner também chama a atenção à construção de uma operação psicológica de intervenção militar apresentada à sociedade como uma “solução de ordem” no cenário de violência e anomia, pois “não se trata de ‘funcionar ou não’ em relação aos índices de criminalidade – pois estes emergiram naquele contexto quase como puras abstrações –, mas sim de mapear sistematicamente a imagem, coleta de informações e propagação de contra-informações” (Leiner, 2020, p. 294).

Na instalação das UPPs, os generais foram fervorosos ao afirmar os valores de pureza e ética do exército. Complementarmente, Roberta Pedrinha e Vany Pereira (2011) apontam que o que aconteceu no Rio de Janeiro, “mais do que uma militarização da segurança pública, instaura-se uma militarização da vida social [...] a percepção da violência da guerra está presente na concepção de política criminal adotada no governo do Rio de Janeiro” (Pedrinha; Pereira, 2011, p. 283). Ainda, as autoras apontam que existe uma multiplicação de vários níveis de preparação para a “guerra”, que são difusos ou concentrados e que pretender naturalizar o convívio com a violência, como a posse de armas, aprendizado de técnicas de defesa pessoal, blindagens de automóveis, formação de milícias e gangues para a eliminação dos indesejáveis. Para as autoras, a gestão bélica da Política Criminal buscou escamotear mortes pela utilização dos autos de resistência, mas, na prática, constitui-se em um dispositivo policial para mascarar

as execuções sumárias, decorrentes de abusos no exercício de suas funções. Ainda, “a violência é a condição estrutural desse Estado e será cada vez mais usada abertamente para garantir que a dissolução coativa dos laços sociais não coloque em risco o direito à propriedade” (Pedrinha; Pereira, 2011, p. 290).

Se observarmos pelo viés racista em que se deu a formação social brasileira, não precisamos ir longe compreender que as milícias, as forças de extermínio não milicianas, as polícias militares corruptas, vereadores, deputados e setores do judiciário ligados a atividades ilícitas, os bicheiros, etc., expandiram-se na mesma medida que as transformações urbanas instrumentalizam a violência e o racismo como prática de dominação – e serviu de “laboratório” à naturalização da suposta “guerra às drogas”. Esta é uma concepção gestada nos EUA em 1971 no governo Nixon e foi atrelada a uma engenharia militar que, segundo Pedro Costa, deu-se:

[...] por meio da retórica de combate às drogas, [mas que] se destinava, internamente, ao combate, repressão e encarceramento de grupos e organizações de esquerda e movimento negro e, externamente, à dominação imperialista dos países latino-americanos, caracterizados como produtores e distribuidores de tais substâncias, chancelando assim intervenções militares e demais ações restritivas e de controle (Costa, 2022, p. 512).

Cumprir lembrar que o proibicionismo não foi uma medida de saúde para conter o uso de substâncias potencialmente danosas para os seres humanos, mas se valeu quase que exclusivamente de questões racistas para legitimar a intervenção do imperialismo estadunidense em vários países do mundo e incentivar o cenário a violência bélica voltado à pessoas negras. Não existem bases científicas quanto a proibição de determinados psicoativos, tampouco seu usufruto é restrito a uma classe, todavia, os meios de comunicação burgueses por vezes construíram uma “sensação de pânico” que ligou o uso de drogas como a cocaína, o *crack* e outros derivados, a minorias como negros, mexicanos, chineses, desempregados etc. O Brasil, inclusive, foi pioneiro na penalização da *Cannabis*, cujo hábito recreativo por vezes esteve ligado as pessoas escravizadas, que trouxeram a cultura e as sementes de seu continente de origem. Desde então, a punição foi muito mais severa para pessoas negras e incentivada por políticas de saúde pública racistas que propagaram que a maconha era um hábito ligado às classes baixas e afrodescendentes (Boiteux, 2019). Os discursos racistas penetraram no senso comum a ideia de inferioridade do negro em relação ao branco e serviu para a construção de uma política criminal para punir a pobreza, especialmente no contexto pós-abolição, quando não houve nenhum acolhimento aos recém-libertos.

Para Clóvis Moura (1994), o racismo moderno é como uma “arma ideológica de

dominação”, que se explica para justificar a expansão de grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou que pretendem dominar (Moura, 1994). O autor também afirma que o racismo é um dos galhos ideológicos do capitalismo e consiste “em uma dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular” (Moura, 1994). Para Costa (2022, p. 513), o racismo penetra:

[...] na totalidade das relações produtivas, na estrutura econômica, de onde emerge. Atua como mecanismo de hierarquização – pela negação e desumanização ainda mais venal do(a) negro(a) – e o consequente rebaixamento da força de trabalho, orientado à produção e extração de mais-valor, demonstrando como há uma relação dialética entre estrutura e a superestrutura.

A contribuição mouriana permite-nos compreender de que modo o proibicionismo e as estratégias militares se constituíram como um “mecanismo de barragem ao negro”, isto é, “um permanente processo de imobilismo social que bloqueou e congelou a população negra e não branca permanentemente ao nível nacional” (Moura, 1988, p. 26). Essa racialização da luta de classes não é mera continuidade do modo de produção escravista, apesar de ser criatura dele. O racismo como ferramenta de dominação na contemporaneidade sofisticou-se e atualizou-se de modo a garantir às classes dominantes o privilégio de manter as pessoas negras nos últimos estratos da sociedade. De acordo com Costa (2022), a suposta “guerra às drogas” transformou-se neste mecanismo de barragem, na medida em que edificou um aparato repressor, criminalizante e de extermínio voltado majoritariamente à população negra, jovem, pobre e periférica. Essa barragem do negro também se dá pela criminalização da pobreza e o encarceramento em massa.

O racismo possui uma capilaridade ideológica que expressa no senso comum a naturalização das dominações sociais e se constituem os alicerces do sistema penal, especialmente nas práticas judiciais, policiais e carcerárias, promovidas a partir de uma *eficácia invertida* que significa:

[...] que a função latente e real do sistema penal não é combater (reduzir e eliminar) a criminalidade, protegendo bens jurídicos universais e gerando segurança pública e jurídica, mas, ao invés, construí-la seletiva e estigmatizante e, neste processo, reproduzir, material e ideologicamente, as desigualdades e assimetrias sociais (de classe, raça e gênero) (Andrade, 2012, p. 136).

Sendo a guerra às drogas uma barragem cultural, ideológica, política e mercadológica que dá sentido à militarização do Estado, as políticas públicas, de certa forma, fluem para empurrar as pessoas negras aos estratos mais precarizados da sociedade, seja em trabalhos

formais, informais ou em atividades ilícitas.

Ademais, a criminalização da pobreza possibilita uma divisão de classe e raça que acomoda a modernização conservadora em suas bases arcaicas e isso possibilita historicamente a manutenção dos privilégios brancos. Ainda, na contemporaneidade “acompanhamos uma tendência confusional entre a violência bélica e o exercício do ‘poder da polícia, o que demanda um *know-how* de execução e gestão da guerra num espaço e ambiência civis” (Pedrinha; Pereira, 2011, p. 283). O recorte arbitrário sobre qual droga é ilegal ou não, concepção reforçada pela Lei Antidrogas (Lei 11.343/2006), possibilita a (re)fabricação do inimigo interno e justifica a militarização da segurança pública (que faz com que todos os problemas sociais se transformem em casos de polícia), além de reforçar a criminalização e/ou segregação de pessoas com problemas associados ao consumo de psicoativos. Se analisarmos de que modo o direito penal se insere nessa lógica material e ideológica, percebemos que este sempre se justificou e legitimou:

[...] Com maior ou menor amplitude (ou imprudência) – o tratamento de algumas pessoas como inimigos. O percurso da história demonstra claramente: o positivismo propôs que todos fossem tratados como *inimigos*, salvo os *amigos*, que eram tratados como *ocasionais* [...]. A criminologia tradicional ou etiológica, por sua parte, legitimou amplamente o tratamento diferencial do *inimigo* ou *estranho* (condenados ao patíbulo, indesejáveis e dissidentes em todos os momentos (Pedrinha; Pereira, 2011, p. 283).

A guerra às drogas também se tornou altamente lucrativa, mas que, conforme Costa (2022, p. 520): “no caso do negro, é permitido produzir mercadorias, comercializá-las e, nisso, contribuir para a geração de riqueza, desde que esta não seja apropriada por ele. Contraditória e complementarmente – eis a dialética – ele é punido por isso, mesmo que não se aproprie do valor produzido por sua força de trabalho”. O trabalho no tráfico também é mais um mecanismo de barragem, pois muitos jovens negros e periféricos, que contam com poucas possibilidades de ascensão social e sofrem um constante alijamento do mercado formal, além de sofrerem com a superexploração da mão de obra, são praticamente empurrados a assumir funções criminalizadas.

A adoção desses mecanismos de criminalização da pobreza também se tornou um impeditivo à elevação da consciência de classe dos sujeitos envolvidos diretamente com a suposta guerra às drogas. Para Moura, um dos motivos à marginalização do negro foi justamente sua alta capacidade de elevar suas lutas no plano da consciência pela sua condição escravizada, pois “somente através do espírito de rebeldia, da luta e da reelaboração de comunidades livres, ele conseguia a sua reumanização” (Moura, 1998). Essa “raiva” só poderia ser voltada aos

mecanismos estatais que continuamente os colocavam em condições terríveis de sobrevivência. Costa (2022) também aponta que, para além das satisfações objetivas (comida, moradia, roupas etc.), de certa forma, o tráfico é também uma “operação psicológica” que se ocupa de dar sentido à rebeldia. Contudo, essa forma de organização não vincula sua estratégia à superação da ordem ou à emancipação humana, mas direciona a reação dos oprimidos a uma socialização, identificação e sensação de pertencimento, que se tornam:

mecanismos de defesa específico para tal estado de coisas, elaborando um verdadeiro código de honra, de lealdade entre si e de hostilidade às pessoas, grupos ou instituições que representam as forças de opressão. [...] Alguns descarregam esse sentimento de frustração na criminalidade e na agressão pura e simples (Moura, 2021, p. 34).

A figura do *traficante* como sinônimo de negro, pobre e periférico tornou-se uma continuidade histórica muito sofisticada de estabelecer uma conexão entre o “velho-novo”: “reatualizar tal noção, por meio de novas roupagens – com velhos conteúdos –, serve ao recrudescimento da violência contra o mesmo como normalidade” (Moura, 2021, p. 34). Assim, a guerra às drogas “não se volta às drogas-mercadorias, mas às mercadorias que as produzem: as forças de trabalho que têm classe e raça muito bem definidas” (Moura, 2021, p. 34).

Neste sentido, acreditamos que almejar a educação escolar, para os militares, é de certa forma um transbordamento dessa uma lógica militarizada que já impede que muitas crianças e jovens acesse a educação escolar no Brasil. De acordo com Santos (2023), “[...] não é possível analisar a militarização das escolas fora desse projeto, fora da militarização do Estado como um todo, e da militarização em âmbito mundial”. Acrescenta-se que:

[...] as escolas militarizadas [não] são as escolas que vão acolher os vulneráveis. Os vulneráveis são presos e mortos pela polícia, isso é o que os dados da realidade desse país mostram. A população carcerária no Brasil é majoritariamente masculina, negra e com baixa escolaridade. É para lá que vão os alunos que estão na escola pública. Então, quando as escolas são militarizadas, os chamados vulneráveis da escola são expulsos. Não é por acaso que, quando se militariza, pegam as escolas com melhor infraestrutura, as mais bonitas, as mais novas (Santos, 2023).

Neste sentido, a lógica da implementação das escolas policializadas é a face da “educação escolarizada” que se conecta com os objetivos da militarização da segurança pública, isto é, combater o “inimigo interno”. Em síntese, a guerra às drogas, como um instrumento de *juvenicídio* (Rocha, 2020), é parte constitutiva de uma guerra voltada dirigida quase exclusivamente à população pobre e negra. São estes que tem menos acesso à educação escolarizada, que mais morrem vítimas da violência policial, que menos acessam melhores

condições de vida no interior do sistema capitalista. Se pensarmos que vivemos em um país que possui quase 56% da sua população negra, dentre os quais ao menos 30% são jovens entre 15 e 19 anos, mas, ao mesmo tempo, somos o país que mata uma jovem/criança negra a cada 23 minutos (FRM, 2022); ainda, que lutar pelo direito à vida é um crime de alta periculosidade, como mencionado na epígrafe deste capítulo, é razoável refletir se a implementação das escolas policializadas é “só” uma política educacional pontual.

3.4 ALGUMAS REFLEXÕES (IM)PERTINENTES

A militarização da educação escolar não é um projeto isolado a uma conjuntura; tampouco de um projeto societário. Como buscamos reforçar, essa política educacional pode ser parte do projeto de fascistização do Brasil expresso na Estratégia Nacional para 2035 dos militares. Buscamos responder *quem quer militarizar a educação pública*, bem como evidenciar os possíveis *porquês*, levantando reflexões sobre as escolas policializadas não serem apenas uma política educacional implementada por um ou outro governo civil; mas sim um instrumento que visa reposicionar os sistemas de opressão/repressão das classes dominantes (isto é, atribuir novos sentidos à militarização do Estado); aproximar as concepções mais gerais de *guerra* no antro da educação pública e na formação das massas, reforçando o neofascismo, mas não se restringindo a ele; bem como contribuir à destruição de valores e bases iluministas presentes na educação pública através da guerra cultural.

Como mencionamos na Introdução, orientamo-nos pelas concepções mais abrangentes de militarização da educação escolar, por isso, não focamos no diagnóstico dos impactos diretos no currículo e nas propostas pedagógicas das escolas, mas sim na abstração do fenômeno da militarização, como uma “totalidade parcial” da totalidade social. Como vimos, na exposição dos discursos do ex-presidente (2019-2022) neste capítulo, percebemos que os conteúdos enunciados foram cristalinos: os dominadores ensinam a ordem, a disciplina, o controle, a destruição do que entendem como “comunismo” – de forma extremamente ampla –, saúdam a ditadura militar e, contraditoriamente, projetam-se como os paladinos da democracia.

Nas críticas que confrontaram o neoconservadorismo expresso no PECIM, por vezes o elemento central foi a denúncia da aparência do fenômeno: o que eles almejam é o reforço à ordem, o conservadorismo e o controle da formação discente etc. Tivemos uma inquietação – e que de certa forma impulsionou a abordagem em todo trabalho – de que, nas pesquisas realizadas com o teor crítico, por vezes o “roteiro” seguido visa desmascarar que, na verdade, a militarização nada tem de democrática, confrontando o programa das escolas cívico-militares

com a Constituição Federal de 1988 e a LDBEN. Mas, será que estamos historicizando os documentos tidos como “neutros”, como a Carta Magna? A democracia é um valor universal? Temos tido o rigor teórico/metodológico de calibrar os conceitos que nos são caros e adequá-los às atuais circunstâncias da luta de classes? Será que está nítido o que é estrutura e as suas diferenças com o que se apresenta na conjuntura?

Os exercícios de diálogo, por mais “óbvios” que possam parecer (como a crítica ao autoritarismo que fundamenta a militarização da educação escolar), são incessantes e devem ser uma das tarefas centrais na luta contra essa política educacional. Isso se torna ainda mais urgente diante da ampla aceitação social das arbitrariedades propostas pelos governantes, o que impede que qualquer trabalho de conscientização possa ser considerado concluído. Entretanto, do ponto de vista científico, é indispensável o rigor na aplicação das técnicas, assegurando sua coerência com o referencial teórico-metodológico. A dissociação entre ambos pode levar a um “denuncismo” abstrato, incapaz de superar o imediato (o real concreto). Considerando a desvantagem histórica das classes despossuídas, mudar a correlação de forças exige o rompimento com o imobilismo e a radicalização da política. Para isso, é urgente reduzir o abismo entre os campos intelectual e político, sendo o primeiro uma parte constitutiva e indissociável do segundo.

Quando nos deixamos levar pela incipiente crítica realizada à militarização das políticas educacionais, tratando-a como se fosse um fenômeno conjuntural (aspiração de um governo civil), a fim de antagonizar os princípios da militarização da educação com a democracia, por vezes, corremos o risco de antagonizar os princípios da militarização (valores morais, hierarquia, disciplina abstrata e controle) com a “democracia” (abstrata e a-histórica) de maneira superficial. Essa abordagem pode ofuscar um ponto crucial: a crítica a tais valores, ainda que legítima, não necessariamente reflete um problema universal. Sem um diagnóstico aprofundado sobre a natureza ideológica das classes dominantes e o papel dos militares no interior da democracia brasileira, nossa oposição pode tornar-se ineficaz.

Vejamos: se observarmos o fenômeno da militarização de forma parcial, deparamo-nos que a aparência do objeto (preceitos de neoconservadorismo, ordem, hierarquia etc.) são condizentes com o que tem se definido como a essência do objeto (o que os dominadores ensinam é impor uma educação acrítica, conservadora etc.). Karel Kosik argumenta que: “se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis” (Kosik, 2002, p. 17). Assim, é fundamental ir além da aparência e compreender que uma política educacional que ganha força em um contexto de ascensão do neofascismo não

é neutra; ela reflete os objetivos imediatos do governo que a propõe. Se essa é sua aparência, resta-nos a pergunta: qual é, então, sua essência?

Para Mészáros (2011, p. 319) “os argumentos do adversário não podem ser enfrentados no plano de proposições *substantivas*, o método da ‘refutação’ toma uma forma inerentemente falaciosa, [se] alguns critérios formais arbitrariamente assumidos são utilizados para rejeitar categoricamente os *conteúdos* essenciais do sistema rival”. Não conseguiremos refutar a militarização pela sua própria lógica formal (imposição de valores conservadores), pois isso é um modo de raciocínio que implica em um “formalismo e apriorismo metodológico falaciosos, pois deduzem [-se] do suposto desvio do adversário em relação a uma regra estipulada (de ‘objetividade científica’, ‘neutralidade axiológica’, ‘isenção ideológica’, etc.)” (Mészáros, 2011, p. 319). Se a compreensão de democracia que temos não é adjetivada, recaímos em fraseologias e desconsideramos que as políticas educacionais implementadas num contexto de ascensão das forças regressivas são parte de um “conjunto de reformas na educação escolar que buscam adaptar a escola aos objetivos econômicos e político-ideológico do projeto da burguesia mundial para a periferia do capitalismo nesta nova etapa do capitalismo monopolista” (Neves, 2004, p. 1).

Neste sentido, não é demais questionar: os governantes esconderam, em algum momento, seus objetivos? Mesmo com mecanismos como “consulta pública” – utilizados de forma absolutamente arbitrária –, as leis dedicadas à militarização da educação escolar promovem uma profunda identificação entre a frustração dos estratos médios quanto solução à violência – entendida aqui como a pobreza que se vê em todos os lugares, a educação de pouca qualidade (uma das justificativas para o desemprego), os índices de violência urbana que nunca param de aumentar e a exacerbação da lógica punitivista – colocando os estudantes como seres que precisam ser disciplinados nas escolas para não “errar” nas ruas. Em tempos de crise estrutural, é imprescindível reconhecer que as disputas metodológicas também desempenham um papel crucial no bom combate, afinal: “as forças sociais em ascensão devem afirmar e sustentar suas reivindicações, demonstrando a coerência teórica e o potencial libertador da nova abordagem em virtude de seu radicalismo metodológico e de sua universalidade abrangente” (Mészáros, 2011, p. 320).

A abordagem que confronta os aspectos formais do discurso do inimigo e o compara com uma democracia não historicizada e genérica pode nos trazer dificuldades em identificar os meios para superar o problema e recair em argumentos inócuos que nos imobiliza. O que estamos propondo para confrontar verdadeiramente as políticas educacionais da agenda neoliberal agressiva? Ao que tudo indica, o “troca-troca” de acusações entre quem é

antidemocrático não tem sido suficiente para que cada vez mais estejamos encruzilhados nas armadilhas do inimigo. Apesar de observarmos o falseamento da relação entre qualidade da educação x disciplina e ordem (as “perfumarias” para implementar a militarização das escolas públicas), os objetivos nefastos do fenômeno estão presentes nos discursos agitadores do programa. Por isso, tão importante quando a técnica, a formulação para o problema de pesquisa, aliado ao referencial teórico-metodológico, são fundamentais. Por exemplo, se a militarização da educação é antidemocrática, mas é implementada o mais rápido possível, então qual é a democracia que estamos nos referindo? Se recuperarmos as reflexões tecidas no capítulo um acerca da *pluralidade ideológica* da burguesia, aliado a concepção de autocracia burguesa e o movimento contrarrevolucionário e permanente que historicamente as classes dominantes realizam, perceberemos que dificilmente autoritarismo e democracia se excluam no horizonte histórico brasileiro.

Consideramos essa reflexão pertinente, pois foi a partir dela que tomamos o devido cuidado em adotar a análise documental e o referencial teórico-metodológico marxista. Observamos que tão importante quanto o movimento de estudar os documentos, as perguntas utilizadas poderiam ser “ponto-chave” na seleção das fontes primárias, pois iluminou novas possibilidades que não estavam ao alcance de imediato – apenas no texto da política educacional específica –, mas foram importantes para que pudéssemos ampliar o estudo e a própria concepção de militarização. Algumas dúvidas que tivemos ao longo da análise bibliográfica e documental foram: tem sido estudado o papel dos militares na democracia brasileira? Será que o fenômeno da militarização da educação está sendo relacionado a perspectivas mais amplas de militarismo? O que tem sido discutido como tática de resistência? Por diagnosticar as lacunas e potencialidades ao realizar a análise bibliográfica, percebemos que existe uma preocupação consensual sobre os impactos da militarização da educação no interior das escolas e na formação crítica dos estudantes. Contudo, se partimos da compreensão que a educação não acontece tão somente em âmbito escolar, também podemos perceber que o PECIM não é um documento isolado de uma apreensão mais ampla de militarização da educação, tampouco é de natureza distinta do que deve ser a militarização do Estado burguês.

Partilhamos das reflexões críticas que apreendem que a política educacional da militarização não é somente um acontecimento conjuntural. Para nós, trata-se da “vitória” das movimentações reacionárias das classes dominantes para alargar as trincheiras do neofascismo no interior da aparente e frágil democracia. Apesar de concordarmos no que concerne à existência de políticas educacionais que são implementadas a fim de controlar ideologicamente

os jovens, acreditamos que leituras embasadas no pós-estruturalismo de Michel Foucault²³ recaem em um certo pessimismo acrítico, uma vez que, para os adeptos da corrente, a disciplina presente nas instituições escolares possui o objetivo de “adestrar” as multidões confusas e inúteis dos corpos (Foucault, 2009, p. 164).

Esse poder disciplinar é invisível ou se expressa pelo comportamento do “outro” e prescinde de violência física e das armas. Por isso, o curso percorrido pelo poder é subjetivo; introjetado pelo próprio indivíduo, que passa a se “autovigiar” e/ou exercer a vigia sobre o outro. O poder, neste caso, é uma abstração que circula fluidamente entre as relações sociais e em decorrência das técnicas de docilização dos corpos (escolas, prisões, exército, fábricas etc.). Ou seja, quem reproduz o poder são os corpos dóceis “pois o corpo só se torna força útil se é, ao mesmo tempo, corpo produtivo e corpo submisso” (Foucault, 2009, p. 29). Os corpos que são dissidentes, são considerados, portanto, corpos inúteis. Neste sentido, o micropoder ou os “vários poderes” são difusos e dispensam o papel do Estado, pois “a unidade estatal é, no fundo, secundária em relação a esses poderes regionais específicos” (Foucault, 2003, p. 65).

O limite das leituras baseadas no pensamento foucaultiano encontra-se na ideia abstrata de que quem produz e reproduz o poder são os indivíduos, não a dominação de uma classe sobre a outra. Mesmo que a escola possa ser um lugar de “controle”, é esta instituição que também forma ideologicamente e conformam projetos de nação que são oriundos das relações de força predominantes ou, no pior dos casos, do papel militante que os “de cima” implementam historicamente. Se atribuímos que o “mal” reside nos corpos docilizados, podemos recair em um “presentismo insuportável” (Hobsbawm, 1992).

No contexto da década de 1970, surgiram concepções que tentaram desistoricizar a dominação burguesa, que a “globalização” seria incontornável e que deveríamos nos ajustar a “nova ordem global”; o pós-estruturalismo e, depois, o pós-modernismo, tornou-se uma abordagem estéril que pretendeu a pulverização da objetividade, produzindo uma despolitização acerca de onde vem e quem são os verdadeiros inimigos das classes despossuídas. Para Fredric Jameson: a pós-modernidade “quer nos convencer de que ele [o capitalismo] tem de ser eterno [...] Parece que hoje é mais fácil imaginar a deterioração total da Terra e da natureza do que o colapso do capitalismo tardio; e talvez isso possa ser atribuído à debilidade de nossa imaginação” (Jameson, 1996, p. 10-11). Neste sentido, acreditamos que é

²³ Como o objetivo do presente trabalho não é acerca dos limites da chamada pós-modernidade e das leituras pós-estruturalistas, realizamos uma discussão brevíssima acerca das obras “Vigiar e punir” e “Microfísica do poder”, de Michel Foucault, que debatem sobre a “escola” como um sinônimo de “prisão” e a produção de “corpos dóceis”.

possível estudar o objetivo da militarização da educação escolar sem recair nas “armadilhas” pós-modernas, que justificam o fenômeno apenas por um poder que se reproduz subjetivamente.

Adiante, também refletimos sobre qual o papel de uma polícia que cada vez menos responde aos problemas intrínsecos da sociedade e que mata pessoas mesmo quando não há nenhuma resistência em uma abordagem policial? Em nosso entendimento, o modelo de polícia que temos no contexto brasileiro é, ao mesmo tempo, efetivo e fracassado. Efetivo para os dominadores, porque bandido rico e branco recebe homenagens de chefes do executivo e vira nome de rua; mas quando a polícia entra atirando na favela, a bala faz curva e acerta uma criança brincando na rua; porque o trabalhador saiu para comemorar o primeiro salário e foi alvejado “por engano” com 111 tiros; porque uma mulher grávida morreu por estar no lugar errado e na hora errada; porque quem é pobre, negro(a/e) tem ao menos 65% mais chances de morrer por “intervenções militares” (Boeckel, 2023). É a classe trabalhadora que morre vítima de uma (in)segurança pública militarizada que só funciona para quem não é pele alvo, porque “não existe justiça se o assassino tá fardado”, nas palavras de MC Karol. Mas a polícia também fracassa, porque não há como matar todos os corpos que se rebelam; porque resistimos mesmo quando eles ocupavam/ocupam o alto escalão do governo; porque denunciemos todas às vezes que os dominadores nos violam e violentam; porque trememos de ódio pela existência da miséria que assola os despossuídos; porque ocupamos as ruas mesmo sob balas e rojões; porque somos todos(as/es) aqueles(as/es) que sobrevivem mesmo quando eles nos querem a “sete palmos do chão”. Pelo êxito e fracasso da polícia é que a militarização da educação escolar ganha sentido.

Em um contexto de agravamento da miserabilidade humana, torna-se cada vez mais nítido que as polícias não foram criadas para combater a suposta “criminalidade. Na mesma lógica, as PMs, ao não serem reformadas, permanecem como forças auxiliares e reserva das Forças Armadas, o que ao longo tempo fundiu as duas instituições repressivas; transformando-as em uma espécie de *partido*, que não são meros “braços armados” das classes dominantes, mas usurpam a ossatura do Estado para reproduzir uma lógica privatista, anti-humanista e capitalista. O Projeto de Nação 2035 demonstra que, longe de serem figurantes, os militares atuam e se projetam de forma assombrosa nos caminhos e sentidos não só da educação pública; mas da democracia brasileira – ainda que restrita. Com a retórica de elevar os índices de qualidade em escolas vulneráveis, a polícia tornou-se, além da função de “protetora da segurança nas ruas”, uma instituição formadora de valores, da disciplina e da ordem. São novos papéis atribuídos à totalidade do Partido Fardado, que transformam a educação pública em

instituições de policiamento privado e mecanismo de defesa dos interesses particularistas na guerra cultural.

A relação das classes dominantes com a educação pública brasileira possui razões complexas. Em casos como ditas escolas “cívico-militares”, o objetivo *a priori* não é a elevação dos lucros; mesmo que esse controle policial possa facilitar a entrada da projetos privatistas nestas escolas-alvo. Segundo Lukács (*apud* Mészáros, 2020, p. 62), a estrutura é permeada por uma série de “mediações multiformes específicas nos mais variados campos da atividade humana, que, além de serem ‘baseadas’ em uma ‘realidade econômica’, também estruturam essa realidade por meio de sua estrutura própria, extremamente complexa e relativamente autônoma”. No processo de fragmentação da produção do conhecimento, por vezes somos levados a compreender os fenômenos a partir de uma ótica específica. Isto pode levar ao reconhecimento, por exemplo, de que a militarização do Estado é um fenômeno recente.

É preciso reconhecer a complexa relação das “mediações concretas” e que, de acordo Lukács, quando suprimida, pode levar a um “economicismo vulgar” ou um “subjetivismo” (indiferenciação entre aparência e essência). Acreditamos que as mediações concretas (como a militarização do Estado com a militarização da educação escolar) “são totalidades parciais intimamente inter-relacionadas (e que se interpenetram); elas adquirem o caráter de totalidade a partir da interpenetração das várias modalidades e formas de mediações” (Lukács *apud* Mészáros, 2020, p. 70). Estas relações multiformes tornam, portanto, “[...] mais urgente e vital insistirmos na interpenetração de teoria e política, teoria e prática, em vez de oferecermos uma justificação para sua alienação e ‘dualidade necessária’, idealizando uma forma organizacional” (Lukács *apud* Mészáros, 2020, p. 70).

Por fim, após explorar alguns dos aspectos sobre a militarização da educação escolar, permitimo-nos acrescentar uma perspectiva reflexiva, entendendo que o tema exige não apenas uma análise teórica e empírica, mas também um posicionamento ético e político. Assim, acreditamos que o caminho para desmilitarizar a educação escolar – além da retirada imediata das PMs das escolas públicas – perpassa a defesa de um *projeto desmilitarizado da vida* e, mais que isso: trata-se de uma *batalha* que precisamos *urgentemente vencer*. Nosso projeto deve pautar um novo modelo de segurança, que se ancore na *defesa da vida* e corrompa decididamente todas as raízes do militarismo no Brasil. Arriscamo-nos a dizer que, sem um enfrentamento ao “coração” da militarização da educação escolar, isto é, a militarização do Estado e da segurança pública, seremos reféns da morte: porque quem deveria nos proteger, é que tem carta-branca para nos matar.

Para desmilitarizar a educação, é imprescindível adotar uma postura profundamente

antirracista; é necessário defender a descriminalização de *todas* as drogas – instrumento este essencial para dismantelar o encarceramento em massa –, além de tratar o uso viciado de substâncias psicoativas não como caso de polícia, mas sim de saúde pública. Para desmilitarizar a educação – seja ela escolar ou não –, é fundamental garantir a dignidade humana, mediante programas e projetos sociais voltados *não à redistribuição da miséria, mas a garantia de “fartura”*: atacar a especulação imobiliária e a hiperconcentração de terras para garantir teto e alimento para todos(as/es), asseverar que haverá comida na mesa todos os dias, **emprego digno**, com a redução das jornadas de trabalho abusivas, salários que de fato possibilitem a vida em sua magnitude, com lazer e entretenimento, cultura, esporte, educação de qualidade, saúde pública e gratuita e tantos outros mais.

O fim do modelo policial vigente perpassa a conquista de uma perspectiva de segurança *efetivamente pública*, forjada pela única classe capaz de defender interesses coletivos: a classe trabalhadora. Neste processo, rompem os “grilhões invisíveis” que tornam a ordem burguesa agressiva e violenta. Nossas lutas devem ser por todos os meios, inclusive eleitorais. Mas, é essencial que os (as) educadores(as) sejam proativos na elaboração de um programa-mínimo, que impulse, através da mobilização ativa e incessante, reformas profundas que ampliem a democracia brasileira. Precisamos realizar *revoluções dentro da ordem*, se quisermos subvertê-la. Não se trata de um fortalecimento democrático abstrato. A derrota da esmagadora autocracia burguesa no Brasil perpassa a auto-organização, autoafirmação e autonomia dos despossuídos, seja nas comissões de trabalho, no movimento sindical e estudantil, nas associações de bairro, pelos partidos políticos e várias outras organizações independentes e livres.

Parafraseando Florestan, a república democrática no Brasil nunca teve outro conteúdo político que não o paternalismo-mandonista burguês, visceralmente despótico, autocrático e antipluralista. Somente depois que nos tornamos *socialmente válidos*, com condições objetivas políticas-legais e subjetivas através da ampliação da democracia e mecanismos radicais no interior da luta de classes, é que podemos deixar de ser “menos iguais” e, então, a república democrática será de fato um campo de batalhas e a arena política da revolução dos despossuídos. Isso não significa reduzir nossos anseios a um ou outro governo; mas que para enfrentar o nosso desafio histórico, precisamos nos afirmar enquanto classe em si, para, enfim, lutarmos pela liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Armadilhas (poema didático)

<i>O alçapão é armadilha</i>	<i>Só a liberdade</i>
<i>do pássaro.</i>	<i>não é armadilha.</i>
<i>O calendário é armadilha</i>	<i>Só a liberdade</i>
<i>dos dias.</i>	<i>liberta o dia.</i>
<i>O relógio é armadilha</i>	<i>Só a liberdade</i>
<i>das horas.</i>	<i>vence a fadiga.</i>
<i>A ratoeira é armadilha</i>	<i>Só a liberdade</i>
<i>do rato.</i>	<i>avaliza a dívida.</i>
<i>O poema é armadilha</i>	<i>Só a liberdade</i>
<i>da palavra.</i>	<i>canta a cantiga.</i>
<i>O amor é armadilha</i>	<i>Só a liberdade</i>
<i>do poeta.</i>	<i>é tua medida.</i>
<i>A morte é armadilha</i>	<i>Só a liberdade</i>
<i>definitiva.</i>	<i>resgata a vida.</i>

Lara de Lemos, 1986.

Com o presente trabalho, realizamos reflexões acerca de quem são os possíveis interessados na militarização da educação escolar. Em um contexto de agravamento da miserabilidade humana, vê-se que o projeto de segurança pública no Brasil não leva em consideração o direito à vida, à dignidade, à segurança alimentar, ao lazer, à educação pública, à cultura; dentre tantos outros mais que definem a natureza da humanidade. Contudo, isso não implica dizer que não há um projeto; a Estratégia Nacional é o Brasil sonhado... dos dominadores. Ao buscar meios de dismantelar a democracia através da fascistização do país e do controle policial sobre a educação; além de minar e homogeneizar nossas expressões culturais; ao sustentar o autoritarismo como o “Projeto de Nação”; torna-se nítido que o projeto de segurança pública no Brasil existe; mas só para a minoria que se beneficia dela.

As PMs, ao não serem reformadas e serem um pilar fundamental à contrarrevolução permanente das classes dominantes, permanecem como forças auxiliares e reserva das Forças Armadas, o que ao longo tempo fundiu ideologicamente as duas instituições repressivas; transformando-as em uma espécie de *partido*, que não são meros “braços armados”, mas sujeitos ativos que se aproveitam da ossatura do Estado para facilitar uma lógica privatista, anti-humanista e capitalista. Como buscamos demonstrar, longe de serem figurantes, os militares atuam e se projetam de forma assombrosa nos caminhos e sentidos da educação pública. Com a retórica de elevar os índices de qualidade em escolas vulneráveis, a polícia tornou-se, além

da função de “protetora da segurança nas ruas”, uma instituição formadora de valores como o “sentimento de nação”. São novos papéis atribuídos à totalidade do Partido Fardado, que transformam a educação pública em instituições de policiamento privado.

Ademais, destacamos que o mais importante em um estudo acerca de uma determinada política educacional é nunca isolar o fenômeno como uma manifestação por si só, ou restrita ao conteúdo que enuncia. Os documentos educacionais possuem em seu conteúdo uma série de sentidos mistificadores e contam, nos “bastidores” com relações sociais, sujeitos e perspectivas em disputa, que, em última instância, são determinadas pelas relações sociais de produção. Por mais que as condições conjunturais interfiram em uma política educacional, é importante que os(as) pesquisadores(as) não recaiam no presentismo de averiguar somente a aparência do documento.

A militarização da educação escolar através das escolas policializadas também enclausura ainda mais a concepção militarizada de segurança pública; o que reforça o neofascismo emplacado pelas classes dominantes brasileiras através da guerra cultural. Neste movimento, o militarismo como forma de controle social ganha fôlego e novos terrenos para sua sustentação. Buscamos, também, desmistificar as leituras que aferem que há uma “gestão híbrida”, em que militares e civis partilham a gestão educacional. Mesmo que não se trate da formação de policiais propriamente dita, o que tem acontecido, na prática, é a reprodução da lógica militarista mascarada de “civismo” e “elevação dos índices de qualidade”.

O que as Forças Armadas e, por consequência, as polícias militarizadas anseiam, é que os jovens se tornam variantes de polícias, sem a formalidade exigida para formar um policial de carreira. Mais do que um fenômeno conjuntural, reforçamos que não se trata apenas de uma política educacional implementada por um ou outro governo civil; mas sim da implementação de uma estrutura educacional que visa reposicionar os sistemas de opressão/repressão das classes dominantes; bem como aproximar as concepções mais gerais de *guerra* (ou, nas palavras deles, de conservadorismo evolucionista) no antro da educação pública e na formação das massas.

Por mais que o Projeto de Nação 2035 não abra destaques aprofundados as escolas cívico-militares, restringindo-se apenas a uma menção no Eixo sobre Ensino Básico; percebemos que devido o conteúdo enunciado no documento, esta política educacional em específico poderia ser dispensável se o Brasil sonhado se concretize; afinal, toda a sociedade estaria formada culturalmente pela lógica militarista. Além da educação escolar, a lógica do controle social ultrapassa as instituições de ensino, pois, como demonstramos nesta pesquisa, a polícia como “combatente” da guerra às drogas é uma falácia racista, que visa encarcerar a

população negra em pobre em diversos países do mundo e que nem de longe resolve os problemas reais, é a mesma que “educará” os nossos jovens.

Orientamo-nos pelas concepções mais abrangentes de militarização da educação, por isso, não focamos no diagnóstico dos impactos diretos no currículo e nas propostas pedagógicas das escolas, mas sim na abstração do fenômeno da militarização, como uma “totalidade parcial” da totalidade social. Portanto, em nossa apreensão, não há como compreender a lógica da militarização da educação sem entender a militarização da vida, da segurança pública e do cotidiano. Interpretamos que a transformação do sentido da educação pelos militares atende a interesses privatistas de formar novos jovens em uma perspectiva militarista, que reproduzam uma lógica policializada, por isso, a militarização também é um preâmbulo para formação de milícias, isto é, polícias que não são controladas por órgãos públicos.

Ao perseguir o objetivo geral, de compreender *quem* quer militarizar a educação pública e explicitar alguns *porquês* da expansão das escolas policializadas no contexto de neofascismo, perdemos de vista o aprofundamento acerca de discussões extremamente relevantes, como a formação de um Estado policial através do cesarismo, noção proposta por Gramsci e que foi apenas mencionada no último capítulo. Ao compreender o “elemento militar” na política, Gramsci alertou sobre como as forças armadas e as classes dominantes redundam as formas de militarização da política. Sobre a existência de um cesarismo militar, o filósofo sardo denotou que este também é policial, mas a polícia em seu sentido ampliado, não apenas institucional e a serviço do “combate a delinquência”, mas do conjunto das forças organizadas pelo Estado e privadamente para tutelar o domínio político e econômico da classe dirigente. Ainda, a presença militar na política (de forma aberta), acontece não em momentos de estabilidade política, mas sim em conjunturas críticas, que o filósofo compreende como “conjuntura estratégica”. Com essas considerações, salientamos que é um caminho *possível e necessário* para discutir de que modo as escolas policializadas são meios de formação de um grande contingente ideológico alinhado a partir de uma perspectiva militarista na defesa dos interesses dos dominadores.

Reforçamos que lutar pela “despolicialização” das escolas, não é apenas retirar os policiais dessas instituições – mesmo que tenhamos profunda convicção de que está é uma tática urgente e que apoiamos piamente. Mas, se considerarmos que as polícias hoje, da forma como estão estruturadas, não respondem às demandas mais urgentes de defesa da vida, é provável que se busquem novos sentidos para elas existirem e que a militarização persista em várias esferas da vida humana. Afinal, vejamos: se a mesma polícia que aponta o fuzil ao jovem que retorna de um baile *funk* é aquela encarregada de “protegê-lo” na porta da escola, então os corpos que

forem docilizados, terão é sorte. Portanto, para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça; estejamos sempre atentos(as/es) e fortes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, L. A. A construção da nação no Brasil: conservadorismo e autoritarismo político. **Instituto Sagres**, 2005. Disponível em: <https://sagres.org.br/artigos/2.%20Reconstru%C3%A7%C3%A3o%20da%20Na%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf> Acesso em: 02 nov. 2024.
- ALGEBAIL, E. **Escola Pública e Pobreza no Brasil**: A ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.
- ALVES, M. F.; SANTOS, C. de A.; BORDIN, M. Militarização da educação e da escola no âmbito da hipermilitarização do Estado brasileiro. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 17, n. 37, p. 41-60, jan./abr. 2023.
- AMARAL, M. Experiência militar brasileira no Haiti contribuiu para a instalação das UPPs no Rio. **Opera Mundi**. 27 set. 2011. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/experiencia-militar-brasileira-no-haiti-contribuiu-para-a-instalacao-das-upps-no-rio/> Acesso em 15 jun. 2024.
- ANDRADE, V. R. P. **Pelas mãos da criminologia**: O controle penal além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan. 2012.
- APP Sindicato. **Investimento em educação despencou com Bolsonaro e Brasil fica entre os piores em ranking da OCDE**. 13 set. 2023. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/investimento-em-educacao-despencou-com-bolsonaro-e-brasil-fica-entre-os-piores-em-ranking-da-ocde/> Acesso em 24 jun. 2024.
- AQUINO, M. BORGES, R. “Futuros Bolsonaro”, diz Tarcísio sobre alunos de escolas militares. **Revista Metrôpoles**, Brasília. 2023. Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/futuros-bolsonaros-diz-tarcisio-sobre-alunos-de-escolas-militares#google_vignette Acesso em: 19 nov. 2024.
- ARAÚJO, L. A. Militares no poder: como o general Etchegoyen ganhou força no governo e preparou terreno para a vigilância do Estado. **Intercept Brasil**. 22 out. 2018. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/10/22/general-etchegoyen-tem-vigilancia-estado/> Acesso em 17 jun. 2024.
- Associação dos amigos da escola nacional Florestan Fernandes. **Genóio fala sobre a questão militar na atual conjuntura**. 30 abr. 2021. Disponível em: <https://www.amigosennff.org.br/genoio-fala-sobre-a-questao-militar-na-atual-conjuntura/> 17 jun. 2024.
- BAND Jornalismo. **Bolsonaro defende ensino em colégios militares**. YouTube. 6 mai. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LpTIOuMaKgM> Acesso em: 24 jun. 2024.
- BARBOSA, G. Crítica do uso e abuso das noções “globalização” e “neoliberalismo”. **Voz Operária** – Jornal da Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes – www.cclcp.org – Ano XIII – N 18 – Novembro 2011.

BARCELLOS, C. **Orvil - tentativas de tomada de poder - guerrilha antes e depois de 1964 - Livro do Exército**. Youtube. 21 mar. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UK-fvzJ8fD4> Acesso em 08 jun. 2024.

BARROS, C. “Quanto maior o colapso do governo, maior a guerra cultural”, diz pesquisador da UERJ. **Brasil de Fato**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/19/quanto-maior-o-colapso-do-governo-maior-a-guerra-cultural-diz-pesquisador-da-uerj> Acesso em: 19 nov. 2024.

BATISTA, A. B. **Mentores da nacionalidade**: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. 169 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre. Porto Alegre, 2006.

BEZERRA, N. P. **Pacto pela educação**: o cumprimento da agenda neoliberal em Goiás e a militarização das escolas públicas. 119 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias. Universidade Estadual de Goiás (UEG). Goiás, 2017.

BOITEUX, L. A proibição como estratégia racista de controle social e a guerra às drogas. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ed. 145. 1 ago. 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-proibicao-como-estrategia-racista-de-controle-social-e-a-guerra-as-drogas/> Acesso em 26 jun. 2024.

BOITO JÚNIOR. A. A natureza da crise política brasileira. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Número 104, março de 2016.

BOITO JÚNIOR. A. O neofascismo no Brasil. **Boletim Ileri**, v. 1, p. 1-11, 2019.

BOITO JÚNIOR. A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo? **Crítica marxista**, v. 50, p. 111-119, 2020.

BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

BRASIL DE FATO. Entrevista com José Genoíno: 'Brasil precisa de uma frente de esquerda que radicalize a democracia'. **Brasil de Fato**, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/17/jose-genoino-brasil-precisa-de-uma-frente-de-esquerda-que-radicalize-a-democracia> Acesso em 26 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 667 de 2 de julho de 1969**. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. Brasília, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-667-2-julho-1969-374170-norma-actualizada-pe.pdf>. Acesso em: 11 de abril de 1964.

BRASIL, MEC. Decreto n.º 10.004 de 5 de setembro de 2019, institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-militares. Brasília: **Diário Oficial da União**. 6 de setembro de 2019a. Disponível em: <https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/legislacao-lista?task=weblink.go&id=17> Acesso em: 06 dez. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.940, de 24 de julho de 2019b. Regulamenta disposições relativas à aplicação da Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, que institui a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF. 25 jul. 2019b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9940.htm. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.880 de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.880%2C%20DE%209%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201980&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20dos%20Militares.&text=Art.,Art Acesso em 19 nov. 2024.

BUENO, R. O autoritarismo brasileiro e as vias conservadoras em Francisco Campos, Oliveira Viana e o Estado Novo. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v. 53 n. 210, p. 25-41, abr./jun. 2016.

CABRAL, J. F. R. **A militarização da escola**: um debate a ser enfrentado. 145 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais. Universidade de Taubaté. Taubaté, 2018.

CALIL, G. G. Brasil: o negacionismo da pandemia como estratégia de fascistização. **Materialismo Storico**, v. 9, n. 2, p. 70-122, 2020.

CALIL, G. G. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argumentos**. Vitória, v. 13, n. 2, mai/ago, p. 64-81, 2021.

CALIL, G. G. Os Integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. **Locus: Revista de História**, v. 16, n. 1, p. 65-86, 2010.

CARVALHO, O. A Revolução globalista. **Digesto Econômico**, 2009.

CARVALHO, O. **Aviso ao Escola Sem Partido**. Youtube, 15 nov. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qySuenfRkDk> Acesso em 12 jun. 2024.

CARVALHO, O.; DUGIN, A. **Os EUA e a nova ordem mundial**: um debate entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho. Campinas: Vide Editorial, 2012.

CHIRIO, M. Cartas de Paris: “Mourão e Bolsonaro têm o mesmo projeto político”. Entrevista cedida da Leneide Duarte Plon. **Carta Maior**, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/> Acesso em: 25 mai 2024.

COLOMBO, L. R. **A frente liberal ultraconservadora no Brasil**: Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido. 186 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2018.

CORREIO BRAZILIENSE. Plano de governo de Michel Temer inclui recriar GSI e melhorar Abin. **Correio Braziliense**. 04 mai. 2016. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/05/04/interna_politica,530328/plano-de-governo-de-michel-temer-inclui-recriar-gsi-e-melhorar-abin.shtml Acesso em 16 jun. 2024.

COSTA, P. H. A. da. “Negro: de bom escravo a traficante”. Contribuições de Clóvis Moura à crítica da Guerra às Drogas no Brasil. **Revista sociedade e Estado**. vol. 37, n. 2. p. 511-530, 2022.

CRUSOÉ JÚNIOR, N. C. O ensino militar na Era Vargas e a formação dos policiais militares da Bahia. **Revista Educação em Questão**, vol. 33, nº 19, p. 277-292, set. 2008.

CRUZ, G. V. **Todos (em disputa) pela educação**: empresariamento da sociedade e militarização da vida. 209 f. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Centro de educação e humanidades, Rio de Janeiro, 2019.

CUEVA, A. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a questão do Estado. Trad. Fernando Savella. **Lavra Palavra**. 2019. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2019/02/21/o-desenvolvimento-do-capitalismo-na-america-latina-e-a-questao-do-estado/> Acesso em: 19 nov. 2024.

DARCOLETO, C. A. da S. **Educação e mediação**: limites e possibilidades da educação escolar a partir da categoria da mediação em István Mészáros. Tese (Doutorado). 152 f. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 2009.

DIÁRIO DO CENTRO DO MUNDO. Volta à rede entrevista emocionante em que Bete Mendes denunciou Ustra: “Fui torturada por ele”. **Jornal DCM**. <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/volta-a-rede-entrevista-emocionante-em-que-bete-mendes-denunciou-ustra-fui-torturada-por-ele/> Acesso em: 07 jun. 2024.

DIAS, J. C. DARCOLETO, C. A. da. De apartidário só o nome: as movimentações do Escola Sem Partido. In: FOLTRAN, E. P.; RODRIGUES, M. DE F. **Efeito Bolsonaro na educação**: análise crítica. [Livro eletrônico]. Ponta Grossa: ZH4, 2023. p. 76-100.

DIAZ, R. Escolas cívico-militares são ameaça à extrema-esquerda, diz Bolsonaro. **Revista Oeste**, Goiás, 2024. Disponível em: <https://revistaoeste.com/politica/escolas-civico-militares-sao-ameaca-a-extrema-esquerda-diz-bolsonaro/> Acesso em: 19 nov. 2024.

DIREITA REALISTA. **Entrevista do General Leônidas Pires Gonçalves para a Globo News**. Youtube. 26 abr. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JDEtTsrQhYw> Acesso em 06 jun. 2024.

DUARTE, E. P.; QUEIROZ, M. Oliveira Viana, raça e autoritarismo brasileiro: o povo como objeto da ciência na constituição da soberania e da arquitetura institucional. **Veritas**: Porto Alegre. 69, n. 1, p. 1-18, jan.-dez. 2024.

ECO, U. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Fundador do ESP explica por que se desligou do Movimento.** Youtube. 23 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uwSpMNIWRjg&t=27s> Acesso em 28 jun. 2024.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**, v. 1, 2019.

EXAME. Reprodução Estadão Conteúdo. Weintraub conhece minhas ideias melhor do que Velez, diz Olavo de Carvalho. **Revista Exame**. 10 abr. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/weintraub-conhece-minhas-ideias-melhor-do-que-velez-diz-olavo-de-carvalho/> Acesso em 21 jun 2024.

FAUSTO, B. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Editora Companhia das Letras, 2001.

FEDERALISTA, I. Projeto de Nação. **Instituto Sagres**, 2022. Disponível em: https://sagres.org.br/artigos/Projeto_Nacao_Visao_InstitutoFederalista.pdf Acesso em 27 nov. 2024.

FELITE, A. V. **História da polícia no Brasil: estado de exceção permanente?** São Paulo, Autonomia Literária, 2023.

FERNANDES, A. S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, v. 2, n. 4, 2009.

FERNANDES, F. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, F. **Brasil - em compasso de espera: pequenos escritos políticos**. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FERNANDES, F. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, F. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985, 2ª ed.

FERNANDES, F. **O que é revolução**. São Paulo: Expressão popular. 2018.

FERNANDES, F. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, L. Fantasmas de massacre no Haiti assombram generais do governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**, 18 mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/18/fantasmas-de-massacre-no-haiti-assombram-generais-do-governo-bolsonaro> Acesso em 15 jun. 2024.

FERNANDES, T. Bolsonaro propõe ensino à distância para combater marxismo e reduzir custos. **Folha UOL**. Ago 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/bolsonaro-propoe-ensino-a-distancia-para-combater-marxismo-e-reduzir-custos.shtml> Acesso em 21 jun. 2016.

FERRAZ, L. Entrevista - Maynard Marques Santa Rosa. **Folha de S. Paulo**. 17 mai. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1705201013.htm> Acesso em: 18 jun. 2024.

FERREIRA, O. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: Senac, 2000.

FIGUEIREDO, L. **Olho por olho** - os livros secretos da ditadura. Rio de Janeiro: Editora Record, 2ª ed. 2009.

FOLHA UOL. Editora Biblioteca do Exército lança livros com críticas e visões sobre a esquerda. **Folha Uol**. 17 dez. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/12/1723145-editora-biblioteca-do-exercito-lanca-livros-com-criticas-a-visoes-de-esquerda.shtml> Acesso em: 11 jun. 2024.

FONTES, V. O protofascismo – arranjo institucional e policialização da existência. **Marxismo21**. 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/05/Virg%C3%ADnia-Fontes-O-protofascismo-%E2%80%93-arranjo-institucional-e-policializa%C3%A7%C3%A3o-da-exist%C3%Aancia.pdf> Acesso em 19 nov. 2024.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos IV: Estratégias, poder-saber**. São Paulo; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FREITAS, R. C. de. “Fórmula” garante aumento de Ideb em escolas militarizadas. Curitiba, **Plural Jornal**. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/formula-garante-aumento-de-ideb-em-escolas-militarizadas/> Acesso em: 16 abr. 2024.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 17-34.

FRIGOTTO, G. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trabalho, Educação, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 67-82, 2009.

FRM. Homicídio tem cor. 18 nov. 2022. **Fundação Roberto Marinho**. Disponível em: <https://www.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/noticia/numero-de-homicidios-de-jovens-negros-e-tres-vezes-maior-do-que> Acesso em: 27 jun. 2024.

FUNDAÇÃO LIBERDADE E CIDADANIA. Pedro Aurélio de Góis Monteiro. **Fundação Liberdade e Cidadania**, 2011. Disponível em: <http://www.flc.org.br/personalidades/texto023.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

GARCIA, M.; DIAS, J. C. O movimento Escola sem Partido: entre o controle político da atividade docente e as tentativas inconstitucionais de retomada da censura. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, e290055, 2024.

GARNERO, M. Um projeto de nação: unidade nacional e política. **Revista Forbes**, ed. 79. 2022. Disponível em: https://sagres.org.br/artigos/Mario_Garnero_RevistaForbes.pdf Acesso em: 19 nov. 2024.

GOMES, G. M. **Militarização e a legitimação de pautas populistas**. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023.

GOMES, S. M. B. **O regime punitivo do educar**: um olhar sobre a educação pública no Estado de Goiás, Programa de pós-graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Goiás, 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Governador confirma que Estado vai incorporar escolas cívico-militares federais. **Agência de notícias**. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governador-confirma-que-Estado-vai-incorporar-escolas-civico-militares-federais>. Acesso em: 9 nov. 2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere** - Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 494 p. v. 3.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere** - Maquiavel, a política e o Estado moderno. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GUIMARÃES, P. C. P. **Os novos modelos de gestão militarizada das escolas públicas**: um estudo a partir da experiência na rede estadual de ensino de Goiás. 150 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2019.

GUIMARÃES, P. C. P.; LAMOSA, R. A. C. Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora. **Revista Pedagógica**, v. 20, n. 43, p. 66-80, 2018.

HOBSBAWM, E. Crise da ideologia: liberalismo *versus* socialismo. **Revista Carta**. n.º 1. Brasília: Gráfica do Senado, 1992.

InfoMoney. Braga Netto, o general que Bolsonaro escolheu como candidato a vice. 2019. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/perfil/walter-braga-netto/> Acesso em 01 jul. 2024.

INVESTING. Bolsonaro nomeia militares que estiveram no Haiti para governo e pode repetir estratégia de segurança. **Investing**. 29 nov. 2018. Disponível em: <https://br.investing.com/news/politics-news/bolsonaro-nomeia-militares-que-estiveram-no-haiti-para-governo-e-pode-repetir-estrategia-de-seguranca-620105> Acesso em 21 jun. 2024.

JAMESON, F. **Pós-modernismo** – a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática. 1996.

JORDY, C. **Ministro Abraham Weintraub fala da importância das escolas cívico-militares**. Youtube. 9 dez. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pew7qjFEhFQ> Acesso em 22 jun. 2024.

KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAMOUNIER, B. A formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: FAUSTO, B. (org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano** (vol. 2), São Paulo, Difel, 1985. p. 371-388.

LEHER, R. (Org.). **Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

LEHER, R. Educação e neofascismo no governo Bolsonaro. In: REBUÁ, E.; COSTA, R.; GOMES, R. L. R. CHABALGOITY, D. (Orgs.). **(Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 47-83.

LEHER, R. SANTOS, M. R. S. dos. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente. In: LEHER, R. (Org.). **Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular. 2020. p. 9-42.

LEHER, R. Universidade pública federal brasileira: future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. **Educação & Sociedade**, v. 42, e241425, p. 1-19, 2021.

LEINER, P. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular)**. Brasília: Nova Palavra, 2007.

LENTZ, R. **República de segurança nacional: militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

LEONE, I. **Política Moderna**. Youtube. 23 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UK-fvzJ8fD4> Acesso em 08 mar. 2024.

LIMA, K.; FARAGE, E. **Dossiê: militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas institucionais federais de ensino**. ANDES-SN. Brasília, Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/abril2021/DossieMilitarizacao.pdf> Acesso em 18 jun. 2019.

LIMOEIRO-CARDOSO, M. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. 1995.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACIEL, D. **A argamassa da ordem**: da ditadura-militar à Nova República (1974-1985). Goiânia: Cegraf/UFG. 2023.

MANSO, B. P. Mais polícias nas ruas, mais homicídio. **Globo G1**. 12 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/criminalidade-no-brasil-cai-apos-ampliacao-de-investimentos-em-seguranca-publica#:~:text=Sobre%20o%20crime%20organizado%2C%20ao,red%C3%A7%C3%A3o%20de%204%2C17%25>. Acesso em: 01 jun. 2024.

MARIÁTEGUI, J. C. **Defensa del marxismo**. Lima: Amauta, 1970. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/mariateg/oc/defensa_del_marxismo Acesso em: 15 dez. 2023.

MARIN, P. Mourão, o Partido Fardado e o novo totem [parte I]. **Revista Opera**. 10 jan. 2023. Disponível em: <https://revistaopera.operamundi.uol.com.br/2023/01/10/mourao-o-partido-fardado-e-o-novo-totem-parte-i/> Acesso em: 28 jun. 2024.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. e introd. de Florestan Fernandes, 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATOSO, F.; ALEGRETTI, L.; PASSARI, N. Dilma anuncia reforma com redução de 39 para 31 ministérios. **GloboG1**, 02 out. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/dilma-anuncia-reducao-de-39-para-31-pastas-na-reforma-ministerial.html> Acesso em 17 jun. 2024.

MATTOS, M. B. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Revista Relações internacionais**. Mar. 2022, n. 73, p. 25-39. 2022.

MAZUI, G. Comandante do Exército afirma que 'aparentemente' somente militares estão engajados na intervenção no Rio. **GloboG1**. 24 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/08/24/em-mensagem-comandante-do-exercito-afirma-que-aparentemente- apenas-militares-estao-engajados-com-intervencao-no-rio.ghtml> Acesso em 17 jun. 2024.

MEDEIROS, C. A. de. O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, J. L. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes: 2004.

MELO, D. O bolsonarismo como fascismo no governo Bolsonaro. In: REBUÁ, E.; COSTA, R.; GOMES, R. L. R. CHABALGOITY, D. (Orgs.). **(Neo)fascismos e educação**: reflexões

críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 47-83.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Sérgio Paranhos Fleury**. Disponível em: <https://memoriasdeditadura.org.br/personagens/sergio-paranhos-fleury/> Acesso em: 06 jun. 2024.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para além do leviatã**: crítica do Estado. São Paulo: Boitempo, 2021.

METEORO BRASIL. **O livro secreto da ditadura**. YouTube. 17 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s8uos9GeVAs> Acesso em 06 jun. 2024.

MILITAR, C. **Projeto de Nação “Brasil 2035”** – um país sonhado. Ciclo de Palestras Sena Madureira. YouTube, 05 de janeiro de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_5u2970AmtI&t=2428s Acesso em: 19 nov. 2023.

MIRANDA, E. C. M. **Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal**. 178 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação – Mestrado Profissional em Educação. Universidade de Brasília. Brasília, 2021.

MOORE Jr. B. **As origens da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOTTA, R. P. de S. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

MOURA, C. **As injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MOURA, C. Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 2, n. 2, p. 44-46, 1988.

MOURA, C. O racismo como Arma de Dominação Ideológica. **Revista Princípios** nº 34, ago-out 1994. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1994/10/racismo.htm> Acesso em: 21 abr. 2024.

MOURA, C. **Quilombos**: resistência ao escravismo. Teresina: EdUESPI, 2021.

N2. **Orvil**: As tentativas de tomada do poder. Salto: Editora Schoba, 2012.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 3.ed. São Paulo, Cortez: 2007.

NEVES, L. M. W. As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo. **Revista Anual da ANPED**, n.º 27, 2004. p. 1. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/t0510.pdf> Acesso em: 15 abr. 2024.

ORTEGA, A. MARIN, P. **Carta no coturno**: a volta do partido fardado no Brasil. São Paulo: Baioneta, 2019.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Lançamento do Programa Nacional de Escolas Cívico-militares - PECIM**. 05 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-escolas-civico-militares-pecim-palacio-do-planalto> Acesso em: 19 nov. 2024.

PATSCHIKI, L. **Os litorais da nossa burguesia**: o Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002-2011). 419 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

PEDRINHA, R. D. PEREIRA, V. L. P. Breves apontamentos acerca da política criminal e da instituição policial na contemporaneidade. **Congresso Internacional de Ciências Criminais**, II Edição, 2011.

PEDROSA, J. F. M. **O revisionismo histórico brasileiro**: uma proposta para discussão. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

PODER 360. Interventor e general de 1ª classe; saiba quem é Braga Netto. **Poder360**. 24 jul. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/interventor-e-general-de-1a-classe-saiba-quem-e-braga-netto/> Acesso em 28 jun. 2024.

PODER 360. Temer efetiva general Joaquim Silva e Luna no Ministério da Defesa. **Projeto360**. 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/temer-efetiva-general-joaquim-silva-e-luna-no-ministerio-da-defesa/> Acesso em 17 jun. 2024.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 176-178.

PRESTES, A. L. Ameaça fascista no Brasil atual? **Marxismo 21**, 2018. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Anita-Prestes.pdf> Acesso em: 28 jun. 2024.

PRESTES, A. L. Brasil ontem e hoje: os militares e a Política. **Jornal GGN**. 18 mar. 2023. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/brasil-ontem-e-hoje-os-militares-e-a-politica-por-anita-leocadia-prestes/> Acesso em 06 mar. 2024.

PRESTES, A. L. **Os militares e a Reação Republicana**: as origens do tenentismo. Petrópolis: Vozes, 1994.

PRESTES, A. L. Três regimes autoritários na história do Brasil republicano: o Estado novo (1937-1945), a Ditadura Militar (1964-1985) e o regime atual (a partir do golpe de 2016). **Revista história contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p. 108-129, 2019.

PRESTES, L. C. Entrevista concedida a Cristina Serra. **Resistência**, Belém, n. 56, 1º - 15/6/1983.

PRESTES, L. C. Um poder acima dos outros. **Tribuna da imprensa**. Rio de Janeiro, 28 set. 1988. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1988/07/28.pdf> Acesso em: 24 jun. 2026.

PUGLIA, D. B. **As idéias políticas como alicerce**: os padrinhos do Brasil e a formação da Escola Superior de Guerra (1949-1954). 225 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2012.

REBUÁ, E. Educação e fascismo no governo Bolsonaro. In: CHABAGOITY, D.; REBUÁ, E.; COSTA, R.; GOMES, R. L. R. **(Neo)fascismos e educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Mórula Editorial: Lapa (RJ). p. 169-186.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

ROCHA, A. P. **O juvenicídio brasileiro**: racismo, guerra às drogas e prisões. Londrina: EDUEL, 2020.

SAFATLE, V. Falar de fascismo no Brasil. **El país**, julho de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/03/opinion/1562176410_719446.html Acesso em 19. nov. 2024.

SAGRES, I. **Projeto de Nação** – Cenários Prospectivos Brasil 2035. Cenário Foco. Objetivo, Diretrizes e Óbices. 2022. 102 p.

SALLES, D. 4 argumentos contra a militarização de escolas públicas. **Professores contra o Escola Sem Partido**. 14 out. 2019. Disponível em: <https://profscontraoesp.org/2019/10/14/4-argumentos-contr-a-militarizacao-de-escolas-publicas/> Acesso em: 01 jul. 2024.

SANTOS, C. As escolas cívico-militares são parte de um projeto das Forças Armadas para 2036. **Revista Fórum**. 2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2023/7/17/exclusivo-as-escolas-civicas-militares-so-parte-de-um-projeto-das-foras-armadas-para-2036-139627.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SANTOS, C. de A.; ALVES, M. F.; MOCARZEL, M.; MOEHLECKE, S. Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, 35, n. 3. 2019.

SANTOS, C. de A.; CARA, D. T. Militarização das escolas públicas no Brasil e o financiamento: da educação como um direito à educação como privilégio. In: MENDONÇA, S. G. de L. et. al. (Org). **(De)formação na escola**: desvios e desafios. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 167-190.

SANTOS, E. J. F. dos. **Militarização das escolas públicas no Brasil**: expansão, significados e tendências. 442 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2020.

SANTOS, E. J. F.; ALVES, M. F. Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, e. 09144, 2022.

SCHMIDT, F. Presença dos militares em cargos e funções comissionadas do Executivo federal. Brasília. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, 2022.

SCHRADER, S. **Badges without borders**: how global counterinsurgency transformed American Policing. Oakland, CA: University of California Press. 2019.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

SECCO, L. A normalização do golpe. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ago. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-normalizacao-do-golpe/> Acesso em: 25 nov. 2024.

SHALDERS, A. BARIFOUSE, R. Governo Bolsonaro: MEC pede que escolas toquem hino e leiam carta com slogan de Bolsonaro; advogados criticam. **BBC Brasil**. 25 fev. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365603> Acesso em: 21 jun. 2024.

SILVA, F. C. T. da. Militares, "abertura" política e bolsonarismo: o passado como projeto. In: FILHO, J. R. M. (Org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 1ª ed., 2021. p. 31-53.

SILVA, J. R. **Pedagogia do quartel**: uma análise do processo de militarização de escolas públicas no estado do Paraná. 198 f. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em educação, Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Curitiba, 2022.

SILVA, M. G. O escola sem partido como expressão do ideário militar. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 10, n. 3, dez. 2018.

SODRÉ, N. W. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, R. L. de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, nº 13, p. 302-323, jan/jun 2005.

TEIXEIRA, M. E. C. A democracia fardada: imaginário político e negação do dissenso durante a transição brasileira (1979 - 1988). **Aedos**, n.º 13, vol. 5, p. 58-74, 2013.

TORRES, A. **A organização nacional**. Companhia Editora Nacional, 1982.

TORRES, A. O problema nacional brasileiro. **eBookLibris**, 2002. Disponível em: <https://sagres.org.br/artigos/ebooks/1.%20Alberto%20Torres%20o%20porblema%20nacional%20brasileiro.pdf> Acesso em 02 nov. 2024.

UOL. Após derrota no STF, fundador do Escola Sem Partido diz que deixa movimento. **Uol Educação**. 2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/08/22/apos->

[derrota-no-stf-fundador-do-escola-sem-partido-diz-que-deixa-movimento.htm](#) Acesso em 13 jun. 2024.

USTRA, C. A. B. **A verdade sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Editora Ser, 2007.

VITALE, A. S. **O fim do policiamento**. Trad. Arthur Renzo. São Paulo: Autonomia literária, 2021.

WEINTRAUB, A. **A força da esquerda na educação**. Youtube. 16 dez. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DtHwd0S3ymQ> Acesso em: 18 de jun. 2024.

XIMENES, S. Omissão de Lula levou à criação de mais escolas cívico-militares nos estados, diz pesquisador. **Ponte Jornal**. 2023. Disponível em: <https://ponte.org/omissao-de-lula-levou-a-criacao-de-mais-escolas-civico-militares-nos-estados-diz-pesquisador/> . Acesso em: 06 dez. 2023.

ZAVERUCHA, J. **FHC, Forças Armadas e polícia**: entre o autoritarismo e a democracia. Rio de Janeiro, Record, 2005.